

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 18 DE JULHO DE 2008

NÚMERO 5.918

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Jean Kuhlmann

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Elizeu Mattos

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Sílvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Elizeu Mattos

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

Edson Piriquito - Vice Presidente

Edison Andrino

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Sílvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Edison Andrino

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Jean Kuhlmann

Romildo Titon

Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1219
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 058ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 16/07/2008.....2
Ata da 059ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 16/07/2008...10

Publicações Diversas

Audiência Pública.....22
Emendas ao Projeto de Lei nº
102/08 - LDO32

PLENÁRIO

ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Hoegen - César Cim - Décio Góes - Elizeu Mattos - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Professor Grando - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Partidos Políticos**

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Manifesta-se sobre as melhorias realizadas nas BRs-116 e 282 por parte do governo Lula; refere-se à parceria constante entre os governos federal e estadual; fala da importância da descentralização.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Anuncia o início do 26º Festival de Dança de Joinville; tece considerações sobre a SCGás; fala do crescimento da energia do estado através da Celesc.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Refere-se ao 26º Festival de Dança de Joinville; faz a defesa do governador com relação a críticas diversas; fala da situação do Hospital São José de Joinville e da necessidade do aumento de vagas nos hospitais para atender às pessoas acidentadas.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Aborda a criação da Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Enaltece a importância dos investimentos do governo federal na área da educação.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Refere-se à federalização da Furb.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Cita dados com relação ao número de acidentes e de motos em Joinville.

DEPUTADO CÉZAR CIM - Aborda a indenização imposta a bancos por deixarem pessoas por tempo superior ao permitido por lei nas filas dos bancos; fala na criação de um Procon regionalizado.

DEPUTADO CARLOS HOEGEN (aparte) - Enfatiza a importância de haver um Procon em cada município.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Ressalta a credibilidade que os Procons possuem.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Tece considerações sobre a deficiência da saúde no estado; aborda excesso de secretarias Regionais.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Questiona o que o governo deixou de fazer com relação à Saúde.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aborda os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença do pastor Sebastião Wolf e do diácono Anécio Espindola dos Passos da Assembléia de Deus.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Fala sobre as realizações do presidente Lula no estado.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (aparte) - Elogia o trabalho realizado pelo governo federal nas nossas rodovias federais.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Elogia as obras do governo federal nas BR-282 e BR-101.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Faz referência à federalização da Furb; fala da paralisação dos policiais e bombeiros de Rondônia e da sua viagem à capital daquele estado.

DEPUTADO IVAN NAATZ (aparte) - Pede urgência no cumprimento da Lei n. 254.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Fala da insatisfação geral da polícia militar no estado.

DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Aborda a construção da fábrica de cimento Votorantim em Vidal Ramos; tece considerações sobre a diversificação da economia em Ituporanga; refere-se à redução de vítimas do trânsito a partir da lei seca e sobre a criação, no ensino médio, de matéria chamada Cidadania no Trânsito.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Preocupa-se pelo fato de a OAB estar promovendo seminário em Brasília para questionar a constitucionalidade da lei seca.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Aborda o desmatamento acelerado da Mata Atlântica no estado.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Refere-se à estatística sobre o percentual que o estado detém de vegetação primária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

As atas das sessões anteriores serão lidas na sessão do período da tarde.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência registra, na presente sessão, o aniversário do deputado Ismael dos Santos. Desejamos-lhe saúde, felicidade e que possa, depois do pleito municipal do próximo dia 5 de outubro, permanecer nesta Casa até o final do mandato. Parabéns, deputado!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Valdir Cobalchini, por até de oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, servidores da Casa, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, venho do meio-oeste catarinense e passo por duas BRs: a 116 e a 282. Como sou usuário dessas rodovias há muitos anos, quero aqui cumprimentar o governo federal, o presidente Lula pelas melhorias constantes e pelas obras de conservação que têm sido feitas nessas duas BRs.

Refiro-me também à conclusão da BR-282, por onde passei há poucos dias para conhecer, que está encurtando a distância do oeste catarinense ao litoral do estado, uma obra sonhada por muitos e muitos anos.

E aqui no litoral a BR-101 sem dúvida alguma, na parte sul do estado, representa muito para Santa Catarina e para o sul do país. É uma obra que vem de Criciúma, suplanta qualquer outra em nosso estado e demonstra todo o empenho por parte do governo do presidente Lula, a sua vontade política de contemplar o nosso estado com obras de infra-estrutura tão importantes e esperadas há tanto tempo.

Quero me referir também ao anúncio feito, ontem, pelo deputado Pedro Baldissera, com relação à Universidade do Mercosul, e a anúncios já feitos quanto à Universidade Federal em Curitiba, em Joinville e, se eu não estou equivocado, em Araranguá. E quero dizer da parceria constante entre os governos federal e estadual.

Há poucos dias acompanhei no jornal *Diário Catarinense* uma audiência do ministro catarinense Altamir Gregolin com o presidente Lula, e o presidente fazia uma recomendação ao ministro que procurasse estreitar relações com o governo do estado. Percebo que aqui na Assembléia, algumas vezes, deputado Pedro Baldissera, o PT faz uma oposição sistemática ao governo Luiz Henrique. Reportando-me à campanha do presidente Lula, havia um chavão que dizia: "Deixa o homem trabalhar"! E o governador Luiz Henrique, obstinado que é... Eu o conheci melhor quando eu estava na secretaria Regional em Caçador. Eu jamais vi um homem público trabalhar tanto quanto ele!

Graças a essas parcerias, obras também do Executivo estadual, que eram esperadas por muitos e muitos anos, começam a sair do papel, a sair da gaveta, e estão sendo entregues, dia após dia, à nossa comunidade catarinense.

Falo da minha região, Caçador, e falo, sem dúvida alguma, das demais regiões em Santa Catarina. Alguns criticam a descentralização talvez por não conhecer direito os mecanismos e como ela funciona, mas posso garantir - até porque a exerci na prática, deputado Antônio Aguiar - os benefícios que trouxe para a região do Contestado.

Além das obras públicas que foram construídas, vejamos um dos exemplos apenas: na minha cidade, Caçador, antes de 2003, portanto antes da posse do governador Luiz Henrique da Silveira, nós tínhamos apenas um ginásio de esportes do estado situado no distrito da Taquara Verde. Apenas um em toda a história de Santa Catarina. E hoje, deputado Pedro Baldissera, nós teremos em todas as escolas uma quadra esportiva que propiciará às nossas crianças, aos nossos jovens, a prática esportiva sem os problemas do frio, do sol ou da chuva. Todos os alunos que hoje estudam em escolas públicas estaduais têm as mesmas, ou até melhores, condições do que aqueles que estudam em escolas privadas.

Poderia falar de tantas outras obras que têm acontecido em nossa região e que só estão sendo possíveis pela descentralização, sendo que o destino de cada município, de cada região é decidido lá mesmo, através do Conselho de Desenvolvimento Regional e através do Orçamento descentralizado, sendo que os recursos são alocados e garantidos para cada secretaria, com a autonomia que este Poder delegou aprovando o projeto de lei que concebeu a descentralização, enviado pelo Poder Executivo.

Não se imagina, hoje, voltar atrás, retroceder, porque essa é, muito mais do que uma conquista do governador, ou do governo, uma conquista de Santa Catarina, que antes via algumas obras acontecerem apenas nos grandes centros do nosso estado ou aqui no litoral. Hoje os pequenos municípios do estado estão sendo beneficiados, como é o caso de Timbó Grande, que no dia 16 de agosto terá o seu acesso rodoviário inaugurado: como é o caso de Calmon e de Matos Costa, apenas para citar, deputado Ismael dos Santos, municípios da nossa região.

Meu tempo já está terminando e os minutos restantes serão utilizados pelo deputado Antônio Aguiar. Mas numa próxima oportunidade nós vamos prosseguir construindo esse raciocínio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de saudar a sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, as sras. deputadas, os srs. deputados e dizer ao povo catarinense que hoje se inicia o 26º Festival de Dança de Joinville. Essa é, sem dúvida alguma, uma das festividades de maior importância no estado de Santa Catarina na área da cultura e do desenvolvimento. Joinville é a capital da dança e da cultura do nosso estado, e devemos muito ao nosso governador Luiz Henrique da Silveira, que não mediu esforços para que lá se instalasse o Balé Bolshoi e que esse festival de danças e também outras festividades acontecessem naquele município, criando assim um grande pólo de turismo que gera emprego e desenvolvimento.

Com certeza em Santa Catarina nós temos uma diversidade de turismo em todas as cidades do estado.

Mas hoje quero me reportar ao setor da energia. O jornal *A Notícia* traz uma reportagem a respeito da SCGás:

(Passa a ler.)

"SCGÁS INVESTE 300 MI

A SCGás comemora. É a melhor companhia do ramo, diz a pesquisa da revista 'Exame', que aponta as 500 melhores e maiores empresas do País. Também ficou em primeiro lugar no item rentabilidade (retorno do investimento obtido no ano). O crescimento foi de 32% em 2007. Está presente em 43 municípios com rede de distribuição de gás natural com 736 quilômetros. Fornece o insumo para 514 clientes dos segmentos industrial, automotivo, comercial e residencial. Vende 1,7 milhão de metros cúbicos/dia. Nos cinco primeiros meses do ano, investiu R\$ 260 milhões, com previsão de R\$ 300 milhões até o final do ano. A empresa tem projetadas obras, como o gasoduto da Serra catarinense. Terá início em Indaial, no Vale do Itajaí, e vai até Lages, num total de 230 quilômetros, a exigir investimento superior a R\$ 200 milhões" [sic]

A SCGás faz com que comece a crescer no estado de Santa Catarina a energia a gás, e temos certeza de que o seu presidente, Ivan Ranzolin, o faz com muita sabedoria.

Temos certeza de que o planalto norte também não será esquecido. Vamos ter uma reunião na segunda-feira com o presidente para que ele apresente, com a sua diretoria, a proposta para o projeto de gás para o planalto norte. Acreditamos que com a ida da Aurora e da Sadia para a nossa região, nós precisaremos de energia alternativa, e o gás é, sem dúvida nenhuma, o tipo de energia que o planalto norte mais necessita nesse momento.

Nós tivemos também, através da Celesc, através do seu presidente Eduardo Pinho Moreira, um grande crescimento e desenvolvimento na energia do estado de Santa Catarina. Nós, do planalto norte, temos várias subestações que foram inauguradas, como as de Major Vieira, Santa Terezinha, Canoinhas e outras. A Celesc, através de um grande projeto, que é o Luz Para Todos e que atinge principalmente aquele agricultor, aquele trabalhador com menos poder aquisitivo, leva para o município, para a casa do trabalhador a energia elétrica.

Esse, sim, é um bem de desenvolvimento e de crescimento, e esse trabalho é feito, principalmente, nos municípios onde o Índice de Desenvolvimento Humano é baixo. Por isso vários municípios do planalto norte completaram o Luz Para Todos, um programa que faz com que todas as casas tenham luz, o que é um direito do ser humano, um direito do trabalhador.

Temos certeza de que o presidente da Celesc, Eduardo Pinho Moreira, tem trabalho para que a energia no estado de Santa Catarina se faça cada vez mais presente, porque é o primeiro item de crescimento e desenvolvimento de qualquer município.

Por isso os municípios de Major Vieira e Santa Terezinha, onde foram instaladas as subestações, serão pioneiros em ganhar a energia elétrica, o item fundamental para o empresário instalar sua empresa nos municípios e gerar empregos, desenvolvimento e crescimento.

Era o que tínhamos a dizer, sra. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

Antes de v.exa. ocupar a tribuna, quero desejar feliz aniversário ao deputado Ismael dos Santos e uma vida longa, muita saúde e que Deus o abençoe.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Srs. deputados, o deputado que me antecedeu acabou fazendo uma citação sobre o Festival de Dança de Joinville. E como morador da cidade de Joinville, devo assinar embaixo tudo o que o deputado acabou de falar, acrescentando mais ainda: o nosso Festival de Dança de Joinville, hoje, faz parte do calendário dos principais eventos em nível de Brasil. E muita gente se esquece que o pai dessa idéia foi justamente o nosso governador do estado, Luiz Henrique da Silveira.

Aliás, tenho escutado muito nos últimos tempos, principalmente aqui nesta Casa, que para qualquer problema, de qualquer ordem, imediatamente se aponta o dedo em direção ao governador do estado, Luiz Henrique da Silveira. Dois policiais se corrompem, vendem-se, facilitam a fuga de 43 presos, imediatamente se aponta o dedo para o governador. Ele é o culpado. Qualquer coisa que aconteça neste estado, imediatamente se corre para esta tribuna para crucificar o governador Luiz Henrique. É impressionante, mas faz parte do jogo político, faz parte da democracia.

Mas quando vemos esses fatos sendo diariamente batidos na mesma tecla, até a própria Oposição começa a perder um pouco a sua credibilidade, porque para tudo o que acontece, imediatamente se corre atrás do culpado, o governador Luiz Henrique, que deve ter costas largas, pois tudo que se faz de errado ele é o grande culpado e esquecem-se das grandes obras, das grandes iniciativas que este governo trouxe para Santa Catarina.

Não é preciso citar muita coisa. Os municípios que antes não tinham os seus acessos asfaltados, hoje praticamente todos estão com asfalto. Nós podemos fazer inúmeras citações, mas nenhuma delas será suficiente para que principalmente a Oposição desta Casa reconheça algum valor no nosso governador. Faz parte, mas faz parte até um determinado ponto, porque a partir daí a coisa parece que parte mais para questões pessoais, para questões políticas mal resolvidas e de políticos mal resolvidos. Mas, enfim, a vida continua.

Mudando de assunto, eu estava em Joinville - e, aliás, estou sempre por lá - e reparei como o nosso Hospital São José está sobrecarregado. Tenho um amigo que ficou hospitalizado, na semana passada, lá no corredor do hospital durante dois dias. Pediram, inclusive, a minha interferência, e eu neguei porque não faço isso por meus critérios. Não faço para ninguém tentar tirar alguém da fila para se sobrepor aos demais que ali estão. Não faço!

Mas um amigo de longa data ficou nos corredores do hospital durante dois dias, até conseguir um quarto para ser internado. Ele apelidou o corredor do São José de Carandiru e disse-me: "Fiquei no Carandiru, Nilson Gonçalves, durante dois dias". Graças a Deus já está retornando para a sua casa.

Isso não é um fato apenas do hospital de Joinville, do hospital de Florianópolis; é um caos que se estabeleceu na saúde pública deste país como um todo, eu diria. Mas em Joinville, lá especialmente onde eu convivo e conheço melhor, o problema está bem mais agravado por conta, e os senhores podem até não acreditar, do aumento diário de acidentes, principalmente com motocicletas.

Nós, nos últimos cinco anos, quadruplicamos o número de veículos de duas rodas, de motocicletas, em Joinville. Tínhamos, há cinco anos, duas ou três revendas de moto, e hoje temos umas 15 autorizadas. São motos que nem eu, que sou antigo no ramo, conheço a marca, e estão instaladas em Joinville vendendo uma barbaridade. E cada vez irá aumentar mais o número de motocicletas, por conta do problema do trânsito que nós enfrentamos com os congestionamentos. E esse aumento não será apenas lá, mas em Florianópolis e em outros grandes centros. E assim ocorre o aumento do número de muitos acidentes!

Então, hoje, os nossos hospitais estão sobrecarregados de vítimas de acidentes. Aqueles enfermos com doenças, quando vão para os hospitais, deveriam ter lá uma vaga para se internar, mas estão perdendo essas vagas para os acidentados, porque o cidadão entra no hospital doente, seja lá com que tipo de doença, e vai para a fila aguardar ser atendido. Imediatamente chega um acidentado todo arrebatado e é claro que aquele terá prioridade. E não demora muito e já chega outro. Nós chegamos ao cúmulo, em Joinville, de as ambulâncias não poderem ir embora, porque a própria padiola na qual eles colocaram o acidentado não pode ser desocupada. E essas pessoas estão ocupando o lugar daqueles nossos docentes que normalmente ocupariam essas vagas.

Estamos sugerindo ao governador que possa ser instalado, em Joinville, um hospital especializado em traumatologia para desafogar os hospitais normais que nós temos lá. Um hospital especializado em traumatologia específico para atender às pessoas acidentadas em qualquer tipo de acidente dará uma atenção melhor, um encaminhamento melhor, e assim não irá sobrecarregar os hospitais da cidade.

Acredito que isso deva acontecer em Joinville e também em outros centros, por conta dessa incidência fantástica de acidentes que nós vimos no dia-a-dia.

Muito obrigado, sra. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente e srs. deputados, vivemos numa sociedade que, infelizmente, se sobressai por várias situações quanto à questão do individualismo, fruto do sistema capitalista que vivemos no nosso país que concentra, além do egoísmo, o individualismo. E é aí que o estado deve ser desafiado a promover as políticas públicas necessárias exatamente para que a dignidade do ser humano, da pessoa, possa estar acima de qualquer coisa.

Portanto, esse é o desafio do estado no sentido de promover a inclusão social, a dignidade das pessoas. É lógico que as políticas públicas são extremamente importantes para que, através dessas ações, promova-se a inclusão, a dignidade dos seres humanos.

Nesse sentido e nessa linha volto novamente à tribuna exatamente para reforçar esse momento histórico que a sociedade catarinense e o sul do nosso país vivem, porque hoje, depois de quase 50 anos, Santa Catarina vislumbra a segunda Universidade Federal em seu estado. Acontecerá hoje, às 15h30min, a assinatura do ato do presidente Lula autorizando o início de todo esse processo da criação da Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, envolvendo os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. A universidade, deputado Silvio Dreveck, terá quatro *campi*, com a sede em Chapecó, Santa Catarina.

Agora, a região sul, conforme citava no dia de ontem, tem empobrecido ao longo dos anos, devido a uma situação de estagnação em todos os setores. Essa região do nosso país, onde predomina essencialmente a pequena agricultura, vivenciou problemas climáticos fortíssimos e enfrentou, como consequência disso, a ques-

tão do êxodo rural e, ao mesmo tempo também, o próprio êxodo urbano, devido à falta de políticas públicas nessas regiões. Porque as pessoas de lá se sentiram na obrigação de buscar uma vida melhor em outras regiões, e aí, é claro, sabemos das consequências geradas através da concentração da população em alguns municípios do nosso estado, como a questão da habitação, do saneamento básico, do emprego, da renda, da qualidade de vida, enfim, uma série de problemas. E a universidade federal naquela região será, sem dúvida nenhuma, um instrumento de desenvolvimento.

Srs. deputados, inicialmente, serão em torno de 1,5 mil vagas. Inicia-se com 15 cursos e, ao longo do processo da instalação, será ampliado para 30 cursos durante todo o processo de implantação.

A região representa 1/4 do território do sul do Brasil. Contudo, o PIB desse 1/4 é de apenas 10% do total da região. Portanto, nesse sentido percebemos que a opção que o presidente Lula faz, juntamente com a interpelação de vários movimentos sociais, de segmentos da sociedade, é estratégica porque os dados confirmam isso. É uma região empobrecida, na qual a presença da universidade, sem dúvida nenhuma, será um instrumento para proporcionar o seu desenvolvimento. O presidente Lula faz uma opção e dá a razão da existência do estado, ou seja, dar exatamente para aqueles que têm menos condições.

Deputado Silvio Dreveck, a educação, sem dúvida nenhuma, será o grande instrumento de uma transformação naquela região toda, gerando qualidade de vida, renda, e desenvolvimento para aquela região, através da pesquisa, do ensino, da tecnologia, e assim por diante.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Cumprimento v.exa. pelo pronunciamento que faz.

Quero dizer que, mais do que isso, é o investimento que o governo federal está fazendo na certeza de que, certamente, será a alavanca de transformação dessa região. E com muita propriedade v.exa. colocou que é um instrumento que transforma a sociedade, que dá oportunidade para o cidadão. E certamente essa descentralização de investimentos é um modelo que vai dar certo.

Sr. deputado, parece que hoje o presidente da República vai assinar o decreto, ou sancionar a lei, que estabelece o piso para a educação. Isso é muito importante e espero que em Santa Catarina o piso seja cumprido não através do abono, mas, sim, da remuneração dos nossos professores do estado de Santa Catarina.

Parabéns a v.exa. e ao governo federal, pelos investimentos nessa área do conhecimento.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Só para completar, quero dizer que essa ação do presidente Lula abrange 381 municípios dessa região sul do país, basicamente em torno de 3,7 milhões de pessoas dessa grande região sul do estado.

O Sr. deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado padre Pedro Baldissera, parabênz v.exa. pelo pronunciamento.

Sei que o tempo é extremamente curto, mas só quero pedir a v.exa. para lembrar ao presidente Lula do apoio à federalização da Furb em Blumenau, porque essa também foi uma promessa e tomara que o governo Lula a cumpra também.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Com certeza, nobre deputado, aos poucos o nosso presidente vai implementando e honrando todos os seus compromissos.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peça a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, eu estava fazendo um exercício de raciocínio na tribuna e faltaram dois detalhes que eu precisava ter falado. Nós tivemos, nos últimos seis meses, em Joinville, 1,6 mil acidentes registrados. Em 1999, nós tínhamos 15 mil motos em Joinville e hoje nós temos mais de 50 mil motos transitando no nosso município.

Então, eram esses dados que eu queria deixar registrados, pois não os citei quando ocupei a tribuna.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, está inscrito para falar o deputado Cezar Cim, que irá usar o horário conforme acordo entre os partidos: os cinco minutos do PTB, mais o horário do PDT, de cinco minutos.

Com a palavra o sr. deputado Cezar Cim, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Como diz o meu irmão tijucano, o meu irmão migrante, os pequenos têm que se unir, não é verdade?

Inicialmente, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, sras. deputadas e srs. deputados, quero cumprimentar o meu irmão e deputado Ismael dos Santos, desejando que Deus continue iluminando-o, como também a sua família.

E gostaria de agradecer ao meu companheiro de partido, o deputado Sargento Amauri Soares, por ter-me concedido os cinco minutos do PDT, como também ao deputado Narcizo Parisotto, por me ter concedido os cinco minutos do PTB.

Numa época não muito remota, eu li um livro cujo título era *Jesus Cristo, o maior psicólogo de todos os tempos*. Nesse livro o autor, fazendo referência à pregação de Cristo, chegou à conclusão de que o ser humano pauta a sua vida mais pelo que acredita do que por aquilo que sabe. E por isso que Cristo fez todo aquele sucesso, sucesso esse que ainda continua no nosso meio. E essa virtude que ele soube impor com muita capacidade responde pelo nome de fé. E eu recorri ao deputado Ismael dos Santos para buscar em Hebreus, Capítulo 2, versículo 1, o seguinte: "A fé é a certeza nos fatos que não se vêem e a confiança nas coisas que se espera".

Digo isso porque, apesar daquele acontecimento maravilhoso que houve em Blumenau com relação à indenização imposta a alguns bancos por terem deixado pessoas por tempo superior ao da lei nas filas dos bancos, a maioria das pessoas não está acreditando. Todo mundo vê, todo mundo lê, as decisões são judiciais. Inclusive um colega nosso, e não lembro o nome, disse-nos: "Cuidado, vocês terão que devolver o dinheiro porque é inconstitucional a regulamentação dos bancos pelas Câmaras de Vereadores". Mas os Tribunais Superiores já estão decidindo sobre isso.

Então, o que aconteceu em Blumenau foi que a Câmara de Vereadores fez uma lei maravilhosa, abrangente, inteligente, impondo aos bancos que colocassem à disposição dos consumidores cadeiras, banheiros, telefone para a pessoa que desejasse ligar para o Procon. E criou a senha com o prazo máximo de 35 minutos nos primeiros dez dias do mês e nas segundas-feiras, e nos dias normais 20 minutos.

E essa senha, como já disse em outra oportunidade, tinha três objetivos. O primeiro deles é a função cronológica. Chegou, pegou a senha e está garantido o seu atendimento. A segunda função, em razão dessa cronologia, é a de desestressar. Para isso, tem que haver banheiro, cadeira para sentar, para ler jornal, para ficar aguardando e para assistir à televisão. E o terceiro objetivo é aquele de propiciar ao Procon a fiscalização.

E o Procon de Blumenau impôs aos bancos mais de um milhão de multas, mas isso não foi o suficiente e agora o Judiciário impôs essas indenizações. E para quem ainda continua cético, para quem não tem fé, para quem ainda não leu a Bíblia e interou-se do que é a fé, os bancos já procuraram os autores dessas ações e estão propondo uma negociação.

Isso é maravilhoso, é a vitória do pequeno contra o grande. Pelos personagens bíblicos, deputado Ismael dos Santos, é a vitória de David contra Goliás. Isso nos deixa feliz, na medida em que o Judiciário deu a sua resposta, como já disse aqui, julgando ações contra os bancos em menos de oito meses! Mas isso é assunto para ser aplaudido com todas as forças!

E agora vem o terceiro ponto. Por que nós não propiciamos aos catarinenses que sejam também beneficiados por essa lei como foram os blumenauenses? Ou seja, por que não os bancos cumpriram a lei com relação às filas em todos os recantos do estado de Santa Catarina?

Eu estava meditando: ora, todo município tem Câmara de Vereadores, todo município, se não tem sede da comarca, faz parte de uma comarca. Então, tem juiz, tem promotor, tem o Judiciário. Agora vem o problema - e nesse restante do tempo quero fazer um apelo a v.exas. para que esta Casa Legislativa colabore nesse sentido -: nós temos só 70 Procons em Santa Catarina. Isso é criminoso, isso é afrontoso, na medida, deputado Jandir Bellini, em que se tira da pessoa carente, do consumidor, da dona-de-casa, do sacrificado, do humilhado a possibilidade de ver o seu direito respeitado! E não é preciso que os Procons se transformem em uma fábrica de multa; não há necessidade de se deflagrar uma guerra do grande contra o pequeno, porque quando o pequeno guerreia contra o grande, sabe-se quem vai ganhar e quem vai perder.

Mas nós gostaríamos de contar com o apoio desta Casa no sentido de levarmos a todos os recantos de Santa Catarina essa coisa maravilhosa que nós tivemos lá em Blumenau, que foi a união, a parceria da Câmara de Vereadores fazendo uma lei espetacular, uma lei exequível, uma lei abrangente. Temos lá um Poder Judiciário que demonstrou que todos são tratados com igualdade, julgando os processos contra os bancos em menos de oito meses, e um Procon que é o único do país, deputado Jean Kuhlmann, que não tem poder punitivo e mesmo assim tem feito essas coisas maravilhosas.

Então, por que não fazer uma lei, que tenha origem nesta Casa, no sentido de impor ao administrador municipal que ele coloque à disposição da comunidade um Procon? Em alguns municípios não há estrutura para se ter um Procon. Vamos criar, dessa forma, um Procon regionalizado!

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Parabéns, deputado Cezar Cim. V.Exa., como sempre, é um grande defensor das coisas e das causas populares, de maneira especial do consumidor.

Eu quero dizer a v.exa. que quando fui prefeito de Ituporanga tive a oportunidade, motivado até pela sua luta, de criar o Procon lá na minha cidade. Mas eu queria também pedir a v.exa. que, como autoridade nesse campo, prestasse um favor a Santa Catarina fazendo um périplo por este estado e, com a sua voz em defesa dessa criação, mostrando, através de palestras, a importância de haver um Procon lá no pequeno município distante dos direitos do cidadão.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Obrigado, deputado Carlos Hoegen.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Cezar Cim, gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que, apesar de o Procon de Blumenau não ter esse poder todo que talvez deveria ter, ele tem algo que v.exa. ajudou a construir muito, que é a credibilidade. O Procon de Blumenau e os Procons de Santa Catarina têm essa credibilidade. Por isso muitas vezes a existência do Procon, mais do que forma punitiva, serve também para que o bandido, para que aquele comerciante ruim saiba que, se ele fizer algo de errado ao consumidor, tem alguém ali para protegê-lo.

Meus parabéns pelo pronunciamento!

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Muito obrigado, deputado.

Sr. presidente, nesses minutos que nos restam, queremos fazer um apelo sensibilizado no sentido de que pudéssemos colaborar para que todos os municípios de Santa Catarina, como dissemos, tivessem o seu Procon, ainda que um Procon humilde, ainda que um Procon singelo. E ainda, se necessário, que fizesse parte de um Procon maior, aquilo que nós chamamos de regionalizado.

Tenho certeza de que o Ministério Público de Santa Catarina, que também tem sido um baluarte na defesa do consumidor, vai dar apoio à nossa idéia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Cezar Cim.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sra. presidente e srs. deputados, nas últimas sessões eu tenho acompanhado algumas manifestações, principalmente dos deputados da base governista, e essas manifestações têm gerado, na minha avaliação, algumas dúvidas no que diz respeito à questão da saúde em Santa Catarina.

Tivemos um episódio há poucos dias aqui em Florianópolis, e sabemos que não podemos condenar um fato único por todo um sistema ou por um número de profissionais que têm exercido com dignidade as suas atividades.

Também ouvi dizer que o problema da Saúde em Santa Catarina é por conta da tabela defasada do SUS, que é paga pelo governo federal. É bem verdade que essa tabela, ao longo dos anos, está com uma defasagem no que diz respeito ao pagamento de consultas, ao pagamento de exames, ao pagamento de procedimentos cirúrgicos, ao pagamento de internações, com exceção de alguns procedimentos que são pagos e que são condizentes com a realidade de mercado, ou próximos dessa realidade.

Mas não podemos levar essa deficiência apenas para o governo federal. A deficiência na Saúde no Brasil vem de muito tempo. Ainda que não seja o melhor sistema, mas desde a implantação do SUS nós tivemos grandes avanços, principalmente porque houve a municipalização e os municípios assumiram grande parte do serviço da saúde pública no Brasil.

Mas se nós temos problemas em Santa Catarina com a tabela, como existe em outros estados, não podemos esquecer que, segundo o relatório do Tribunal de Contas, deputado Pedro Baldissera - e v.exa., o deputado Jandir Bellini e tantos outros colegas já foram prefeitos -, o estado de Santa Catarina não cumpriu o percentual destinado ao serviço da Saúde, deputado Décio Góes.

Então, se há falta de recursos - e vai existir essa falta -, não podemos apenas dizer que o governo federal é o culpado, porque se o estado não cumpre com o seu percentual, conforme determina a lei... E se fosse um prefeito que não tivesse cumprido a lei, certamente que estaria com a recomendação da rejeição das contas. Não é nada demais porque é o cumprimento da lei que nós temos que fazer como administradores públicos.

E quando se trata de governo do estado, nós, da Oposição, em momento algum criticamos aqui as obras realizadas pelo governo. Agora, não podemos nos omitir quando há deficiência no governo e essas deficiências vêm a público e não se esclarecem.

A Oposição, certamente, na medida em que as coisas forem esclarecidas, na medida em que houver transparência nos fatos, vai cessar essa angústia da população catarinense, que espera que sejam esclarecidos esses episódios que já aconteceram, começando com o do Aldo Hey Neto, que até hoje não apareceu o dinheiro; o episódio da Epagri, dos funcionários fantasmas, que também não se elucidou; o da compra, sem licitação, já no primeiro mandato do governador, dos medicamentos e procedimentos na saúde pública; o episódio mais recente do Beto Carrero; e agora esse episódio da revista *Metrópole*, que não foi esclarecido.

Então, é esse o apelo que nós estamos fazendo. Nós não estamos julgando nem culpando ninguém, mas precisamos, deputado Nilson Gonçalves, para o bem da transparência e da sociedade, esclarecer todas essas questões. E é isso que nós estamos tentando fazer para que a população catarinense tenha conhecimento dos fatos e não fique na dúvida.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. falou que o governo do estado deixou de cumprir com as suas obrigações em relação à Saúde. V.Exa. poderia esclarecer melhor para que possamos entender o que o governo realmente deixou de fazer?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Hoje à tarde, deputado, eu trarei a v.exa. o relatório do Tribunal de Contas. Existe uma lei que determina um percentual mínimo para que o estado invista na Saúde, ou seja, dinheiro, como existe um percentual de 25% para a Educação. Esses dois percentuais, o governo do estado não cumpriu nos anos de 2006 e 2007, segundo o próprio relatório do Tribunal de Contas que eu faço questão de trazer aqui. E não são palavras minhas, são do relatório do Tribunal de Contas. É por conta disso que eu estou falando, pois não viria aqui falar sobre esse descumprimento do governo, se ele tivesse cumprido a lei.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Eu só estou perguntando porque isso me causa estranheza, pois as contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas. Isso que v.exa. está trazendo para mim é uma novidade.

Eu gostaria de ter esse relatório em mãos, se fosse possível. Eu agradeço se v.exa. trouxer à tarde para esta Casa!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Com certeza, deputado. Farei isso com o maior prazer e satisfação para deixar v.exa. informado.

Gostaria ainda de aproveitar esse momento para dizer que nesta semana tive a oportunidade de presenciar uma apresentação sobre a descentralização, através das secretarias Regionais. E no relatório, para minha surpresa, uma obra, feita com recursos do BID no governo Esperidião Amin, foi apresentada como investimentos da descentralização na Regional da minha região, deputado Valmir Comin. Eu fiquei surpreso!

Então, com todos esses problemas que nós temos da falta de investimentos, problemas na Saúde, na Segurança Pública, na qualidade da Educação, nós precisamos que o governo do estado reveja esse excesso de secretarias Regionais, pois isso está consumindo nada menos do que R\$ 150 milhões por ano. E não para investimento, e sim para despesas operacionais.

Entendo que uma secretaria no planalto serrano, no meio-oeste, no sul do estado, com a descentralização de recurso para investimentos, traria uma eficiência, sem dúvida alguma. Nós sabemos que há secretaria mais eficiente, menos eficiente, mas me refiro muito à minha região, porque de fato os recursos que vão para lá são do Tesouro do estado. E se o secretário não for ágil, não for aquele secretário que vem aqui em Florianópolis para cobrar do governo do estado, não acontece investimento, a não ser através dos fundos, através dos recursos de financiamentos, mas não com o Orçamento das secretarias Regionais, ficando apenas no âmbito da despesa operacional com pessoal, com viagens, com diárias, com combustível e assim por diante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, o aniversariante do dia, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sra. presidente e srs. deputados, bom-dia! Desejo cumprimentar os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e os servidores desta Casa. Registro minha gratidão pelos abraços fraternos que recebi nesta manhã.

Sra. presidente e srs. deputados, o maior patrimônio de uma nação, como já foi dito, é o seu povo. E o maior patrimônio de um povo são as suas crianças, deputado Cézar Cim.

Cito a sua pessoa como operador da lei para registrar (fiz isso rapidamente ontem, mas gostaria de aprofundar um pouco mais esta manhã) essa belíssima data dos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei n. 8.069.

Tive a oportunidade, deputado Ivan Naatz, de participar (e v.exa. também) dos primeiros debates para o estabelecimento das regras, das diretrizes, da filosofia do Estatuto da Criança e do Adolescente. Mais tarde tive a oportunidade de ser diretor da secretaria da Criança e do Adolescente, posteriormente secretário municipal da Criança e do Adolescente, inclusive quando a presidente desta Casa, deputada Ana Paula Lima, também exercia as suas atividades na área social em nossa cidade. A Secriad foi a primeira secretaria da Criança e do Adolescente do Brasil. Fomos pioneiros nessa perspectiva.

Trago à tona um comentário de Ruy Barbosa, quando comentava sobre a Constituição de 1891 com uma riqueza conceitual e uma nítida separação entre direitos e garantias. Dizia Ruy Barbosa: "Os direitos são destinados a fazer valer o exercício da cidadania. As garantias são os bens e vantagens conferidos pela norma". O Estatuto da Criança e do Adolescente traduz essa simbiose entre direitos e garantias, são regras de segurança para os nossos 60 milhões de crianças e adolescentes neste país.

É claro que ao longo desses 18 anos tivemos desafios e conquistas. Conquistas, por exemplo, como a taxa de mortalidade infantil, que foi reduzida em 45% graças a algumas intervenções do Estatuto da Criança e do Adolescente. Conquista como o índice de acesso à educação pública no ensino profissional, que foi ampliado de 79% para 98% ao longo desses 18 anos. Conquistas como a diminuição significativa da negligência, da discriminação, da violência e, sobretudo, da exploração da criança e do adolescente, quando foram retiradas mais de cinco milhões de crianças de trabalhos escravos nos canaviais, nas carvoarias do país.

Há muitos desafios, é verdade. Apesar dos avanços, precisamos aproximar a teoria da prática.

Eu sempre tenho dito que a lei do Estatuto da Criança e do Adolescente nem a Suíça têm. É lei de primeiro mundo, sem dúvida alguma, deputado Cézar Cim. Agora, temos que aproximar essa legislação da prática para que efetivamente não tenhamos esse distanciamento, porque o defeito não está na lei, mas nos executores dela.

Outro desafio que temos, sem dúvida alguma, com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, é derrubar alguns mitos como, por exemplo, o oriundo dessa controvérsia da idade penal aos 16 anos, deputado Jean Kuhlmann. E quase sempre o mito surge porque se desconhece a eficácia das medidas socioeducativas, que têm muito mais caráter educativo do que punitivo.

Por exemplo, há um mito - e como secretário municipal da Criança e do Adolescente que fui durante dois anos ouvia muito - de que o adolescente comete a infração e não vai preso. Ora, a Lei n. 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando trabalha com a questão das medidas socioeducativas, diz de forma muito clara:

(Passa a ler.)

"Art. 112 - Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;" (tivemos a oportunidade de construir em Blumenau uma casa de semiliberdade)

"VI - internação em estabelecimento educacional." [...][sic]

E aqui está um detalhe que muita gente passa por cima, pois significa, sim, privação de liberdade em até três anos para o adolescente infrator. Então, essa falácia precisa cair por terra.

Agora, é necessário que o Estatuto da Criança e do Adolescente deixe de ser retórica e passe a ser prática, superando, sobretudo na questão das medidas educacionais, o modelo carcerário dos centros de internação, qualificando os programas de internação, sobretudo respeitando o passado com a esperança no futuro.

Gostaria, nesta data, 13 de julho, quando se comemora os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, de destacar também o papel dos conselheiros dos direitos da criança e do adolescente, que fazem esse trabalho voluntariamente; dos conselheiros tutelares, 93% dos municípios brasileiros já têm o seu Conselho Tutelar, são mais de 73 mil no país.

Concluo, sr. presidente e srs. deputados, com as palavras do nosso decano Voldemar Kinas, ilustre personagem em Blumenau, quando diz: "Quem não investe na criança, hipoteca o futuro".

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Ismael dos Santos!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, quero anunciar, com satisfação, a presença nesta Assembléia do pastor da Assembléia de Deus, Sebastião Wolf, um policial militar da reserva da cidade de Lages que agora atua na igreja na cidade de Garopaba, e do sr. Anécio Espíndola dos Passos, diácono também da Assembléia de Deus, que estão aqui nos visitando. Trata-se de família conhecida dos nossos companheiros policiais militares, ele próprio é policial militar da reserva.

Muito obrigado, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável à seguinte matéria: Ofício n. 0070/2008.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável às seguintes matérias:

Ofícios n.s: 0019, 0029, 0049, 0078, 0079, 0080, 0082, 0083, 0084, 0086, 0087, 0088, 0089, 0090, 0091, 0093, 0094, 0095, 0096, 0097, 0098, 0101, 0105, 0106, 0107, 0108, 0110, 0116, 0118, 0119, 0121, 0125, 0127, 0131, 0133, 0136, 0138 e 0140/2008.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente e srs. deputados, gostaria de continuar falando um pouco sobre o que nosso presidente Lula vem realizando no estado de Santa Catarina.

Quero, na linha do deputado Valdir Cobalchini, que no horário dos Partidos Políticos realçou várias ações do governo federal que estão acontecendo no nosso estado, dizer que nesta manhã estive em contato com o superintendente do DNIT, João José dos Santos, que, aliás, com toda a sua equipe, vem fazendo um trabalho exemplar, de extrema qualidade, no nosso estado, por todas as rodovias federais.

Eu percorro, de uma ponta a outra, o estado de Santa Catarina toda semana. Saio da capital, onde começa a BR-282, e vou até o final dela, na divisa com a Argentina. Dificilmente faço esse trajeto pelo ar, faço pela estrada, fiz uma opção. Seria muito mais cômodo, muito mais fácil pelo ar, mas, diante dos contatos que nós vamos mantendo no dia-a-dia durante esse trajeto - porque é

importante ouvir e conversar com a população, conversar e fazer contatos com as lideranças -, temos feito a opção de fazê-lo pela rodovia, pela estrada. Tenho feito isso, e não de uma forma tão alta em número de vezes como estou fazendo agora, mas desde 1997, quando fui prefeito da cidade de Guaraciaba. De lá para cá venho fazendo esse trajeto constantemente. E pela primeira vez na história, nesses anos todos em que transitamos pela rodovia de uma ponta a outra, percebemos o trato que a BR-282 vem recebendo.

Em contato com João José dos Santos, ele realçava o trabalho importante que toda a equipe vem desenvolvendo de uma ponta a outra, porque são vários trajetos que estão recebendo manutenção. Nesse trajeto do município de Rancho Queimado até Alfredo Wagner, está sendo feito um trabalho exemplar. Não foi retirada só a camada asfáltica, mas em muitos trechos foi retirado todo o asfalto, e onde havia problema de drenagem, agora tem sido feita uma nova, a questão de um metro de profundidade. Quer dizer, de uma forma para que não se repitam os problemas que essa rodovia e esse trecho tiveram repetidas vezes. Além disso, basicamente está sendo refeito o asfalto, com um investimento de quase R\$ 20 milhões no referido trecho.

Outro trecho que já foi comentado nesta tribuna é o que une São José do Cerrito até o entroncamento com a BR-470, passando por Vargem, perto do município de Campos Novos. Ainda não está concluído, mas esperamos que o presidente Lula venha fazer a inauguração desse trecho, porque já é esperado há 40 anos, desde o início da rodovia, ou pelo menos desde que iniciou a obra da BR-282. Certamente, em questão de 30 dias mais ou menos, deverá ficar totalmente pronta e sinalizada.

Outro trecho extremamente importante que está em fase bem adiantada é o de São Miguel d'Oeste até a divisa com a Argentina, passando pelo município de Paraíso. É um trecho extremamente importante naquela região, que ligará o nosso estado de uma ponta a outra através da BR-282. A obra está bem adiantada, além das expectativas. Já temos vários trechos recebendo a primeira camada asfáltica, um trabalho que vai a passos largos, com um asfalto de qualidade. Destaca-se, que está sendo feito um trabalho com grande qualidade. E isso é importante para a segurança e, ao mesmo tempo, para a qualidade do próprio asfalto.

Esperamos que a Argentina, do outro lado, também faça os seus 42 quilômetros, deputado Elizeu Mattos, de um trecho extremamente importante. É aí poderemos ligar os dois oceanos, o Atlântico ao Pacífico. Saímos de uma ponta e vamos à outra. Portanto, é uma rodovia extremamente importante para o desenvolvimento do nosso estado e do nosso país também.

Srs. deputados, começará agora, também, a restauração de um trecho extremamente importante, que é do trevo do município de Irani a Chapecó. Ao mesmo tempo, teremos a elaboração do projeto prevendo a duplicação desse trecho. Portanto, deputado Valdir Cobalchini, é um investimento extremamente positivo e importante. Isso dá segurança para a nossa população.

É claro que lamentamos, sempre, a morosidade das coisas. E, às vezes, elas não saem de acordo com aquilo que imaginamos e gostamos. Agora, o nosso reconhecimento a toda equipe do DNIT pelo excelente trabalho, pela preocupação e pela qualidade que está imprimindo dentro de sua função, dentro desse departamento importante, que traz as ações do governo do presidente Lula.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Quero cumprimentar v.exa. e dizer que no meu pronunciamento feito anteriormente tive a oportunidade de me referir a essas conquistas de Santa Catarina, que são do governo federal.

Falo como cidadão, como alguém que utiliza as rodovias federais de Santa Catarina durante todas as semanas, e quero reconhecer o bom trabalho realizado porque temos que ter a liberdade de criticar quando a crítica procede, e também ter a humildade de elogiar, de reconhecer quando o trabalho é bem feito. E há muitos anos eu não via as nossas rodovias nas condições em que elas se encontram. Refiro-me à BR-282, pelo zelo, pela limpeza, pela roçada na beira das rodovias que praticamente é feita a cada 60 dias, enfim, à segurança que nos dá ao passarmos por ela todas as semanas.

Então, parabéns a v.exa! E quero, ao cumprimentá-lo, cumprimentar o governo federal, na pessoa do presidente da República, e o DNIT pelo trabalho que vêm fazendo em todas as rodovias federais de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre deputado, também quero cumprimentá-lo. Passei recentemente no trecho novo de São José do Cerrito a Campos Novos, num asfalto de qualidade excepcional. E a BR-282, depois de décadas e décadas, graças ao presidente Lula está acontecendo.

E nós, do sul do estado, estamos regozijantes, até porque quando viemos a geografia da estrada é uma e quando voltamos é outra. As obras da duplicação estão acontecendo e a rodovia da morte, que era a BR-101 no sul do estado, passará a ser a rodovia do crescimento e da redenção do sul.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Inscrito o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, gostaria também de registrar o nosso apoio à federalização da Furb, que também foi citada nesta sessão de hoje, e dizer que temos participado desse debate na cidade de Blumenau e que vamos continuar participando, evidentemente, porque os nossos companheiros naquela cidade têm trabalhado pela expansão do ensino público superior que o governo federal tem feito. Isso é elogiável, merece o nosso aplauso.

Mas, em Blumenau, a federalização da Furb é a simbologia disso no estado de Santa Catarina, ou seja, da mudança de um paradigma no trato da questão do ensino superior por parte do governo.

Srs. deputados, vou retomar o tema que falamos ontem sobre a paralisação dos policiais e bombeiros do estado de Rondônia e da nossa viagem à capital daquele estado, das negociações que pudemos ajudar a construir, do impasse por parte do movimento, que não queria aceitar a proposta feita na negociação que houve com o governador.

Vou falar sobre essa questão porque, como eu falava ontem, foi um movimento que assumiu uma radicalidade, um nível de espontaneidade, um nível de caos social que não imagina ver a partir da existência de um movimento de greve e, sobretudo, de greve na Segurança Pública.

Srs. deputados, imaginem uma cidade ou um estado em que a sua capital fique uma semana sem um policial militar na rua. Isso aconteceu no estado de Rondônia, na sua capital, Porto Velho. A marginalidade vai descobrindo essa situação e passa a agir com muito mais folga, evidentemente, o que comprova a importância da Polícia Militar, do seu efetivo, do patrulhamento de pessoas nas ruas trabalhando o tempo todo, 24 horas por dia, sete dias por semana, o mês inteiro, a ano inteiro, sempre, sem parar. Em qualquer momento de nossas vidas, se nós nos lembrarmos, há policiais na rua e na guarita das penitenciárias. Aqui no cadeião do Estreito não havia nenhum policial militar trabalhando nessa função; se tivesse - e não havia por falta de efetivo -, a situação seria diferente.

Retomando ao tema de Goiânia, ficamos contentes por termos ajudado a abrir os canais de negociação com o governador do estado, junto com os deputados estaduais da região, que são também praças da Polícia Militar de lá. Lamentavelmente, a proposta não havia sido aceita, inicialmente, por parte dos manifestantes, que criaram um conflito agudo, caótico e violento, com muitas pessoas empunhando armas no momento em que deveria se realizar uma assembleia. E, evidentemente, com arma em punho, não se pode fazer uma assembleia e argumentar com racionalidade numa situação como aquela.

Nós, que já tínhamos a passagem marcada, tivemos que voltar com a situação nesse pé. Mas, felizmente, na metade da tarde de ontem, depois de muita conversa, de mais de 20 horas de diálogo entre as partes, a proposta foi aceita e ela garante até 30% de reajuste para os policiais e bombeiros de Rondônia já no salário de setembro.

Então, analisando toda a situação, achamos que cumprimos com o nosso dever de parlamentar representante dos praças da polícia e dos bombeiros - dentre outros, mas destas categorias de forma especial aqui no estado de Santa Catarina - de ir lá ajudar, construir e contribuir.

Eu fui lá para pacificar o movimento. Para v.exas. terem uma idéia, quando aqui muitos falam que nós somos radicais, intransigentes, que nós não negociamos, nós saímos daqui e fomos até lá para pacificar e pedir calma de ambas as partes para se conseguir um processo de negociação. Estou mais convencido do que nunca que nós precisamos caminhar no processo de negociação salarial dos servidores da Segurança Pública aqui no estado, para não correremos o risco de acontecer o que aconteceu em Rondônia, porque os meios de comunicação não divulgaram nem uma décima ou uma milésima parte do que aconteceu, com assaltos a bancos, homicídios, um caos total, desespero e enclausuramento da população.

Srs. deputados, esperamos não precisar chegar a esse ponto aqui no estado de Santa Catarina para ver cumprida a Lei n. 254 ou a parte que falta pagar desta lei. Nós estamos há quase três meses sem uma negociação salarial efetiva para os servidores da Segurança. Nós temos conversado com os secretários, com parlamentares, com autoridades do governo, e o diálogo está aberto, mas sem resultados, sem números na mesa. Nós precisamos desses índices para poder progredir porque senão nós correremos o risco de, ainda este ano, termos aqui em Santa Catarina uma situação parecida com aquela ocorrida no estado de Rondônia. E

eu estarei, evidentemente, lá junto com eles em todos os momentos, participando e construindo. Nós não podemos chegar aos três anos sem negociação salarial. É inadmissível essa situação.

Então, estamos, mais uma vez, conclamando as autoridades e o governo para que se possa caminhar, efetivamente, para uma negociação conclusiva que aponte números e datas que possam oferecer algum resultado e garantir tranquilidade para os nossos servidores da Segurança Pública, estabilidade institucional e social no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ivan Naatz - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Naatz - Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. é o guerreiro da causa da Polícia Militar aqui nesta Assembleia. Nesse período em que estou aqui neste plenário, eu o vejo todos os dias brigando pelos praças, pela categoria dos profissionais da Segurança Pública, especialmente a Polícia Militar.

E v.exa. coloca muito bem o tema, pois o governo abandonou literalmente a discussão da Lei n. 254. Não há nenhuma proposição aqui nesta Casa a respeito da cobrança do governo. E dizia há pouco tempo que o governo tem que se manifestar com urgência a respeito da posição dos praças e dos policiais militares, ou teremos novamente o caos aqui em Florianópolis, como aconteceu em tempos passados, quando os policiais militares fecharam a ponte, inviabilizaram Florianópolis e tornaram a nossa capital num movimento de revolta pelo abandono que sofre.

V.Exa. cumpre muito bem esse trabalho, e o governo, que está agora assistindo aos pronunciamentos pela televisão, monitorando-os, tem que saber disso. A sociedade catarinense, deputados Joares Ponticelli e Sargento Amauri Soares, exige o cumprimento da Lei n. 254, porque se não fizermos isso, em muito pouco tempo teremos exemplos como esses de Rondônia e que estão-se espalhando pelo país inteiro.

V.Exa. coloca muito bem: temos que chamar essa responsabilidade para o estado porque há urgência no cumprimento da Lei n. 254!

Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Obrigado, deputado Ivan Naatz. O seu aparte veio em boa hora, como sempre.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Sargento Amauri Soares, todos somos testemunhas do seu empenho desde o primeiro dia em que aqui chegou - aliás, desde antes, quando era dirigente da Aprasc. E v.exa. tem toda razão. Tenho conversado muito com a base da Polícia Militar nessas andanças todas, especialmente agora em função desse clima eleitoral, e a insatisfação é generalizada. V.Exa. tem toda razão!

Na sexta-feira passada, tivemos um encontro com vários policiais militares de Tubarão, e tenho conversado também com policiais de todo o estado, e eu não sei aonde é que esse negócio vai parar, pois a situação está ficando perigosa, o governo está brincando com coisa muita séria. Justificativa de falta de dinheiro não é, pois a receita triplicou nesse período, e o governo não honra a palavra...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Inscrito para falar, em Explicação Pessoal, o eminente deputado Carlos Hoegen, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Minha saudação ao nosso presidente, deputado Valmir Comin, aos demais membros da Mesa, às sras. Deputadas e aos srs. deputados!

Queremos dizer que amanhã estaremos vivendo em Vidal Ramos, nossa vizinha cidade de Ituporanga, a assinatura da licença ambiental prévia da empresa Votorantim para a construção da fábrica de cimento. O governador Luiz Henrique da Silveira estará lá para fazer a entrega da licença ambiental prévia para o início das obras de construção dessa grande empresa, desse grande feito para a região.

São R\$ 500 milhões em investimento que provocarão uma verdadeira transformação social, não apenas na cidade, mas em toda a região, com a geração de empregos, de impostos, de oportunidades para milhares de pessoas, num presente de Deus que são as minas colocadas lá pela natureza e que agora a empresa Votorantim, depois de longos estudos, começa a explorar, deputado César Cim, gerando efetivamente uma grande mudança, um grande sucesso e um progresso para Vidal Ramos e toda região. Estaremos lá acompanhando a visita do governador nesse ato importante.

Outro fato a destacar é a matéria que o *Journal de Santa Catarina* publica, hoje, a respeito da falta de mão-de-obra para a colheita da safra de cebola no município de Ituporanga e na região produtora de cebola.

Por um lado, isso é algo que nos tem preocupado, mas, por outro lado, é algo que nos satisfaz, deputado César Cim, porque é fruto de um trabalho feito por lideranças políticas daquela região para que se pudesse diversificar a economia de Ituporanga, gerando oportunidades em outros campos e não apenas na agricultura, para que lá as pessoas pudessem trabalhar e construir os seus sonhos, através do resultado do seu trabalho. E diferente da atividade da economia primária, ou seja, plantar, colher e vender o produto, que é a grande mola propulsora da economia local.

Mas também a nossa preocupação quando prefeito, e que também foi a dos ex-prefeitos e das lideranças políticas, religiosas, empresariais daquela região, foi que tivéssemos uma mudança nesse quadro. Portanto, esse trabalho começa a dar resultados e nós estamos vendo também a diversificação da economia local, deputado Ismael dos Santos, resultando em melhores dias para aquela região.

A par de investimentos como esses da Votorantim, nós temos a indústria têxtil e a indústria metal-mecânica crescendo naquela região, com serviços feitos com a qualidade da mão-de-obra muito característica da nossa região do alto vale do Itajaí, feita por homens e mulheres de bem que sabem fazer uso dos dons que Deus lhes deu para que possam fazer a transformação e a prestação de serviços com muita qualidade, resultando, portanto, num alvissareiro momento também nesse campo, o que nos garante a certeza de melhores dias na nossa grande região produtora de cebola.

Outro assunto que me pauta nesta manhã, na sessão desta quarta-feira, é comemorar a grande redução de acidentes e de vítimas do trânsito, a partir da instauração da lei seca.

Nós cremos que, efetivamente, a lei não vai mudar aquilo que está instalado no subconsciente das pessoas, ou na cabeça do cidadão, mas ela veio em boa hora, em grande momento, e a partir de agora não podemos, deputado César Cim, deixar esmorecer esse levante que se faz na população brasileira em favor dessa lei, em favor de uma nova consciência no trânsito.

Nós temos que lembrar que isso não se faz apenas com um canetaço. Nós lembramos muito bem que o Código Penal foi alterado, deputado Ivan Naatz. V.Exa., que é advogado criminalista, sabe que com esses crimes hediondos as penas são acrescidas. Nós continuamos vendo a mãe jogando a filha pela janela, o filho sendo assassinado pelos pais, o outro sendo queimado, assassinado, o estupro seguido de morte, enfim, tantos outros crimes que foram transformados em crimes hediondos, que tiveram suas penas aumentadas e estão diminuindo.

Então, não basta a lei para mudar. É preciso criar a consciência. E eu tenho insistido - e quero ter ainda essa semana próxima uma conversa com o nosso secretário da Educação - para que nós possamos instituir, dentro do nosso calendário de atividades escolares e dentro das matérias a serem inseridas no ensino médio, a partir do primeiro ano, alguma coisa em relação a isso, deputado César Cim.

Nós precisamos criar uma nova consciência. Eu não acredito, deputado Valdir Cobalchini, que um fato como esse, que nós comemoramos hoje, não possa ser um fato duradouro. Agora, para que isso aconteça é preciso que a igreja se mobilize, que o padre, o pastor, lá no momento da sua oratória, no momento de falar aos seus fiéis, lembre dessa importância de respeitar o semelhante. E que as entidades, os clubes de serviço, que a escola, que este e todos os Poderes se unam para que nós motivemos a continuidade dessa chama de cidadania acesa.

Respeitar as leis de trânsito é uma coisa que tem que estar acima de tudo e qualquer coisa porque está, por consequência, respeitando o dom maior que Deus concedeu, que é a vida. E se nós não mudarmos a consciência das pessoas, nós vamos ver o arrefecimento desse movimento, nós vamos ver a diminuição das atividades em defesa dessa lei e, portanto, daqui a pouco poderemos ver essa letra apenas como uma letra morta, inserida em mais um dos nossos códigos, em mais uma das nossas leis, desse emaranhado de leis que nós temos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Carlão, quero apenas me somar ao discurso e dizer que fiquei um pouco preocupado hoje pela manhã, quando escutava de uma emissora de rádio que a OAB está promovendo, hoje, exatamente no dia de hoje, um seminário em Brasília, reunindo as seccionais de todos os estados brasileiros, para questionar a constitucionalidade dessa lei. Isso me preocupou, vindo da OAB. E fiquei preocupado em saber, sobretudo, que cinco milhões de brasileiros acabam consumindo pelo menos uma garrafa de cerveja por semana. Esses são dados que devem nos deixar alertas e na defesa da importância dessa lei.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Nós só queremos que a força do capitalismo não se sobreponha à força dos interesses da vida. E em relação à questão da OAB, acho até, deputado, que é uma boa discussão, porque se há inconstitucionalidade, se há algo que possa lá na frente impedir que o cidadão que cometeu um crime possa ser punido em função de uma lei que não cumpra os preceitos constitucionais, é importante que se ajuste isso e crie-se uma lei com efetiva condição de punir aquele que porventura tenha usado o carro como uma ferramenta para matar ou para destruir sonhos e famílias por este país afora.

Portanto, é uma boa essa discussão da OAB. Mas espero que essa não parta para a defesa dos interesses do capitalismo, das indústrias que vendem cerveja ou outras bebidas alcoólicas, porque eu não entendo que alguém, em sua consciência, possa fazer uma defesa de algo que absolutamente em nada contribui para a vida na terra. Está mais do que provado pela medicina, pela ciência que consumir álcool não traz benefício algum ao cidadão. Portanto, não há por que se partir em defesa de algo que não beneficia a presença e a permanência do ser humano na terra.

E a conversa que eu quero ter com o secretário Paulo Bauer diz respeito à criação, no primeiro ano do ensino médio, de uma matéria que possa ser chamada de Cidadania no Trânsito para que possamos ter livros, apostilas contando as histórias das vidas ceifadas, contando como nós podemos estancar esses índices e diminuir esses números tão tristes para a família brasileira. Nós poderíamos ter lá visitas aos hospitais para ver as pessoas que perderam membros, as pessoas que ficaram em cadeiras de roda ou aqueles que estão apenas vegetando em função de um resultado desastroso ocorrido numa estrada, vitimados por um irresponsável.

A questão do trânsito não está apenas na bebida alcoólica; há outras irresponsabilidades, há outros fatos que poderiam ser discutidos, que poderiam ser incluídos em futuras leis que pudessem transformar o trânsito num local humano e que pudessem humanizar, acima de tudo, o nosso direito constitucional de ir e vir.

Portanto, a necessidade de criar uma nova consciência está acima de qualquer lei, e lei nós já temos muitas. Mas eu estarei, nesta Casa ou em qualquer lugar, em defesa dessa lei porque, acima de tudo, ela veio para beneficiar a vida e o nosso semelhante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Herneus de Nadal.

(Pausa)

Na ausência do deputado Herneus de Nadal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ivan Naatz, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sr. presidente, deputado Valmir Comin, sras. deputadas e srs. deputados, quero enaltecer a falação do deputado Carlos Hoegen, que se posicionou muito bem, que está bem articulado e que falou muito bem com relação à questão do trânsito. É preciso consciência, é preciso seguir os rumos e é preciso corrigir aquilo que está equivocado.

Srs. deputados, eu trago aqui um tema do Partido Verde de extrema importância. Mas eu gostaria, nesses sete minutos que me restam ainda nesta sessão, de ler com brevidade o que estão fazendo com a Mata Atlântica no estado de Santa Catarina, e chamar também à responsabilidade a bancada do governo para um tema tão importante, que é o desmatamento acelerado da Mata Atlântica em nosso estado, sendo que os números continuam a crescer cada vez mais.

Nós precisamos refletir aqui sobre esse assunto porque a defesa do meio ambiente não é de nenhuma sigla partidária; a defesa do meio ambiente é de todas as siglas, de todas as pessoas, de todas as entidades organizadas. E preocupa-nos muito o novo relatório do Inpe, que aponta que o estado de Santa Catarina continua se destacando na questão do desmatamento neste país. Digo isso pelo seguinte:

(Passa a ler.)

"O bioma Mata Atlântica é considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal. É um dos Biomas mais ricos em biodiversidade e, ao mesmo tempo, o segundo mais ameaçado de extinção do mundo, perdendo apenas para as quase extintas florestas da ilha de Madagascar na costa da África.

O Bioma Mata Atlântica abrange 17 estados brasileiros e cerca de 120 milhões de pessoas vivem na sua área de domínio. A qualidade de vida dessa população depende da preservação dos remanescentes, que regulam o fluxo dos mananciais de água, ajudando a regular o clima, a temperatura, a umidade e as chuvas. Atualmente, a Mata Atlântica está reduzida a 7,84% de sua área, com cerca de 102.000km² preservados. Mesmo reduzida ainda abriga mais de 20 mil espécies de plantas. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o índice ideal para a manutenção da qualidade de vida humana é 30 a 35%.

A Mata Atlântica abriga várias bacias hidrográficas formadas por grandes rios como o Paraná, Tietê, São Francisco, Paraíba do Sul, Paranapanema e o Ribeira de Iguape. Estima-se que mais de 100 milhões de brasileiros se beneficiam das águas que nascem na Mata Atlântica e que irão formar diversos rios que abastecem as cidades e metrópoles brasileiras.

Mais especificamente no estado de Santa Catarina, onde originalmente tínhamos 85% do território coberto pela Mata Atlântica, hoje temos apenas 17,4% dessa área original. O estado de Santa Catarina ocupa apenas 1% do território brasileiro.

Mesmo diante deste cenário alarmante, no dia da Mata Atlântica, 27 de maio, a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgaram dados ainda mais críticos. Além de ser o estado que mais desmatou entre 2000 e 2005, SC tem os três líderes na contagem de municípios que perderam a sua cobertura florestal: Mafra, Itaiópolis e Santa Cecília.

Em Mafra foram derrubados 1,7 mil hectares, Itaiópolis 1,1 mil e Santa Cecília mil hectares. Só em Santa Catarina, foram derrubadas 45,5 mil hectares de Mata Atlântica. Além desses dados, Santa Catarina foi um dos estados que contrariaram a tendência nacional de diminuição no desmatamento.

Desde o início, a Mata Atlântica tem fascinado cientistas que com suas pesquisas ajudam a divulgar não só a sua importância, mas também sua beleza. É esse fascínio que faz com que felizmente existam muitas pessoas lutando por este Bioma tão ameaçado. A luta pela preservação da Mata Atlântica sempre incluiu a busca de uma legislação eficiente para sua proteção, desde o capítulo do meio ambiente da Constituição de 1988, o advento do Decreto 750, de 1993, até a aprovação da lei em 2006, passando também por muitas resoluções do CONAMA.

É consenso mundial que a forma mais efetiva de conservar a biodiversidade é a criação de Unidades de Conservação. Isto indica a importância de um esforço imediato de proteção a áreas bem conservadas que ainda existem no Bioma. Atualmente, apenas cerca de 3% da área do Bioma estão protegidos em Unidades de Conservação de proteção integral. Essa realidade é uma das principais necessidades para a conservação da Mata Atlântica, em longo prazo. O futuro da Mata Atlântica depende da preservação de seus remanescentes e de ações de recuperação de áreas degradadas, principalmente para interligar os fragmentos e permitir o fluxo gênico de fauna e flora." [sic]

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Pois não! É preciso ter preocupação e debater constantemente esse tema, deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, quero cumprimentá-lo. Realmente é um assunto preocupante. Só que há um detalhe: todo o estado é considerado Mata Atlântica.

Eu quero crer, deputado - eu tenho discutido muito nesse meu mandato de deputado sobre isso -, que é um erro muito grande porque o estado de Santa Catarina começa aqui no litoral e termina lá na Argentina, mas todo o estado é considerado Mata Atlântica. Agora, uma coisa que eu discordo é com relação à estatística divulgada atualmente sobre o percentual que Santa Catarina detém de vegetação primária. Nós estamos insistindo para que o governo conclua o levantamento florestal para que aí, sim, nós tenhamos dados concretos. Vai surpreender catarinenses, mas nós temos muito mais vegetação atu-

almente do que as estatísticas estão mostrando. Podem ter certeza, srs. deputados!

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Eu espero, sinceramente, que os dados nos surpreendam. Este é o desejo de todo o povo de Santa Catarina: que os índices não sejam tão alarmantes...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não havendo mais tempo regimental e não havendo mais nada para ser deliberado, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Hoegen - César Cim - Décio Góes - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda o problema de superlotação do presídio de Tubarão; refere-se à coluna do jornalista Adeler Lessa sobre o caso Nei Silva.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Comenta a infestação por ratos na Central de Polícia da capital; refere-se a decreto que trata de incentivos fiscais para a produção de leite.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Tece críticas ao governo do estado com relação aos problemas vividos pelos presídios.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (aparte) - Tece elogios ao governador do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Concorda com a existência de ratos na penitenciária da Trindade.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Tece considerações a respeito do tema Água Virtual.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Registra o 5º Festival de Inverno do município de Campo Alegre; refere-se ao Orçamento Regionalizado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Comenta as obras realizadas pelo governo estadual no planalto norte.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Refere-se às obras realizadas pelo governo anterior.

Partidos Políticos

DEPUTADO MANOEL MOTA - Refere-se à paralisação das obras de duplicação em alguns trechos da BR-101 sul; comenta a instalação de empresa em Araranguá.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (aparte) - Aborda empresas que se instalaram no sul do estado.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Comenta a instalação do Centro Tecnológico da ZF em Lages.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Refere-se à criação da universidade federal da mesor-região.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Aborda a Lei Seca.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Comenta a intenção da Petrobras de investir em mais um terminal de gás; aborda a duplicação da BR-101 sul.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Sugere encerramento da sessão para que todos possam acompanhar a posse do desembargador Jorge de Borba.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se ao baixo efetivo de policiais militares, bombeiros militares e policiais civis.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Registra a realização do 26º Festival de Dança de Joinville; parabeniza o Graer de Joinville por sua atuação.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Refere-se ao Balé Bolshoi.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Comenta o Festival de Dança de Joinville.

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se à indicação, de sua autoria, que solicita instalação de um hospital especializado em traumatologia em Joinville; aborda requerimento, de sua autoria, que pede urgência na construção de passarela ou lombada eletrônica no Km-27 da BR-280, em Araquari.

DEPUTADO CÉZAR CIM (pela ordem) - Registra a presença de lideranças do PDT.

DEPUTADO CARLOS HOEGEN (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Bom Retiro e de Alfredo Wagner.

Explicação Pessoal

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Critica a convocação de pessoas para prestarem depoimento na Assembléia.

DEPUTADO JORGINHO MELLO (pela ordem) - Registra a presença do vereador Ademar Cardoso, de Vargem.

DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Refere-se ao Orçamento Regionalizado; comenta o transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Aborda o Orçamento Regionalizado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Comenta o Orçamento Regionalizado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se ao IV Encontro do Fórum de Unidades Comunistas.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Aborda a necessidade urgente de investimento em saneamento básico.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (aparte) - Comenta os esforços do governo do estado para recuperar a Casan.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, que apresentou requerimento solicitando prioridade porque não se manifestou nas últimas três sessões, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que participam da nossa sessão, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, antes de entrar no assunto que, como disse, vou abordar até que o governo esclareça, quero trazer outra informação que considero extremamente delicada.

Ontem repercutiu aqui a questão da falência do sistema prisional no estado inteiro, deputado Ismael dos Santos. Não é só o cadeião de Florianópolis, o Presídio Regional de Rio do Sul, de Itajaí, de Blumenau ou de Tubarão, é no estado inteiro! Há uma falência generalizada do sistema prisional aqui no nosso estado.

Coincidentemente ontem abordei o problema de Tubarão, um tema velho conhecido desta Assembléia. Estamos há cinco anos e meio nesse debate, depois de várias promessas e renovações de promessas feitas pelo governo de construir o nosso novo presídio regional.

Coincidentemente o jornal *Diário do Sul*, de hoje traz uma matéria com a seguinte manchete:

(Passa a ler.)

"Policiais ameaçam parar de atuar flagrantes

A situação de segurança que já era delicada em Tubarão chegou ao extremo. Revoltados, policiais afirmaram ontem que não farão mais flagrantes.

"Para ser mais claro, caso você encontre um homem furtando em sua casa, o indivíduo não será procurado e muito menos preso. Não adianta" - revela um policial totalmente descontente com a situação.

Um dos motivos é a superlotação do presídio, que fechou a noite de ontem com 210 detentos, lugar com capacidade de 60, e a demora da construção do novo abrigo de presidiários.

A principal reclamação dos policiais é que durante a audiência, os indivíduos presos são liberados."

Claro, a Justiça também está liberando porque não tem mais como colocar naquele ambiente. E aí os policiais ficam indignados porque fazem o trabalho de autuação, de prisão e o juiz manda soltar porque não tem onde colocar.

(Continua lendo)

"É uma bomba relógio, diz o policial, e vai explodir a qualquer momento.

Segundo ele, o presídio nunca esteve tão perigoso quanto agora, aquilo lá é uma bomba relógio e enquanto não der outra zebra gigantesca, nada será feito. "Eu não acredito que o presídio vá sair, isso é uma grande mentira", diz o policial."

Não são palavras minhas, deputado Pedro Baldissera. Não são palavras da linguaruda Oposição, deputado Silvio Dreveck, meu líder. É a imprensa livre, responsável e preocupada que está dizendo. Eu estou alertando há algum tempo aqui.

Nós tivemos, neste ano, duas fugas, seis pessoas foram feitas refém durante três dias, deputado Cezar Cim.

O presídio, não sei se v.exa. esteve lá, está localizado no bairro Humaitá de Cima, uma das áreas mais habitadas do município, e em frente à maior escola municipal, o Caic Leocildes Zandavalle, uma escola municipal que tem em torno de 1.500 alunos. Atravessou a rua está o presídio. Vai acontecer um problema de proporções muito graves, como aconteceu no cadeião aqui no Estreito, deputado Sargento Amauri Soares, porque são bombas relógio que vão explodir, e o governo não dá respostas. É um governo que está estabelecido há cinco anos e meio e não dá as respostas que a sociedade espera.

É mais um registro que faço porque não quero ser cobrado por omissão quando as coisas ficarem ainda pior do que estão.

Mas, volto ao tema que nós, apesar do esforço todo que o governo está fazendo, não permitiremos que caia no esquecimento, até porque terça-feira já temos confirmada aqui a presença da Márgara, a repórter da Revista *Metrópole* que vem contar detalhes sobre esse negócio entre a *Metrópole* e o governo, que é claro que não existe contrato porque ninguém nunca viu alguém celebrar o contrato de uma operação criminosa, ilegal e fora da lei.

Mas àqueles que ainda insistem em dizer que o governo não sabia de nada, que isso é coisa de pilantra, diz a coluna do respeitado jornalista Adelor Lessa, no jornal *A Tribuna*, no dia de hoje. O Adelor Lessa é um dos comentaristas políticos mais lidos e comentados no grande sul catarinense. A coluna dele é muito lida, repercute muito.

Para quem duvida desse negócio, aqui estão as notícias da coluna do Adelor Lessa:

(Passa a ler.)

"Pagamento está contabilizado

A Acic realmente pagou R\$ 10 mil para a revista *Metrópole*, do empresário Nei Silva, autor do polêmico livro *A Descentralização no Banco dos Réus*. Está contabilizado. Pagamento, que está registrado no livro, foi feito pela diretoria anterior, por solicitação do Secretário Regional da época, Gentil da Luz'. Repito! "[...]por solicitação do Secretário Regional da época, Gentil da Luz. Assunto foi detalhado na última reunião da diretoria da entidade, segunda-feira.

Como foi pago

Diretores da Acic estavam contrariados com o envolvimento da entidade neste episódio e cobraram esclarecimentos. Reunião teve um clima pesado por causa do assunto. Foi apresentada a autorização de publicidade da revista, assinada pelo próprio Nei Silva, em 5 de julho de 2007, no valor de R\$ 10 mil. Dois pagamentos: 5 de agosto e 5 de setembro." [...]

Isso tudo para aquela revista que projetou como candidato a governador para 2010 o poderoso presidente da Celesc e do PMDB, Eduardo Pinho Moreira.

"Não paga, não sai dinheiro!"

É o título da nota. Prestem atenção! Deputada e presidente Ana Paula Lima e srs. deputados, prestem atenção na gravidade desta informação:

(Continua lendo)

"Um dos membros da atual diretoria da Associação Comercial e Industrial de Criciúma disse ter ouvido do funcionário que apresentou os documentos e deu detalhes da negociação (porque também prestava serviços à diretoria anterior, e testemunhou a negociação): 'Foi feito o pagamento porque se não fosse feito, não seria liberado o dinheiro do Estado para construção da sede própria da Associação'."

Chantagem? Extorsão?

Isso é extorsão, deputado Ismael dos Santos! Vou repetir a nota que está na coluna do Adelor Lessa: "Não paga, não sai dinheiro!"

Um dos membros da atual diretoria da Associação Comercial e Industrial de Criciúma disse ter ouvido do funcionário que apresentou os documentos e deu detalhes da negociação: 'Foi feito o pagamento porque se não fosse feito, não seria liberado o dinheiro do Estado para construção da sede própria da Associação'."

Para informação dos senhores, alguns meses depois o governo do estado liberou R\$ 600,00 mil para a Acic construir a sua sede própria. Mas se não pagasse a revista *Metrópole* para fazer propaganda do Eduardo Moreira, do governador e do governo, não receberiam dinheiro do estado para construir a sede.

Portanto, catarinenses que nos acompanham, isso sim é extorsão, isso sim é chantagem. Aí vem o governo insistir em chamar o Nei de pilantra. Eu vou voltar à minha tese: Não há mocinho nesse negócio. Não há mocinho nesse negócio!

Não vou conseguir ler o capítulo do livro agora, mas acredito que a nota do Adelor Lessa fala mais, e não é o Nei Silva nem os linguarudos da Oposição que estão dizendo, é um jornalista com a credibilidade que tem Adelor Lessa no sul do estado, e de Santa Catarina.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, srs. deputados, o deputado Joares Ponticelli, no início do seu discurso, mencionou a questão da Segurança Pública e eu me lembrei que há alguns dias havia feito uma leitura que mandei buscar na assessoria, no dia 09 de julho, do jornal *Diário Catarinense*, que traz a notícia, e eu acho que até vou fazer a leitura, porque é importante neste momento para podermos compreender a situação pela qual passam as penitenciárias, as cadeias, os nossos detentos, enfim, a situação que estão vivendo por todo o estado de Santa Catarina.

Diz a nota:

(Passa a ler.)

"Demora o Socorro para detento

Um detento passou mal e ficou sem atendimento por pelo menos 40 minutos, na Central de Polícia da Capital. Não havia ambulâncias disponíveis. Ele e outro preso, que foi mordido por ratos, foram levados num veículo da Central ao Hospital Celso Ramos". Quando li fiquei estarelecido.

E aí no final da reportagem, vem exatamente o seguinte:

(Continua lendo)

"Os policiais que estavam no plantão confirmaram a existência de ratos. Eles afirmaram que, principalmente à noite, eles aparecem e chegam a fazer barulho na carceragem, localizada no subsolo."

Um dos presos que deixou de ser atendido, de nome Fabrício Rodrigo Julio, atacado pelos roedores, nem chegou a ser atendido porque a fila de espera era grande.

Nós vivemos esta situação dentro das cadeias.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Mas a fila era de espera de ratos ou de...

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Não, aqui diz que a fila de espera das pessoas era grande para serem atendidas. Mas, com certeza, pelo barulho transcrito aqui na nota deve ter uma fila grande de ratos também.

O SR. Deputado Joares Ponticelli - Porque recentemente nós tivemos fotografias e uma notícia nacional de ratos no hospital. Agora, tem que ver se o rato não foi junto do presídio para o hospital, porque é uma ganque de ratos que estão neste governo. Esse governo está cheio de ratos por todos os lados.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - É, os espaços públicos aqui por exemplo, dão a entender que é uma situação lamentável. Eu coloco isso porque é uma questão de saúde pública, de direitos humanos, enfim, acho que é uma situação que precisamos, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que faz parte da comissão de Segurança Pública, dar uma verificada, porque envolve seres humanos que lá estão presos, que cometeram as suas faltas e estão pagando por isso, mas que enquanto pessoas devem ser bem tratadas e ter seus direitos preservados.

Então, quero aproveitar o momento em que v.exa. traz esse assunto, para falar sobre ele também, porque li a notícia do jornal do dia 09 de julho de 2008 no *Diário Catarinense* no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Valdir Chobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Deputado Pedro Baldissera, deputado Joares Ponticelli, às vezes me dá impressão que este espaço aqui está desassociado de Santa Catarina. E eu não quero e não vou me contaminar com isso porque lá fora vejo que a sociedade observa um governo operante, que tem trabalhado e tem feito obras que antes eram sonhadas, esperadas, prometidas e que não aconteciam, por toda Santa Catarina.

Isso, claro, incomoda uma parte da comunidade. Mas a grande maioria continua apoiando o governador que foi reeleito e que trabalha como nunca. Repito, é o maior e melhor governador que este estado já teve.

Muito obrigado, deputado Pedro Baldissera!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento.

De fato, pessoas que estão lá são seres humanos e têm que ser tratados como tal. E o estado tem obrigação de criar estrutura para que sejam atendidas como seres humanos, cumprindo uma pena determinada pela Justiça e a estrutura para que os servidores que trabalham lá tenham condições de prestar bem o serviço com dignidade, com decência.

Mas quero registrar que esse problema dos ratos, principalmente aqui na penitenciária estadual de Florianópolis não é de agora, não é deste governo. De fato, lá tem rato que não morde só os presos. Tem rato lá que é maior que o gato e que corre atrás de cachorro. E eu já vi isso lá dentro. Tem rato criado e bem criado aqui na penitenciária da Trindade.

Então, tem sempre uma luta contra essa peste que existe lá. V.Exa. está de parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Vamos ver se unimos nossas forças para eliminarmos este mal que está lá dentro e que está prejudicando o bom andamento do serviço público, como um todo.

Mas eu gostaria de aproveitar os três minutos que me restam para trazer presente entre tantas preocupações, uma que tem tomado conta principalmente da região oeste do estado de Santa Catarina, que diz respeito a um decreto assinado pelo governo do estado do Paraná, Roberto Requião, que trata dos incentivos fiscais para produção do leite.

Tenho recebido uma série de telefonemas de empresas de laticínios, de entidades sindicais, de produtores da região oeste, porque lá é o grande celeiro da produção de leite do nosso estado, que se destaca por ser formado pela agricultura camponesa, familiar e tem nas principais atividades a produção de leite.

Mas o decreto, de uma forma ou de outra, dá incentivos à empresa, pois faz com que o leite que é produzido no estado de Santa Catarina perca a competitividade com o leite do estado do Paraná, do Rio Grande do Sul e até mesmo de São Paulo. Então, levantava essa preocupação que foi até motivo de encaminhamento de um pedido meu ao governo do estado de Santa Catarina, no sentido de que olhasse isso com muito carinho, porque são milhares de produtores rurais que têm como sua principal renda a produção de leite. E se isso vier a prejudicar a comercialização do mesmo vai afetar automaticamente na ponta que são os nossos produtores rurais.

Portanto, quero trazer aqui presente esta preocupação, que não é só minha, mas de uma grande região que, certamente, vai se descapitalizando diante deste contexto colocado neste momento pelo Decreto n. 3.015, assinado agora no último dia 8 de julho e publicado no *Diário Oficial* do estado do Paraná, no dia 10 de julho.

Portanto, quero compartilhar esta preocupação e espero que haja algum encaminhamento por parte do governo no sentido de podermos reduzir este impacto aos nossos produtores e as nossas indústrias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Professor Grando, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sra. presidente, companheiros e companheiras deputadas, eu começaria o meu pronunciamento com uma pergunta: O que é água virtual? O Brasil é o 10º produtor de água virtual no mundo. Vejam que os Estados Unidos, que é o maior exportador de água virtual, produz entre 164 milhões de metros cúbicos de água, e o Brasil exporta entre 10 a 100 milhões, porque estes dados de metros cúbicos não são muito específicos no levantamento da comercialização externa entre 1995 e 1999.

Mas o que é água virtual? É muito importante sabermos a quantidade de água que se gasta para produzir um determinado produto, que no final da sua produção possui pouca água, mas para sua produção se gastou muito. Vamos citar alguns exemplos: para produzir um quilo de pão, nós precisamos de 150 litros de água. Então, gastamos na sua formação, para produzir através da planta chamada trigo, 150 litros de água. Quando vamos comprar este pão tem bem menos água, não é isso? Senão ele pesaria 150 quilos, quer dizer, cada litro seria um quilo de água. Então, ele possui bem menos água. Da mesma forma há outros produtos.

Quero citar outros exemplos, para que possamos entender melhor este conceito virtual, que é um conceito utilizado por cientistas para calcular a quantidade de água necessária para produzir determinado bem.

(Passa a ler.)

“É virtual, porque após o bem ser produzido quase não contém mais água. Este é um conceito utilizado pelo Conselho Mundial de Água. De acordo com o levantamento do Conselho Mundial da Água, cada quilo de pão gasta 150 litros de água para ser produzido. No caso da batata, são utilizados entre 100 a 200 litros de água. No caso do arroz, para produzir um quilo de arroz são 1.500 litros de água. Tudo relacionado à alimentação. Para produzir um chip do código 32MB, que pesa só duas gramas, necessita-se de 16 mil litros de água.”

Por isso, os Estados Unidos é o maior exportador de água virtual, porque exporta bens eletrônicos, semicondutores. Então, para produzir um chip de duas gramas são necessários 16 mil litros de água. Quer dizer, depois de pronto tem o mínimo de água ali contido naquele chip.

Então, veja bem, este conceito começa a ganhar novas formas em nível de mundo. Por quê? Porque quase 20% da água consumida na agricultura são comercializados com outros países sob a forma de produtos derivados de mercadorias agrícolas. É um volume enorme de água uma vez que, todos os anos, quase cinco trilhões de metros cúbicos de água são utilizados na agricultura. Perto de um trilhão, de alguma forma, vai parar no comércio entre as nações.

E por que estou trazendo isso? Porque nos preocupa o alto preço dos alimentos, eles não existem sem a água e agregam esse valor. Para produzir um quilo de frango, que Santa Catarina é o maior exportador, precisamos de dois mil litros de água. Portanto, nós estamos dependendo essencialmente da água. Então, vejam como ela é importante no mundo! E podemos dizer, sem sombra de dúvida, que é mais importante que o petróleo.

Estamos falando isso, senhores, porque nós fomos convidados para participar de um evento, que é o maior do mundo, atualmente, que se realiza na cidade de Zaragoza.

(Passa a ler.)

“Fomos convidados pelo diretor que está organizando esse grande evento da Tribuna da Água da Expo Zaragoza 2008, o engenheiro especialista em geopolítica de água, Eduardo Mestre, que advertiu, há alguns meses, em Sevilla, que as mudanças climáticas são assuntos sérios e implicarão em graves consequências econômicas, sociais e culturais, se as leis e a política não atuarem em tempo.”

Então, é necessária uma nova visão mundial nessa questão da água.

(Continua lendo.)

“Em uma conferência realizada no marco dos ‘Diálogos de Água’, organizado pela Cruz Verde Espanha, em Sevilla, o diretor dos debates científicos da Expo Zaragoza 2008 enfatizou que as mudanças climáticas modificarão nossos padrões de comportamento diários em todos os níveis. Segundo Mestre, as condições básicas do tempo dedicado ao trabalho se modificarão, novos padrões de consumo e fluxos de migração serão estabelecidos, estruturas sociais e a correlação de forças políticas se modificarão. As repercussões das mudanças climáticas são enormes não apenas no aspecto ambiental, mas também no social, econômico e cultural.”

Em se tratando de água, tendo em vista a sua condição, recurso vital para a manutenção da vida, para todos nós, na natureza, e tema central da Expo Zaragoza, onde está ocorrendo a Tribuna da Água, essa questão assume proporções alarmantes. É cada vez mais comum ouvirmos falar em conflitos pela água, na crise de alimentos no mundo e até mesmo nos refugiados ambientais que já estão ocorrendo.”

Eu cito exemplos de conflitos: o rio Jordão, dos palestinos com os israelenses; nós não podemos mais falar que a bacia amazônica pertence só ao Brasil, vem dos Andes, pertence também a outros países; a nossa bacia do Prata; o nosso Aquífero Guarani. Então, nós estamos vivenciando essa realidade e temos que fazê-lo dentro de uma visão mais profunda.

(Continua lendo)

“A Tribuna da Água deverá passar da fase de diagnósticos para a fase da busca por soluções criativas e eficazes. É a primeira exposição internacional com uma temática específica ‘água e desenvolvimento sustentável’ que está ocorrendo em Zaragoza de 14 de junho a 14 de setembro deste ano.”

O governo brasileiro participa ativamente deste importante evento global. Possui um *stand* onde expõe os programas oficiais, as tecnologias, os produtos e serviços das empresas de nosso país: como a Petrobras, Furnas, Itaipu binacional, a Agência Nacional de Águas e o Ministério do Meio Ambiente, que estão presentes ao evento divulgando e dialogando com o mundo sobre as soluções para a crise ambiental, as mudanças climáticas e a questão da água.

E mais uma vez, fomos distinguidos com um convite" - e portanto nós estamos anunciando a nossa ida e vamos prestar conta - "para participar como delegado observador nesse evento, nós que já fomos no 4º Fórum Mundial da Água, no México e em Tóquio" - para ver a questão do crédito carbono, que hoje estão acontecendo esses convênios do JBIC com a Casan, na questão do saneamento - "no Encontro das Partes que tivemos em Montreal e também em Bali sobre questões do aquecimento global."

E dessa vez vamos para Zaragoza com a convicção de trazer a esta Casa informações para o debate com os srs. deputados e sras. deputadas e com toda sociedade catarinense sobre os temas centrais do debate global, como o futuro da vida no planeta.

Portanto, este é o nosso compromisso. Nós, que temos trabalhado muito nessa questão, temos produzido algo que está merecendo discussão nas universidades, mesmo do exterior, que são os ambientes da democracia ambiental. Mas tudo isso só poderá ser realizado se for feito um diálogo de igual para igual, entre todos os países, de forma democrática. O meio ambiente, como é preventivo, só tem sentido realizar as modificações e as discussões tão necessárias para a vida se for de forma democrática.

Obrigado, sra. presidente.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, sr. deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvío Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sra. presidente e srs. deputados, eu gostaria de, em primeiro lugar, registrar o 5º Festival de Inverno que acontece no município de Campo Alegre, no Hotel Fazenda Paraíso da Serra, que possui vários atrativos. Esse festival começou no dia 14 de julho, segunda-feira, e irá até o dia 20 de julho, para o qual toda a sociedade catarinense está convidada a participar.

Em segundo lugar, na manhã de hoje eu me manifestei a respeito da falta do cumprimento da lei que determina o percentual de 12% para a Saúde no estado e os 25% para a Educação. E o deputado Nilson Gonçalves queria saber onde estava esse relatório, para que eu pudesse comprovar isso. É evidente que posteriormente eu irei entregá-lo. Mas consta nas páginas 26, 30 e 33 desse relatório o registro do Tribunal de Contas de que de fato o governo do estado não cumpriu com os 12% na Saúde e com os 25% na Educação, no ano de 2006.

Mas o que me traz a esta tribuna no dia de hoje é um assunto que diz respeito à Assembléia Legislativa, que diz respeito a nós, parlamentares, que diz respeito ao governo do estado e, acima de tudo, à sociedade catarinense, às nossas comunidades locais. Trata-se do Orçamento Regionalizado, que tem um objetivo importante, que é a democracia participativa, a participação popular, o aspecto pedagógico do Orçamento Regionalizado, a cidadania, a informação e a transparência.

(Passa a ler.)

"O processo de elaboração orçamentária, bem como a realização das audiências do Orçamento Regionalizado em Santa Catarina, precisa ser urgentemente rediscutido. Basta se comparar os esforços empreendidos, a energia e os recursos gastos com os resultados conseguidos para se constatar o enorme abismo entre eles: um resultado pífio para tamanho dispêndio.

Os números falam por si. Se analisarmos os resultados que foram propostos com absoluta prioridade nas andanças do Orçamento Regionalizado de 2005, vamos constatar que o percentual de obras e ações empenhadas naquele ano no seu total foi de 44,5%. No ano seguinte, esse total caiu para 13,98%, e em 2007 o total não passou, deputado Jandir Bellini, de 20,45%.

Fica a sensação não apenas de tempo, da energia e do dinheiro perdidos, mas também de 'enrolação' à sociedade. Afinal, o Executivo, por um lado, estimula ou faz que estimula, a sociedade aponta suas prioridades, os deputados apresentam emendas e no final advém a frustração."

E por que vem a frustração? Se nós observarmos a demonstração no gráfico, nós veremos que praticamente aquilo que se propõe, as prioridades que são destinadas ao Orçamento, pouco ou quase nada é executado.

É por isso que a cada ano que nós trabalhamos nas audiências públicas, deputado José Natal, v.exa., que tem estado presente, a participação tem sido menor. Isso não é bom para o Parlamento, isso não é bom para o Executivo e muito menos para a sociedade.

Nós precisamos, urgentemente, rediscutir o modelo do Orçamento Regionalizado.

Nós temos uma demonstração de que em 2005 obras que foram priorizadas não foram feitas. Eu vou dar só um exemplo: em Araranguá foram orçadas oito obras, mas foram executadas apenas duas. Em Canoinhas foram priorizadas 11 obras, mas foram executadas somente quatro. Em Itajaí foram priorizadas seis, mas duas foram executadas. Em Mafra foram priorizadas nove e apenas duas foram executadas. E em determinadas regiões nenhuma obra foi executada, pois grande parte daquilo que foi orçado, deputado Antônio Aguiar, foi anulado por falta de recursos ou falta de dinheiro. E assim eu poderia discorrer as obras que foram priorizadas em todas as regiões do estado.

O que eu quero dizer com isso é que nós devemos fazer uma proposta, que já existe na Assembléia, de um Orçamento impositivo: ou nós vamos orçar junto com as comunidades no Orçamento Regionalizado aquilo que pode ser executado ou nós, a cada ano, vamos perder mais crédito e frustramos, evidentemente, a expectativa das comunidades as quais estamos percorrendo todos os anos.

Nesta Casa existe um projeto de autoria do deputado Joares Ponticelli, que trata sobre o Orçamento impositivo. Ou nós fazemos isso ou de nada adianta percorrermos o estado de Santa Catarina para fazer o Orçamento Regionalizado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Vou conceder, antes, um aparte a v.exa., para depois fazer uma reflexão sobre os dados que foram apresentados nessa planilha, que demonstram a realidade do que estou falando, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Silvío Dreveck, veja como é que são as coisas. No governo anterior, lá em Canoinhas, não foi executada nenhuma obra e agora, neste governo, v.exa. citou quatro obras, mas foram feitas mais.

Então, é importante que a comunidade saiba que este governo realizou obras, enquanto que o governo anterior não realizou obras na nossa região, deputado Silvío Dreveck.

A descentralização na nossa região produziu crescimento e desenvolvimento. E é isso que a nossa comunidade quer: crescimento e desenvolvimento produzidos pelas obras que lá aconteceram.

Eu entendo que é importante a sua colocação, mas v.exa. sabe que foram realizadas muitas obras no planalto norte neste governo e que no governo anterior não foram realizadas obras.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Deputado Antônio Aguiar, acho que v.exa. não me entendeu. Não estou falando sobre a descentralização de obras, estou falando sobre o Orçamento Regionalizado, que é uma coisa diferente. O que nós orçamos, pelo Orçamento Regionalizado, não tem nada a ver com as secretarias Regionais, que é outro assunto, pois as obras que estão sendo executadas são feitas através do Fundo Social, através do BID. E digo mais a v.exa.: lá na minha região foi apresentada uma obra que foi executada pelo governo Esperidião Amin, que talvez v.exa. não se lembre, que é o trecho de D. Francisca a São Bento do Sul, que consta no relatório da secretaria Regional como obra do atual governo! Ai eu não posso concordar!

Mas o que eu quero me ater é ao Orçamento Regionalizado, pois para nós, para o bem do nosso Parlamento, para o bem do próprio Executivo, é importante fazer aquilo que é possível, que é permitido executar num Orçamento e não criar fantasias que depois não são executadas.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Silvío Dreveck, parabéns pelo tema que v.exa. traz para discussão, o assunto está perfeitamente compreensível, mas acho que o deputado Antônio Aguiar não entendeu, pois a questão é outra.

Se for para falar de obras deste governo ou do anterior, só nas obras do BID IV que eles apresentam como obras deles, não há DNA em nenhuma delas. Aliás, nós gastamos a metade do governo Amin, e o deputado Antônio Aguiar sabe disso porque era da nossa base do governo, para pagar o maior rombo que o PMDB fez, que foram os três meses de salário do servidor, e recuperamos também o crédito de Santa Catarina junto ao BID, que foi o que viabilizou todos esses quilômetros de asfalto que a bancada dele votou contra na época, ele não! O Luiz Henrique da Silveira estava aqui no vidro batendo para a bancada do PMDB não votar a favor.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar (Intervindo) - O deputado Romildo Titon votou a favor.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Graças ao deputado Romildo Titon que foi pisoteado pelo Luiz Henrique. Então, são obras do nosso governo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 19 minutos. É um prazer revê-lo, deputado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, é com muito alegria que retorno depois de praticamente dois dias sem participar das sessões de ontem e de hoje, quinta-feira, em razão de um tratamento de saúde. Eu fiz alguns exames muito específicos

e tive que ficar três dias sem poder me alimentar, somente com água, e isso mostra quanto é importante a água. Estou aqui não tão mal assim, mesmo sem comer estou bem, mas devo ter diminuído um pouquinho o peso.

Mas eu gostaria de dizer que quando retornamos ao Parlamento, à tribuna desta Casa, voltamos a respirar a voz do povo, porque aqui é a voz do povo que tem que comandar, já que somos eleitos para representar Santa Catarina, principalmente cada região a qual pertence o parlamentar, e é por isso que procuro buscar o resultado do trabalho em cada região do nosso estado.

Por isso, superando alguns probleminhas de saúde, voltamos a trabalhar e a lutar para buscar resultados, porque é isso que a população espera de um político. Ela elege um parlamentar para buscar resultados, e é em cima disso que trabalho a cada momento, a cada instante. Então, eu me sinto realizado por aquilo que viemos conquistando.

Eminente deputado Elizeu Mattos, nós lutamos muito pela BR-101, e foi uma luta não apenas do deputado Manoel Mota, mas de muitos parlamentares e de uma representação da sociedade como um todo. Participaram desse movimento conosco, caro deputado Antônio Aguiar, as associações empresariais; os CDLS; a associação das mulheres, das donas-de-casa de Tubarão; os vereadores; os prefeitos, com a assinatura, no final, do próprio Ministério Público e do Poder Judiciário.

Então, isso mostra o sentimento da população, da metade de Santa Catarina, que esperava por uma ação forte, e isso está sendo feito.

Nós, hoje, estamos preocupados com alguns trechos os quais a empresa contratada acabou abandonando e para isso temos que contratar outra empresa, como, por exemplo, o trecho da Penha. Essa região, que fica antes de Imbituba, é uma região que precisa ser retomada, mas de janeiro para cá as máquinas sumiram. É evidente que a empresa que ganhou deve ter desistido e as máquinas não estão trabalhando.

Eu sei que o João José, que é o superintendente do DNIT, trabalha e luta muito, mas é preciso que todos nós ajudemos, para que aquela empresa possa retomar os trabalhos ou seja chamada outra empresa para dar continuidade aos trabalhos. Há também a questão dos projetos, a questão dos gargalos que estão interrompidos. Por exemplo, o projeto do Morro do Formigão, em Tubarão, não foi concluído ainda, como o projeto da ponte da Cabeçuda e o do Morro dos Cavalos.

Então, é uma obra que vai ficar com alguns gargalos para serem resolvidos, por isso a nossa preocupação. E estamos chamando a atenção aqui dos srs. deputados, para que o DNIT, através do Ministério dos Transportes, possa retomar aqueles quadros que estão parados e concluir esses projetos com a maior rapidez possível.

O ministro dos Transportes, quando fomos visitá-lo, disse que até o final do ano ficaríamos prontos os projetos, mas eles ainda não ficaram prontos e nós entendemos, porque não é uma coisa tão comum e tão fácil, mas precisamos receber uma resposta com mais rapidez.

Por isso não podemos deixar de registrar, nós, que viemos lutando tanto por essa obra que é fundamental para toda a região, não apenas para o sul de Santa Catarina, mas também para o Brasil inteiro, para o Mercosul, pois é uma obra gigantesca, importante e que dá uma perspectiva e uma luz para que novos investimentos possam vir em função da BR-101, a fim de que a produção seja escoada.

Há empresas que não estão apenas construindo, estão-se informando também com relação à qualificação da mão-de-obra, para poder se instalar na região. E eu tive, 60 dias atrás, um prazer sem limite, de receber a primeira empresa que vai se instalar no sul de Santa Catarina, que vai gerar, para iniciar, mil empregos para Araranguá. Era preciso uma ação do governo e o próprio presidente da empresa colocou o motivo da sua vinda. Primeiro, o estado, as leis que nós aprovamos nesta Casa proporcionam investimentos a empresas em Santa Catarina e, segundo, como ele disse, eu, que sou um apaixonado, o convenci de levar essa empresa para Araranguá.

Então, foi definido que será instalada em Araranguá uma empresa que vai gerar mil empregos, dando um faturamento de R\$ 200 milhões ao ano. E agora nós temos perspectiva de que outra empresa - o próprio presidente da primeira empresa colocou que ela abriu as portas para que outras viessem para cá -, deputado Elizeu Mattos, venha para o sul do estado, a qual tem o triplo do tamanho da primeira, gerando um faturamento de R\$ 500 milhões para Araranguá. Isso significa muito, pois vai atender toda a região sul catarinense.

São dados reais e importantes que nós estamos vivendo, para que nós possamos buscar aquilo que lutamos: resultado para uma região, que é a região sul de Santa Catarina.

Eu havia, deputado Valdir Cobalchini, pedido ao governo do estado, porque os investimentos estão indo, todos, para a região do norte. Foi o caso da Brahma em Lages e a Votorantim no alto vale. São tantos investimentos em tantas regiões, mas nenhum para o sul. De repente acenderam as luzes e o sul agora vai começar a receber investimentos, fruto da luta pela duplicação da BR-101.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Eu ouço v.exa. que é um lutador nesse sentido. Se alguma coisa foi feita na sua região, v.exa., com certeza quando era secretário contribuiu.

O senhor é um parlamentar que se perdemos teremos um grande prejuízo, mas nós vamos emprestá-lo àquela região, porque eu sei que v.exa. irá atingir seus objetivos, por isso ouço sua manifestação com muita honra.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Deputado Manoel Mota, nosso grande líder, a nossa querida região do vale do Araranguá tem o privilégio de tê-lo como representante.

Essa é uma realidade também em outras regiões de Santa Catarina, graças à legislação que propicia às empresas que queiram se instalar em solo catarinense benefícios fiscais como o Prodec e o Pró-emprego. A nossa região já recebeu uma grande empresa, uma indústria de MDF, assim como Otacílio Costa recebeu outra indústria de MDF; em Mafra, presidente Antônio Aguiar, a Sadia está-se instalando; em canoinhas a Aurora; em Curitibaanos a Berneck, e assim poderíamos aqui ficar desfilando empresas que estão se instalando em Santa Catarina às dezenas.

Serão R\$ 15 bilhões investidos em solo catarinense pela iniciativa privada. Por quê? Porque nós temos um governo sério, empreendedor, que tem buscado de forma incessante atrair investimentos para Santa Catarina.

Então eu quero cumprimentá-lo, deputado Manoel Mota, v.exa. que é um lutador do sul catarinense, do vale do Araranguá, e esse seu discurso serve para todo o nosso estado.

Muito obrigado, e parabéns!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentar v.exa., deputado Valmir Cobalchini, que me ajuda com o seu aparte, a falar sobre o desenvolvimento que está alcançando Santa Catarina.

O governador Luiz Henrique, que é um sonhador como o deputado Manoel Mota, busca e não pára, a sua luta é constante. Ele tem uma equipe de Planejamento e da Fazenda, que no Planejamento consegue coordenar essas ações para que busquemos resultados para todos esses investimentos. Em Joinville será feito investimento da GM, que é uma coisa extraordinária.

Eu reclamava porque o sul não estava recebendo investimentos. Quando eu apareci com a empresa, o governador disse: "é agora a tua vez deputado." Eu disse: não, agora é a vez do sul do estado. Então no sul, com a duplicação da BR-101, irá iniciar um novo momento histórico de investimento e de desenvolvimento.

Sei que em Lages já está sendo feito um trabalho extraordinário, implantado quando v.exa. foi secretário do Desenvolvimento Regional daquela região. É evidente que esses são dados importantes para trazermos aqui, de um governo realizado, planejado, competente, que está buscando resultados a cada instante. Agora eu posso dizer: por toda Santa Catarina, e pelo sul também.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço v.exa., deputado Elizeu Mattos, que quando me afastei por dois dias assumiu o comando, e muito bem. Parabéns pelo trabalho que vem desenvolvendo. Eu até posso me afastar um pouquinho, porque sei que existe um grande parceiro para assumir a liderança da maior Bancada de Santa Catarina, que é a do PMDB.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Meu líder deputado Manoel Mota, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Quero aqui dar um depoimento em público sobre a figura, sobre a pessoa de Luiz Henrique da Silveira, que é um obstinado na busca de empreendimentos e de empresas para Santa Catarina, que veio dar emprego para a nossa gente. O que é que o governador pensa? O governador pensa que o mais importante é o cidadão catarinense, deputado Antônio Aguiar, ter emprego e renda, do que a arrecadação, pura e simples, do estado.

Não adianta o estado ter simplesmente arrecadação e o povo estar desempregado, não ter como viver e sobreviver com dignidade, porque não é o bolsa família, ou seja lá o que for, que irá dar dignidade para o cidadão. A dignidade do cidadão é o trabalho, porque o seu sustento vem do trabalho, do seu esforço.

Quero fazer esse depoimento sobre a busca do governador. Nós estamos agora tentando levar para a região de Lages a indústria ZF. Para quem não sabe, a ZF é a maior indústria do mundo de caixas de transmissões, tem hoje, ao todo, 59 mil funcionários diretos.

E nós estamos numa campanha, junto com o governador, essa semana já fizemos a quarta reunião, o governador recebeu o presidente da ZF, se propôs ir à Alemanha e o encaminhamento já foi feito. Se Deus quiser, em agosto, pelo esforço do governador, em conjunto com várias forças, vamos anunciar esse grande empreendimento para a região de Lages, que será a unidade da ZF. Mas não será apenas a unidade da ZF, é o Centro Tecnológico da ZF, que só existe hoje na Alemanha, na América do Sul não existe. Nós poderemos então, em parceria com a universidade federal, ter o Centro Tecnológico de uma indústria dessa magnitude na região de Lages, o que dará outro norte para a economia serrana.

Faço esse depoimento pelo esforço de Luiz Henrique da Silveira, que não mede tempo e nem esforço. Já fizemos várias reuniões sobre a ZF até as 23h na Agrônômica, para tentar trazer esse grande empreendimento para a região.

Então, se as coisas estão acontecendo no norte, em Araranguá e em todos os cantos de Santa Catarina, é devido ao esforço e pela credibilidade do nosso governador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer v.exa., deputado Elizeu Mattos, e dizer que isso é resultado de quem trabalha e de quem planeja as suas ações.

O governador Luiz Henrique da Silveira tinha o Plano 15 e tudo isso estava dentro do seu plano de desenvolvimento. Hoje ele coloca em prática toda uma ação que prometeu por Santa Catarina e está cumprindo religiosamente.

Nós sabemos perfeitamente que diminuí os números de agricultores que vendiam suas propriedades e vinham para o grande centro. Hoje estão sendo construídas casas populares para os agricultores, para manter o filho do agricultor no campo, produzindo a riqueza para este país.

Por isso o estado vem crescendo, vem se desenvolvendo e os resultados estão aí para quem quiser ver, ouvir e acompanhar o desenvolvimento de Santa Catarina.

Nós, evidentemente, estamos dando a nossa contribuição aqui no Parlamento para que isso aconteça, porque as leis que vieram para cá praticamente todas foram aprovadas, dando condições de proporcionar um estado competitivo, através do Prodec e do Pró-emprego. É o estado mais competitivo do país e por isso está havendo investimento.

O deputado Nilson Gonçalves sabe que estão recebendo a GM, um investimento extraordinário, e qual é o município que não gostaria de receber esse tipo de investimento? Mas, infelizmente, ou felizmente, quem tem a mão-de-obra qualificada é Joinville, porque nós não teríamos, no sul, mão-de-obra qualificada para receber essa indústria. Joinville está na frente de tudo isso porque tem a mão-de-obra qualificada, colocou-se à disposição e já estão construindo.

Nós estamos vivendo um governo que realiza não apenas obras, mas oferece condições para que indústrias se implantem em nosso estado de ponta a ponta.

Hoje posso dizer que outra indústria muito grande entrou em contato conosco para se instalar no sul, uma multinacional, pediu que não anunciássemos o seu nome, mas o importante é que o estado está competitivo, buscando resultados a cada instante para todos os catarinenses, porque hoje estamos no governo, amanhã podemos não estar, mas cada um tem que fazer a sua parte e o governador Luiz Henrique da Silveira está fazendo a sua, tornando o estado competitivo, gerando emprego, renda e desenvolvimento que é tudo que queremos. Isso significa melhorar a qualidade de vida do povo catarinense.

Sempre lutamos para buscar esses resultados e a minha região que estava numa situação muito difícil, hoje está recebendo uma empresa que irá gerar mil empregos, com um faturamento de R\$ 200 milhões. Já há outra empresa, com protocolo entregue na Fazenda, que iniciará com 2.100 empregos, 600 deles para os agricultores, porque eles é que irão usufruir dessa empresa. É importante estarmos vivendo esse momento. Temos um porto com maior calado, que é o de Imbituba.

Ao longo do tempo perdemos muito, os lavradores de Capivari e também na questão de Imbituba e de outras regiões. Por isso é preciso somarmos as forças para buscar empresas para superar as perdas que tivemos ao longo do tempo, que possamos viver um momento de tranquilidade, de firmeza, de geração de emprego e renda, buscando a melhoria da qualidade de vida do povo catarinense.

E preciso cumprimentar o governo do estado e toda sua equipe, as secretarias da Fazenda, do Planejamento, de Assuntos Estratégicos, que têm sido peças fundamentais para ajudar a contribuir nesse momento com o desenvolvimento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Gelson Merísio, por até sete minutos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, foi equívoco meu, achava que o horário do PSDB fosse o terceiro, mas quando cheguei ao plenário já havia passado.

V.Exa. anunciou o horário e eu não estava presente. Como precisamos desse tempo para falar especialmente sobre o Festival de Dança em Joinville, solicito que v.exa. consulte as lideranças em plenário, para saber se é possível eu recuperar o horário do PSDB para podermos utilizar a tribuna para falar sobre o Festival de Dança em Joinville.

(As lideranças acquiescem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a concordância dos srs. Líderes, v.exa. poderá falar no final deste horário.

Com a palavra o sr. deputado Gelson Merísio, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna no dia de hoje para, em nome da região que represento, o oeste, especialmente a cidade de Chapecó, trazer o sentimento daquela região sobre o seu atual momento.

Fruto de uma série de fatores as boas safras que vêm acontecendo nos últimos anos, fruto do empreendedorismo dos empresários da região, especialmente de Chapecó, nós seguramente vivemos hoje um dos melhores momentos no que diz respeito a nossa economia. Quando a economia vai bem, vão bem as famílias, e as famílias indo bem as pessoas vivem um pouco melhor.

Digo isso não para enaltecer qualquer pessoa de forma individual, mas especialmente para enaltecer a organização que vivem as cidades de Chapecó, de Xanxerê, de Pinhalzinho, de São Miguel d'Oeste, fruto, como disse, de um momento auspicioso.

Faço isso no dia de hoje porque - uma boa parte da bancada do PT não está aqui, porque está em Brasília tratando desse compromisso - hoje na capital federal o presidente da República vai sancionar a lei que cria a universidade federal na mesorregião do oeste.

E nós, diferente de algumas outras posturas políticas não temos nenhuma dificuldade em reconhecer ações boas, ações corretas, ações que são feitas em prol das pessoas e da cidade em que elas vivem.

Essa iniciativa teve a liderança e o acompanhamento de muitas pessoas da nossa região, e há que se fazer um destaque especial ao deputado federal Cláudio Vignatti, que é do PT e está em Brasília, hoje. Como disse, não temos nenhum problema em fazer isso, pelo contrário, é muito bom quando podemos enfatizar ações que se transformam em obras efetivas para o povo e para as pessoas.

Essa conquista que já vem por mais de dez, quinze anos, muitas pessoas se engajaram nela, vai com certeza revolucionar a nossa região, caso ocorra e tenho certeza de que vai acontecer, após a assinatura da lei que cria a universidade. Tenho certeza de que ela não é uma questão eminentemente eleitoral em função do pleito que se aproxima. Acredito sinceramente, que vai ser uma universidade federal implementada e que vai reverter um fluxo que era muito ruim para as regiões do interior.

Os principais talentos, aqueles jovens que se formavam com esmero no ensino básico e médio, saíam para fazer o vestibular nas universidades públicas, seja na federal ou na estadual. Como só passavam na universidade federal e na Udesc os melhores alunos, aqueles que têm o melhor preparo, aqueles talentos que saíam da nossa região vinham a Florianópolis, a Joinville a Porto Alegre ou Curitiba, faziam os cursos e, na maioria das vezes, onde se formavam continuavam a desenvolver suas atividades, deixando de dar o retorno com o seu trabalho, após a sua formação, para a região que investiu no seu ensino fundamental, que investiu na creche, no posto de saúde, na infra-estrutura básica. Isso cria anomalias de regiões desenvolvidas e regiões menos desenvolvidas.

Tenho absoluta convicção de que com a Udesc, que já tem um braço muito forte na região oeste, com a Universidade Federal, que já tem em Chapecó um posto avançado, e agora com a universidade federal do oeste esse fluxo irá se inverter. Da mesma forma que acontecia conosco, lá da região, agora acontecerá ao contrário: jovens talentosos de outras regiões do Brasil e também de Santa Catarina irão para lá fazer o seu curso gratuito. Que bom se todos pudessem ter esse acesso, mas especialmente neste momento são aqueles que se destacam no ensino pelo esforço, pelas condições que tiveram, que fazem o curso na universidade federal e que lá irão desenvolver a sua atividade e poderão contribuir com um desenvolvimento ainda mais acentuado da nossa região e da nossa cidade de Chapecó.

Por isso esse bom momento que Chapecó vive, esse bom momento que a região oeste vive com empresários investindo, com as administrações voltadas para o atendimento das reivindicações, dos anseios da população. E agora também haverá mais um ingrediente, mais um incentivo que é a assinatura, hoje, do presidente da República, como disse, da criação da universidade federal.

Quero, por isso, em nome da nossa bancada, a bancada do Democratas, cumprimentar todos aqueles que são partícipes dessa iniciativa, em especial o governo federal, o presidente Lula, o deputado federal Cláudio Vignatti, e todos aqueles que se envolveram direta ou indiretamente nessa conquista da região oeste.

Nós não devemos ter preocupação em elogiá-lo, quando o resultado é para as pessoas e para a população. Não podemos ser menores do que as conquistas. Por isso, em nome de uma parcela expressiva da população de Chapecó que votou neste deputado na eleição passada, quase 14 mil pessoas, tenho certeza de que todas estão felizes com esse momento que a cidade vive, com a assinatura e a criação da universidade federal. É mais uma boa notícia para a nossa cidade, para a nossa região e é mais um motivo de orgulho para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Décio Góes, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, na ausência do deputado que estava escalado para falar no horário dos Partidos Políticos, vou aproveitar para colaborar no debate que estamos travando.

O deputado Valdir Cobalchini durante o dia de hoje tem feito várias intervenções no sentido de defender o governo Luiz Henrique. Também falou do governo Lula, das parcerias que acontecem para o desenvolvimento de Santa Catarina, e da disposição para o trabalho que o governador tem, e que reconhecemos.

Mas o que nos incomoda, como Oposição nesta Casa, é o uso forte dessa maioria desta Casa impedindo uma análise mais clara, mais criteriosa, mais desapassionada de cada projeto, permitindo que a Oposição possa colaborar no aprimoramento dos projetos. O que nos incomoda são os casos de denúncia, e existem "n" denúncias nesta Casa, não só do livro agora, *A Descentralização no Banco dos Réus*, mas outros casos, nos quais não se consegue fazer um esclarecimento condizente com o que a população catarinense merece. O que nos incomoda são os abusos de cargos, dos benefícios fiscais, da falta de políticas sociais, do carinho na educação com as escolas, com a manutenção das escolas, a saúde, enfim, essas coisas nos incomodam. Por isso, estamos cumprindo o papel de Oposição em nome do povo catarinense em alertar o governo para esses problemas, no sentido, inclusive, de ajudar o governo a ser melhor.

Agora, eu queria chamar a atenção e falar um pouco sobre um assunto que a imprensa tem falado.

(Passa a ler.)

"Eu quero aproveitar a TVAL para falar um pouco também da chamada Lei Seca - Lei n. 11.705, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula no último 19 de junho, que prevê maior rigor ao motorista que ingerir bebidas alcoólicas.

Passa a considerar crime, conduzir veículos com qualquer teor de álcool no organismo. Logo, a punição para quem não cumprir a lei será considerada gravíssima e prevê suspensão da carteira de habilitação por um ano, além de multa de R\$ 955,00 e retenção de veículo.

A suspensão por um ano do direito de dirigir é feita a partir de 0,1 miligrama de álcool por litros de ar expelido no exame do bafômetro. E acima de 0,3 miligrama por litro a punição inclui a detenção do motorista, de seis a três anos. Antes da Lei Seca, somente motoristas com mais de seis decigramas de álcool por litro de sangue eram punidos.

A lei prevê ainda a proibição da venda de bebidas alcoólicas em zonas rurais, em rodovias federais, com multa de R\$ 1,5 mil para os comerciantes que venderem. Em caso de reincidência o valor é dobrado. Aqui em Santa Catarina também nas estaduais, conforme proposta do deputado Gelson Merísio.

Com a nova lei, o homicídio praticado por motorista deixa de ser culposos (sem intenção de matar) e passa a ser doloso (com intenção de matar), por entender que dirigir sob efeito do álcool é crime."

Nós temos visto, então, a imprensa nos últimos dias apontar dados e mais dados, desde o dia 19 de junho para cá, que comprovam que é possível vislumbrar uma mudança cultural do nosso povo e, definitivamente, se criar uma consciência coletiva de que beber e dirigir não combina.

Os números comprovam o espírito da lei, que qualquer quantidade de álcool já altera os reflexos e aumentam os riscos de acidentes. Os números são fantásticos, chega a ter uma redução de 45% no Distrito Federal para exemplificar, numa média de 24% no país inteiro. Isso reduz os danos, a gravidade, a dor, os custos e reduz uma série de procedimentos nos hospitais; desonera, libera o Pronto-Socorro, o Samu, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e cria uma série de consequências positivas como tem criado no país.

Eu tive o cuidado de falar com o pessoal do Hospital São José de Criciúma e percebi que houve a otimização de 30% no pronto-socorro, porque os casos de acidentes de trânsito nos fins de semana diminuíram; não houve nenhuma morte, porque ocorriam de três a cinco mortes nos finais de semana no Hospital São José de Criciúma, e nos últimos dois fins de semana nenhuma morte ocorreu.

Então, isso é fantástico! E o mesmo está acontecendo no Hospital Regional de Araranguá, no Hospital Nossa Senhora da Conceição em Tubarão e constatamos os mesmos índices no Brasil. Constatamos também que nas estradas estaduais de vários estados os acidentes têm diminuído de 13% a 15% e um pouco menos nas rodovias federais. No caso do nosso trecho da BR-101, do quilômetro 240 ao 465, no sul do estado, do dia 1º de maio a 18 de junho, houve 279 acidentes, sendo que foram autuados 13 condutores embriagados; já de 19 de junho até hoje, o número de acidentes foi de 142, com sete alcoolizados.

Então, reduziu drasticamente e mostra o novo comportamento dos motoristas. Se conseguirmos fiscalizar e mudar a nossa cultura e todos nós, cada brasileiro saber da sua responsabilidade, vamos acabar com a vergonha do acidente de trânsito no Brasil e...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra, o deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, meu amigo líder deputado Sílvio Dreveck, na tarde de ontem fiz um pronunciamento nesta tribuna com relação à vinda da diretoria de Energia e Gás da Petrobras, Maria das Graças Foster, e inclusive tivemos a participação - e ontem acabei esquecendo de falar - do deputado Décio Góes, que se fez presente e também do senador Neuto De Conto, juntamente com a senadora Ideli Salvatti, que capitaneou todo esse processo e que tem se colocado muito à frente dessa política energética do país e de uma maneira especial para com o estado de Santa Catarina.

Srs. deputados, dizia no bojo da minha explanação que a Petrobras realmente está determinada a fazer um investimento de mais um terminal de gás no país, sendo que estão elencados vários portos por toda a costa brasileira, mas os que estão mais diretamente credenciados, até pelos critérios técnicos, ambientais, pela questão geográfica, pela posição estratégica são os portos de São Francisco do Sul e de Imbituba, aqui no sul de Santa Catarina.

Também colocava e reafirmava dessa tribuna parabenizando a atuação do governo Lula com a maior obra que está sendo feita pelo governo federal que é a duplicação da BR-101, que foi o elo estrangulador do desenvolvimento, do crescimento do sul do estado, que não conseguiu se adaptar ao crescimento das demais regiões do estado, comparado, principalmente, ao norte e nordeste de Santa Catarina que cresce de 10% a 12%, comparado ao PIB chinês, enquanto o sul cresce de 2% a 3%.

Dentro do prisma, da linha, da bandeira do governo Lula, que é a inclusão social, nada mais justo que esse investimento seja dado ao Porto de Imbituba, mesmo porque sem desmerecer, evidente, a questão do norte do estado que está crescendo progressivamente, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. que é de Joinville norte do estado, mas esse investimento indo para o norte será só mais um investimento. E para o sul do estado fará total diferença no crescimento, no desenvolvimento, na possibilidade de agregação de valor de renda, e na oportunidade de milhares de empregos ao nosso povo e a nossa gente que carece de uma oportunidade digna de trabalho.

Ontem tive a oportunidade de conversar com o presidente da Fiesc de Santa Catarina e com o presidente da ACIC, sr. Santos Logaretti, de Criciúma, pedindo a participação efetiva das associações comerciais e industriais, das entidades organizadas de classe e de todo segmento político. E aqui faço um apelo aos parlamentares sulistas -, e hoje representamos 25% do PIB deste Parlamento -, além dos deputados federais, pois temos uma representação muito forte que precisa ser implementada aqui, porque essa é uma oportunidade ímpar que estamos tendo nesse momento, um momento de glória, de crescimento do nosso país e não podemos perder essa grande oportunidade que está prestes a acontecer, principalmente a partir de agosto quando acontece o grande leilão da Eletrobrás. E dentro de cinco meses nós teremos a definição efetiva por parte da diretoria de energia e gás da Petrobras, quando será determinado se esse investimento irá para o Porto de São Francisco ou para o Porto de Imbituba.

Por isso, vejo esse momento com grande expectativa e muito apreço. E acredito que nessa união de esforços dentro de uma ação suprapartidária, deputado Décio Góes - e que v.exa. também faça coro como sempre fez juntamente com os demais parlamentares e a aquiescência desse Parlamento - possamos encaminhar uma moção ao presidente Lula, ao presidente da Petrobras e de uma maneira especial à diretora de energia e gás Maria das Graças Foster, encabeçada pela nossa senadora Ideli Salvatti, para que realmente esse investimento seja colocado à disposição do Porto de Imbituba.

Tenho certeza de que com a duplicação da BR-101, com o advento da pesquisa e desenvolvimento a partir do carvão - e foi demonstrado pelo técnico da Petrobras Eduardo Falabella, que mostra uma real situação do potencial econômico que temos no subsolo catarinense -, que as características do nosso carvão vão proporcionar uma demanda de produção associada ao carvão gaúcho de gerar em torno de 322 mil barris de óleo diesel, com 75% de recuperação. Trezentos e vinte e dois mil barris representam um terço da demanda de produção nacional de petróleo existente hoje no país. Vejam a riqueza que temos no subsolo.

O tema que está rodando no Senado da República e no Congresso Nacional é com relação aos *royalties*. Hoje todo *royalty* da exploração de petróleo está sendo canalizado para o estado do Rio de Janeiro, nada mais nada menos do que R\$ 7,5 bilhões. Há uma nova descoberta da pesquisa elaborada pela Petrobras do lençol de pré-sal, nome dado a uma nova vertente de petróleo, onde em dez postos perfurados, estes custando US\$ 1 milhão cada um, todos obtiveram petróleo. Esses *royalties* estão sendo discutidos no Congresso Nacional e no senado da República e nós esperamos que a cota de Santa Catarina venha para os cofres catarinenses para o bem de todo o nosso povo aqui do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peça a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sra. Presidente, às 17h iremos à posse do desembargador que vai assumir representando o quinto constitucional. Por isso, a sugestão que faço a esta Presidência é que possamos encerrar a sessão às 16h50min, para que as pessoas possam acompanhar a posse do desembargador Jorge de Borba. Essa é a sugestão que faço, se houver entendimento com os líderes.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Consulto os srs. líderes para saber se acatam a sugestão do deputado Gelson Merísio.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Então, vamos encerrar a sessão às 16h50min para que possamos participar da posse do novo desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Jorge de Borba.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos cinco minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. e sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc, servidores públicos que nos acompanham, companheiros membros do diretório estadual do PDT aqui presentes nesta sessão, gostaria de falar sobre o baixo efetivo em termos de policiais militares, bombeiros militares e policiais civis no estado de Santa Catarina.

Todos nós aqui sabemos, os 40 deputados sabem, que existe esta demanda no nosso estado, até porque recebemos de prefeitos, de vereadores, de lideranças comunitárias, de associações comerciais de todas as cidades, todos os dias nos gabinetes, o pedido de mais efetivo na Segurança Pública. Enfim, a sociedade inteira sabe que existe esta demanda e reclama constantemente pedindo mais policiais e bombeiros, assim como os próprios servidores sabem que estão trabalhando com uma defasagem muito grande de efetivo.

Nós teríamos alguns mecanismos para minimizar essa situação e esses estão, evidentemente, na responsabilidade e nas mãos do governo do estado, do Poder Executivo, para que possam acontecer.

Todo o servidor, pela lei, tem direito a três meses de licença especial a cada cinco anos de serviços prestados. Essa licença, até 2002, 2003, era comprada, deputado Elizeu Mattos, por parte do governo. Ao invés de gozar o mês de licença especial, o servidor poderia vendê-la ao governo e trabalhar naquele mês.

Nós temos hoje aqui, todo mês, em cada pelotão que tem um efetivo de 15, 20 policiais ou bombeiros, pelo menos um que precisa pegar licença especial para não perder o direito. E assim nós estamos perdendo um policial ou bombeiro, de cada 20, todo mês.

Esse servidor aceita, gosta e defende que o estado pode garantir a possibilidade de venda desse mês de licença. Isso não é ilegal, muito pelo contrário, acontecia até alguns anos atrás, quando o soldo ou o vencimento dos policiais era inferior, era menor do que o salário mínimo e o resto da remuneração era de gratificações, indenizações, o estado comprava a licença especial, deputado Herneus de Nadal, e o servidor continuava trabalhando.

Nessa lógica, nessa conta que eu fiz, nós devemos ter, só aqui em Florianópolis, nesta data, deputado Carlão, mais de 20 policiais ou bombeiros que estão agora de licença especial e que poderiam estar trabalhando. O governo parou de comprar a licença especial dos servidores quando o nosso soldo deixou de ser inferior ao salário mínimo e passou a ser de R\$ 900,00 para a grande maioria. Não que eu tenha tido esse acréscimo de salário, mas houve a incorporação de gratificações, de indenizações em cima dos vencimentos básicos, que para os militares é o soldo, e ficou em torno de R\$ 900,00 para a grande maioria. Então, o estado parou de comprar.

Hoje, há essa grande demanda. Na semana passada, eu recebi um e-mail de um companheiro, de um policial militar e eu respondi que nós já fizemos uma indicação na Assembléia, que foi aprovada, depois foi para o governo e a resposta veio negativa. E aí ele me respondeu por telefone e por e-mail que eu dei uma resposta sem espírito.

É óbvio, todos nós aqui sabemos que isso não depende do deputado, não sou eu que gerencio a administração pública, não é o Parlamento, são os secretários, o comando, o governador, em última instância.

Então, nós precisamos disso para garantir mais efetivos trabalhando. Que o estado possa comprar o mês de licença especial que o servidor tem direito. Nós estamos perdendo servidores, estamos deixando a população desassistida, quando nós poderíamos minimizar o problema da falta de efetivo com esse mecanismo que é de interesse da maioria dos servidores, para aqueles que têm interesse evidentemente, sendo de interesse do estado, de interesse do conjunto da população...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB, último partido inscrito para se manifestar, conforme deliberaram os líderes.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, na verdade, nós fizemos questão de falar, neste horário, porque hoje, exatamente hoje, começa o 26º Festival de Dança, em Joinville. Para quem não sabe, é um dos maiores eventos culturais que temos não só no país, como também na América do Sul.

(Passa a ler.)

"Começa nesta quarta-feira a 26ª edição de Dança de Joinville. O evento vai ultrapassar os limites da expressão corporal da dança, para assumir por inteiro a arte de transmitir emoções.

A festa aumentou, e não apenas no número de dançarinos. Desta vez os 11 dias de espetáculo oferecerão um maior número de apresentações. O festival abre hoje com uma obra consagrada nas sapatilhas, para quem conhece, para quem é do meio, 'O Lago dos Cisnes', de Tchaikovsky, com *ballet* do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. A peça que poucas vezes foi apresentada integralmente tomará a arena do Centreventos Cau Hansen no dia de hoje.

Cecília Kerche, uma das maiores intérpretes da coreografia, e Vitor Luiz, uma das grandes revelações do balé nos últimos anos, entram em cena como solistas seguidos por mais 70 bailarinos, com as mais modernas técnicas de iluminação, elaborados cenários e figurinos detalhados, os cisnes bailarinos vão converter os espectadores em privilegiadas testemunhas de um dos maiores espetáculos de dança da terra.

Nos palcos abertos serão 172 horas de dança em 15 lugares diferentes, com um aumento de cerca de 30% no número de coreografias. Ou seja, do dia 16 até o dia 26, Joinville vai respirar dança, vai respirar juventude. Teremos nos quatro cantos da cidade milhares de jovens oriundos de todos os cantos deste país e também de países da América do Sul trazendo o calor da sua juventude, a alegria para todos nós, joinvilenses, e também turistas que lá estiverem.

Um dos destaques será a apresentação da coreografia 'Don Quixote' pela Companhia do Conservatório do Rio de Janeiro. Haverá duas apresentações: uma ao meio-dia, na praça Nereu Ramos, e a outra, às 17h, na Feira da Sapatilha."

Convido os srs. deputados para conhecerem o nosso festival de dança em Joinville, uma organização que hoje, sem sombra de dúvida, está refletindo e passando o nome de Joinville para além das fronteiras deste país. Até o dia 26 teremos também, das 10h até as 23h, na Expocentro, ao lado do Centreventos Cau Hansen, a participação de mais de 70 expositores, entre os quais estão as principais marcas de produtos da dança no Brasil, além de estandes institucionais e também artesanatos da nossa região. A feira oferece ainda espaço literário, praça de alimentação e um palco aberto para apresentações dos grupos e escolas de dança inscritos no festival.

Enfim, v.exas. terão a oportunidade de acompanhar em Joinville a Noite de Gala, a Noite dos Campeões, Palcos Abertos, Mostra de Dança Contemporânea, Encontro das Ruas, Meia Ponta, Seminários de Dança, Cursos e Oficinas, Dança da Comunidade, uma programação intensa, muito calorosa, muito interessante e que certamente dará alegria a todos aqueles que forem até a nossa querida Joinville.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não, deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Quero congratular-me com v.exa., com todo o povo de Joinville e dizer que Santa Catarina, no cenário nacional e mundial, realmente desperta a atenção das pessoas neste momento, e quero testemunhar a importância do Balé Bolshoi para Santa Catarina.

No meu município, no ano de 2005, foi feita uma seleção nas escolas municipais para algumas crianças ingressarem, e nós, de São José, tivemos a felicidade de duas crianças oriundas de escolas públicas municipais da periferia estarem, lá em Joinville, aprendendo a dança. Elas, com certeza absoluta, farão também parte desse evento para a alegria de nós todos catarinenses.

Que v.exa. tenha todo o sucesso, pois o nobre colega é o nosso representante legal lá, pois acompanhou como tudo aquilo iniciou.

Meus parabéns!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado José Natal.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Nilson Gonçalves, gostaria de parabenizá-lo por falar sobre esta importante festividade no estado de Santa Catarina, principalmente na cidade de Joinville, que é uma festividade diferente. Ela proporciona ao Balé Bolshoi, juntamente com esse festival de dança, trazer para Santa Catarina o que de mais bonito nós temos, que é a dança, e isso graças ao nosso governador Luiz Henrique da Silveira.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado Antônio Aguiar, eu gostaria de fazer uma nota de crédito nesta tribuna, enaltecendo aqui o trabalho de algumas pessoas que fazem parte do nosso Graer, que é o Grupamento Aéreo de Joinville, que esta semana marcou ponto precioso, inclusive estacionando a sua aeronave no meio da cidade para resgatar vítimas de acidentes.

Quero registrar aqui a minha admiração e respeito pelo pessoal do Graer, que está hoje sediado em Joinville.

Muito obrigado, sra. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Nilson Gonçalves.

Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, é visível a falta de quórum qualificado para deliberarmos, esgotarmos os vetos e os projetos. Desta forma, passaremos estas deliberações para a data de amanhã, porque necessitamos de quórum qualificado.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s 0274/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0275, 0276 e 0277/2008, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; e 0278/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peça a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Não é pela ordem, sra. presidente, é para deliberar sobre a matéria que v.exa. está lendo.

Com relação à indicação que v.exa. acabou de citar aqui, que eu falei a respeito no período da manhã na tribuna, estou dando entrada nesta Casa, agora à tarde, a qual solicita a instalação, com a maior brevidade possível, de um hospital especializado em traumatologia no município.

E no corpo desse pedido eu faço a sugestão para que seja transferida a Maternidade Darci Vargas, instalada em Joinville num prédio há muitos anos, para o hospital Materno Infantil naquele município, que hoje é um grande hospital e não está sendo ocupado no total da sua capacidade. E no lugar da maternidade que seja instalado, então, o Centro Especializado em Traumatologia. Com isso nós vamos ajudar a desafogar tanto o Hospital São José quanto o Hospital Regional.

Apenas para efeito de conhecimento, nós tivemos, nos últimos seis meses, em Joinville, sra. presidente, 1.600 acidentes, e nos últimos 15 anos nós saímos de 15.000 motocicletas para mais de 50 mil motocicletas no município e os acidentes se repetem todos os dias. É uma calamidade!

Nós precisamos, com urgência, que seja instalado um centro especializado em traumatologia e, por que não, um hospital. E é por isso que estou fazendo esse pedido, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Nilson Gonçalves. É uma excelente idéia!

Requerimento de autoria do sr. deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Irineópolis e Ibiom, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Carlos Chiodini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Empresarial de Guarimirim, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação da associação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Luís Alves, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Carlos Chiodini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Associação das Micro e Pequenas Empresas do Vale do Itapocu, cumprimentando-o pela realização da 12ª Feira de Negócios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Luís Alves, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Sombrio, cumprimentando-o pela realização da 2ª Edição do Carnaval no Arraial, do 6º Arraial da Melhor Idade e da 10ª Edição da Feindes.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Braço do Norte, cumprimentando-o pela inauguração da unidade básica de saúde no bairro Lado da União daquele município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Instituto Festival de Dança de Joinville, cumprimentando-o pelo brilhante trabalho efetuado no 26º Festival de Dança daquele município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente Regional do DNIT, pedindo urgência na construção de uma passarela ou de uma lombada eletrônica no KM-27 da BR-280, no município de Araquari.

Esta Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peça a palavra, pela ordem, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, só quero reforçar esse nosso pedido que decorre de uma manifestação popular que aconteceu agora, esta semana, nesse local, havendo inclusive uma paralisação da BR com toda a população daquela localidade, que fez uma manifestação e solicitou a instalação de uma passarela ali.

Naquele local foram atropeladas duas crianças neste último final de semana, uma delas morreu na hora e a outra se encontra na UTI do hospital de Joinville.

Por esta razão e por esta manifestação e repercutindo o clamor popular, nós estamos fazendo, então, este requerimento nesta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado César Cim - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado César Cim.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Muito obrigado, sra. presidente.

Eu pedi vênha, sra. presidente e demais deputados, para registrar a presença aqui no recinto desta Casa Legislativa do presidente estadual do PDT, o Luiz Viegas, que também é superintendente regional do trabalho; do Cleiton Wan-Dall, que é secretário-geral do PDT do estado de Santa Catarina; de Cristiano Mafra, que é uma liderança jovem do PDT de Itajaí.

Muito obrigado pela oportunidade, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sintam-se em casa e sejam muito bem-vindos a este Parlamento catarinense.

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Hoegen.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Apenas para registrar, sra. presidente, a presença nesta Casa, a visita neste Parlamento, dos vereadores Adir João Deucher, de Bom Retiro, Edgar e Carlos Alberto Kretzer, de Alfredo Wagner; do suplente de vereador Dorico e do líder comunitário, Adair Deucher, particulares amigos que visitam este Parlamento e que nós recebemos com muito carinho.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Feito os devidos registros, sejam todos muito bem-vindos a Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, cumprimentando-o pela posse no cargo e pelos 116 anos de fundação daquela entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora da Rádio Cultura Jovem Pan SAT AM do Município de Joinville, cumprimentando-a pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Empresa Whirlpool Corporation, cumprimentando-o pelo gesto humanitário em proporcionar aos portadores de necessidades especiais a oportunidade de entrar no mercado de trabalho.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Empresarial de Campo Alegre, cumprimentando-o pelo 21º aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Herneus de Nadal, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sra. presidente, srs. deputados, assomo esta tribuna na tarde de hoje para tratar de um assunto extremamente relevante e importante com relação ao funcionamento desta Casa, ocorrido há alguns dias.

Novamente, sra. presidente e srs. deputados, no dia de hoje, tomar conhecimento pela imprensa a respeito de algumas afirmações que passarei a ler, faz com que desta tribuna manifeste a minha preocupação com o cumprimento do Regimento Interno e das normas de funcionamento desta Casa.

Matéria do *Diário Catarinense*, sra. presidente:

(Passa a ler.)

[...]

"Márgara deve depor terça-feira

[...]

Ontem, foi marcado para terça-feira o depoimento de Márgara Haddlich, 35 anos,"[...]Sic] E por aí afora.

Na coluna do conceituado jornalista Moacir Pereira:

(Continua lendo)

"Nitroglicerina

Presidente estadual do PP, Joares Ponticelli, acaba de confirmar para a próxima terça-feira, no plenarinho da Assembléia Legislativa, o depoimento da corretora Márgara Haddlich,"[...]Sic]

Coluna do também conceituado Cláudio Prisco:

"Dúvida - Oposição promete revelações bombásticas de Márgara Haddlich, no depoimento previsto para terça-feira na Assembléia Legislativa."[...]Sic]

E por aí afora sra. presidente, srs. deputados. Nós temos convocação para depoimento. Não me consta que tenhamos CPI instalada; não me consta que tenha sido aprovado requerimento neste plenário; não me consta que se tenha, nas comissões técnicas de Fiscalização e Controle, aprovado a convocação ou o convite de quem quer que seja para prestar depoimento nesta Casa.

Portanto, sra. presidente e srs. deputados, é importante que cessem essas iniciativas individuais, dando caráter institucional à Assembléia Legislativa. Há um ferimento muito grave com relação ao Regimento Interno desta Casa. Nenhum dos srs. deputados, individualmente ou através de bancada, sem amparo no Regimento Interno, tem a liberalidade de convocar ou de convidar quem quer que seja, desde secretário de estado a personalidades, para que venha prestar depoimentos aqui no recinto da Assembléia Legislativa.

É inédito, é a primeira vez que isso ocorre. E quero ressaltar: não foi durante o exercício do presidente Julio Garcia como titular desta Casa, foi em outro momento, mas quero reiterar que a convocação está sendo feita para terça-feira, e o bom senso manda que se suspenda esse convite, sob pena de transformarmos a Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina em uma instituição que não observa e não guarda o seu Regimento. Nunca vi, nunca assisti, nunca tive conhecimento que procedimento igual a esse também se fizesse na Câmara Federal, ou no Senado da República.

Faço essa afirmação porque quando o Regimento porventura for omissivo, e não é o caso, valem subsidiariamente as normas da Câmara Federal. Portanto sra. presidente e srs. deputados, não se pode admitir que se tome a liberdade, a iniciativa de convidar para depor, sem que tenhamos uma base regimental que nos permita isso.

Dias passados votamos aqui o requerimento pedindo a convocação de um secretário de estado, que foi rejeitado, e nem por isso no dia seguinte ele foi convidado a depor nesta Casa. Encerrou-se a questão. Se houvesse um acordo de líderes, ainda assim não acredito que teríamos a condição de convidar determinada pessoa para prestar depoimento nesta Casa, porque nos faltaria o objeto, a base regimental para tal.

Todos nós deputados, que fomos eleitos e que juramos cumprir a Constituição, respeitar as leis, não temos como, de forma alguma, como concordar com este tipo de procedimento.

Por isso mesmo que assomo à tribuna, para evitar que iniciativas e situações iguais a essa venham ocorrer novamente e que venha a se concretizar.

Em momento algum de nossa Assembléia Legislativa assistimos tal procedimento. Parece-me que se não suspendermos, estaremos ferindo gravemente o nosso Regimento Interno, estaremos trazendo para este Parlamento uma inovação extremamente perigosa e arriscada que, volto a dizer, não está ocorrendo nesta semana com a presença do presidente deputado Julio Garcia, a quem quero preservar a condição de magistrado desta Casa, mas que se está projetando esta situação para semana que vem.

Em tempo, para que a credibilidade que o nosso Parlamento tem e possui, ainda em tempo podemos e temos o dever de suspender a convocação ou o convite para depor.

Alguns dias atrás a manifestação para motivar a oitiva do outro integrante daquela revista, foi de que seria uma entrevista coletiva, agora não é mais entrevista coletiva, agora é para colher depoimento, é o que consta de todos os jornais que circulam em nosso estado.

Por isso, srs. deputados, cada um de nós tem a sua posição partidária, cada um de nós tem os seus objetivos, mas antes de tudo precisamos nos somar para que respeitemos o Regimento Interno, o rito, o procedimento desta Casa.

O que nós não queremos que aconteça hoje pode se voltar contra aqueles que querem praticar um procedimento sem base regimental, sem poderem oferecer defesa no dia de amanhã. As normas são para ser seguidas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sra. presidente, quero fazer o registro da presença do vereador Ademar Cardoso, do município de Vargem, que se encontra conosco nesta tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Inscrito para falar o sr. deputado Carlos Hoegen, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Sra. presidente e srs. deputados, quero começar manifestando o meu apoio ao discurso que fez desta tribuna o deputado Silvio Dreveck, sobre a questão do Orçamento Regionalizado.

Eu já tive a oportunidade de participar desse orçamento como líder comunitário, depois como prefeito, mas infelizmente todas as vezes que participei observei o que foi registrado aqui: a cada ano que passa esvaziam as participações por absoluto descrédito sobre o seu resultado.

As entidades, os clubes de serviço e a sociedade organizada já não participam mais porque, deputado Cézar Cim, não querem servir de chacota, não querem perder o seu tempo.

Eu acho até que deveria haver um entendimento entre os agora criados Conselhos Regionais das secretarias Regionais, que o governador, através da reforma criando esse conselho oportunizou que pessoas simples, cidadãos de bem, senhoras e senhores que fazem parte e compõem as lideranças da nossa sociedade ajudem a discutir o Orçamento.

Nós temos um único orçamento no estado, e vejo que começa o ano com a discussão do orçamento do estado pelas secretarias Regionais, e pela metade do ano vem a Assembléia Legislativa discutir essas mesmas propostas, que depois são inseridas, e por não ser o orçamento uma peça impositiva - como tive a oportunidade de manifestar em Rio do Sul quando da elaboração do orçamento regionalizado naquela cidade - faz-se mais uma vez como uma peça de enfeite para que, ao sabor dos desejos, das vontades, muitas vezes políticas e atendendo até interesses que não são aqueles das participações populares, o dinheiro seja investido.

Não vejo como discutir o orçamento quando a população, deputado Silvio Dreveck, passa a discutir aquilo que ela efetivamente não conhece, não sabe com quanto dinheiro está lidando.

Quando você vai fazer o orçamento para a construção de uma casa, de um edifício - vamos simplificar esse tema - você sabe quantos são os andares, quantos são os metros quadrados, qual é o piso, se vai ter piscina, o telhado vai ser de zinco, de telha, de eternit, disso ou daquilo, quanto dinheiro tem disponível para gastar.

Agora chega lá, convoca a sociedade, levantam-se as demandas, que são muitas - e que por mais que o governo fizesse um esforço jamais conseguiria resolver todos os problemas - levanta-se essa demanda reprimida, chama-se todos para uma discussão e depois, deputado Nilson Gonçalves, ficamos assistindo aquilo que foi relatado aqui. Infelizmente poucas ou quase nenhuma das ações elencadas acabam sendo executadas, não por má vontade do governo. É impossível! Não há um balaio de dinheiro ao lado do governador para ir resolvendo as coisas, vereador Adir, como é lá na sua Bom Retiro, quando v.ex.a., com tanto esforço, faz as indicações e vê que o prefeito não faz. Muitas vezes não é por vontade que não faz, ele não executa porque não há essa disponibilidade orçamentária e financeira para a transformação daquele desejo social, numa realização efetiva.

Então, ou o Executivo e o Legislativo entram num entendimento com relação a isso, ou de uma vez por todas a Assembléia deixa de gastar esse dinheiro, de efetivamente torrar o dinheiro do povo, levando funcionários desta Casa, gastando o dinheiro do povo em audiências públicas que trazem lideranças, prefeitos e gente de todos os cantos para discutir o orçamento que depois não vai acontecer.

Portanto, muito bem posicionado aqui o deputado Sílvio Dreveck. E isto não é em relação a este governo que está aí, eu participo de audiências regionalizadas, do Orçamento Participativo e tantas outras coisas, deputado Herneus de Nadal, há muitos anos, como disse, como líder comunitário, como prefeito, como presidente de associação e não vejo, efetivamente, as coisas acontecendo. É porque tem que haver o entendimento entre aquilo que é possível, aquilo que é exequível e aquilo que tem que ser feito com o dinheiro público.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Carlão, ainda há pouco conversava com o deputado Sílvio Dreveck e falávamos justamente sobre esse assunto.

O deputado Sílvio Dreveck falava que quando era prefeito fazia questão que não fizessem o orçamento muito grande, que aqueles orçamentos deliberados pela comunidade não fossem muito grandes, mas que fossem feitos de forma que pudesse ser executado. E tudo o que ali era colocado ele executava, e é possível fazer.

Parece que existe um vício dos nossos governantes, e também quero cerrar fileira com v.exa. quando diz que não é só este governo, são todos que eu tenho assistido por aí, tanto o estadual como o federal ou municipal. Todos parecem esquecer o que foi preconizado nas regionais. Tudo é literalmente esquecido.

Agora mesmo o deputado Joares Ponticelli me confidenciava dizendo: "Isso aqui é necessário ser uma coisa impositiva." Falando a respeito dessas deliberações regionais. Eu concordo plenamente que deveríamos ter um mecanismo para que essas proposições regionais, que são deliberadas com a comunidade, assentadas com o consenso de todos deveriam ser proposições impositivas, para que tenhamos a execução dessas obras, desses trabalhos de acordo com aquilo que a sociedade anseia.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Carlão Hoegen, também quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento.

Neste ano não participei de nenhuma audiência pública do Orçamento Regionalizado, porque esse foi o compromisso que assumi há dois anos: se o governo não executasse, entraria com um projeto para transformar essa parte do regionalizado em impositivo e não iria participar de mais audiência alguma, porque é sempre assim, há dez anos estou aqui e nunca se executa, ou se executa 10%, 20%, 15% no máximo.

Nós precisamos de fato, deputado Carlos Hoegen, começar a discutir o orçamento impositivo que o Senado brasileiro já está discutindo. Precisamos trazer esse debate para as Assembleias e para as Câmaras, porque o Orçamento Público brasileiro, deputado Herneus de Nadal, continua sendo uma peça de ficção científica, na União, nos estados e nos municípios, na grande maioria. E não é de um ano para o outro que vamos construir um orçamento impositivo, até porque não temos nem capacidade para elaborá-lo ainda, para saber efetivamente o que vai acontecer. Se começarmos isso de forma gradativa, 3% no próximo ano e depois formos alterando chegaremos, quem sabe, em uma década ao orçamento ideal, ao orçamento real e aí, deputado Carlos Hoegen as Assembleias, as Casas Legislativas serão respeitadas novamente porque irão decidir a destinação dos recursos públicos.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - É verdade, deputado. Como v.exa., quando prefeito participei de dois ou três desses orçamentos regionalizados, depois não fui mais. Não fui perder o meu tempo. Agora, como deputado, fui tomar ciência, já que estava afastado do Executivo, de que alguma coisa havia mudado e efetivamente as coisas continuam no mesmo rumo.

Outro assunto que quero iniciar nesta tarde, e por certo demandará outra passagem minha por esta tribuna, é a questão, deputado César Cim, do transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio. Quem circula pelas rodovias, deputado Valdir Cobalchini, nós que pegamos a BR-282, a BR-116 e outras, acompanhamos a qualquer hora do dia e da madrugada a forma como estão sendo transportados os cidadãos que têm necessidade de vir a Florianópolis ou a qualquer outro centro de medicina maior. Temos, sem dúvida nenhuma, que fazer uma reflexão, de essas são as verdadeiras condições que se deve tirar um cidadão lá de uma cidade como Ibiá, como vi aqui, que fica lá no extremo oeste.

Outro dia encontrei lá de perto da sua cidade, deputado Valdir Cobalchini, um cidadão vindo num furgão, que era uma ambulância. Mas talvez fosse o único recurso, a única forma que o prefeito teve e, acossado pela necessidade de trazer o cidadão, botava três ou quatro pessoas, uma família inteira ali dentro e, com tudo fechado, absolutamente, sem uma janela para observar onde estavam, sem um espaço para aquele ar ser renovado, vinha o cidadão, 500, 600 quilômetros ali dentro, como se gado fosse. Isso nós cansamos de ver.

Então, urge que o estado crie um programa para incentivar a modificação, a substituição da frota das prefeituras dos municípios para o transporte de pacientes fora de domicílio, até porque termos condição de tratar os cidadãos lá no município ainda é sonho, é quimera, e, portanto, temos que resolver o problema de outra forma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, quero aproveitar esse tempo para falar de um evento muito importante que vai acontecer aqui no espaço físico da Assembléia Legislativa nos dias 17, 18 e 19 deste mês, ou seja, começando amanhã. A abertura será amanhã à noite e vai até sábado, no final da tarde. Trata-se do IV Encontro do Fórum de Unidades Comunistas, do qual participam algumas organizações de caráter partidário, como o Partido Comunista Brasileiro - PCB -, Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes, da qual este parlamentar é militante e Refundação Comunista.

Nós tivemos na história do Brasil uma importante participação dos comunistas na construção dos direitos dos trabalhadores, que hoje estão sendo retirados ou estão tentando retirar nesta conjuntura dos últimos 20 anos. E os direitos consagrados em lei, lá na Constituição de 1946, e que depois alguns foram reiterados na Constituição de 1988, foram também demanda dos comunistas e dos militantes pela transformação social no nosso país, que tiveram essa importante contribuição para todos os trabalhadores e para o conjunto da sociedade brasileira.

Infelizmente, a partir das décadas de 50 e 60, os comunistas passaram a se dividir. Houve uma diáspora no movimento comunista brasileiro, assim como no movimento comunista internacional, até de onde se tirou aquela expressão um tanto jocosa, de que os comunistas só se encontram na cadeia, porque fora dela estão sempre se dividindo, sempre buscando motivo a mais para divergir e para se separar.

Então, há três anos, essas três organizações que citei, a Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes, o Partido Comunista Brasileiro e a Refundação Comunista, vieram a se reencontrar e debater alguns pressupostos e constituíram o Fórum de Unidade dos Comunistas. Para caminhar a passos lentos e seguros, debatendo conteúdos de caráter necessário que possam contribuir para uma aproximação e para uma fusão posterior e futura, num partido e num movimento que precisa crescer, para o bem do conjunto dos trabalhadores explorados e dos oprimidos do Brasil.

O evento, como eu disse, terá abertura amanhã à noite e terá a participação de alguns intelectuais e dirigentes importantes, tanto da América Latina como da própria Europa. De Portugal, nós teremos a presença de Miguel Urbano Tavares Rodrigues, que já está na nossa capital. Ele é jornalista e escritor português, membro do Partido Comunista de Portugal, editor do *Diário de Notícias*. Já trabalhou no Brasil e esteve exilado no Brasil, quando da ditadura de Franco, em Portugal; trabalhou no *Estado de São Paulo* e na revista *Visão*, é editor de *O Diário* e do jornal *Avante*, que são órgãos do Partido Comunista português.

Teremos também Najjeb Amado, secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista Paraguaio, que integra a Aliança Patriótica para a Mudança, que elegeu agora recentemente Fernando Lugo, presidente do Paraguai.

Ainda dos debatedores internacionais, Carlos Lozano Guillén, que é membro do Partido Comunista e do comitê central do Partido Comunista da Colômbia. Um dirigente importante, portanto muito perseguido naquele país, que vive uma situação de conflito e de guerra.

Por último, Carolus Wimmer, secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista da Venezuela, PCV, e deputado venezuelano do Parlamento Latino-Americano, Parlatino, do qual é vice-presidente. É um dos redatores e diretor da revista *Debate Aberto* e do jornal *Tribuna Popular*, da Venezuela.

Os temas a serem debatidos serão de fundamental importância como o Marxismo na Contemporaneidade. Sabemos que muita gente duvida, mas ainda existem muitos marxistas no Brasil; o segundo tema é a Centralidade do Trabalho e Protagonismo do Proletariado; depois teremos Crise e Perspectivas do Movimento Sindical no Brasil; Ato Público na Alesc - Luta Anti-Imperialista e Socialismo na América Latina, que será na noite de sexta-feira e será coordenado por este parlamentar; na manhã de sábado teremos Grupos de Debate Experiências da Militância Comunista, Grupo de Discussão do Movimento Sindical, de Juventude e Educação e de Internacionalismo e Solidariedade com os Povos em Luta; na tarde de sábado, teremos Homenagem aos 100 anos do Nascimento de Olga Benário Prestes & 110 Anos do Nascimento de Luiz Carlos Prestes; e, por fim, a última mesa, o último debate, Anti-Imperialismo e Revolução Latino-Americana.

Então, ao anunciar esse evento que para nós é de fundamental importância, quero agradecer a este Poder Legislativo, na pessoa do nosso presidente, deputado Julio Garcia e toda a Mesa Diretora, pela possibilidade de um evento com esse conteúdo e com esse caráter ser realizado aqui no espaço físico da Assembléia Legislativa, no auditório Antonieta de Barros e no plenarinho, que será o espaço físico para este evento que é um evento nacional do Fórum de Unidades Comunistas, com participação de dirigentes e intelectuais da América Latina em seu conjunto e inclusive de um palestrante vindo da Europa, de Portugal.

Portanto, quero agradecer a abertura que este Poder Legislativo está tendo. E julgamos, como pressuposto, que a tarefa do Poder Legislativo é absorver e permitir o espaço de diálogo, de debate de todas as correntes políticas de pensamento de uma determinada sociedade, portanto a Assembléia Legislativa está cumprindo a sua obrigação, o presidente Julio Garcia cumpre com a sua tarefa de fazer deste Poder o mais democrático do nosso estado. E agradecemos, portanto, por esta disponibilidade e pela estrutura do espaço físico da Assembléia Legislativa que está à disposição deste nosso evento.

Para concluir, quero dizer que trabalhamos pela unidade dos comunistas baseada num programa e num pressuposto de organização político-partidária e também no pressuposto de um conteúdo programático que tenha a emancipação do conjunto dos explorados e oprimidos como objetivo, num programa que coloque os principais problemas vividos pelo nosso povo trabalhador, um programa que tenha efetivamente a possibilidade de ser compreendido e absorvido pelo conjunto dos explorados e oprimidos, um evento que tem a intenção de aprofundar a estratégia de construção da emancipação popular no Brasil, que nós entendemos no Fórum de Unidades Comunistas ser a estratégia socialista, superando a estratégia do Partido Comunista Brasileiro das décadas de 30, 40, 50 até a década de 80, que mantinha a estratégia de revolução socialista em duas etapas: uma primeira etapa democrática e burguesa para uma posterior segunda etapa de caráter socialista.

Esta concepção que levou a erros estratégicos e conseqüentes erros táticos e organizativos que levaram às derrotas sucessivas do movimento comunista no nosso país, e não só no nosso país como no mundo inteiro. Então, esse debate é justamente para restabelecer essas relações, esses vínculos, redefinir a estratégia, continuar aprofundando o debate de um programa, definir conjunto de táticas que possam ser úteis para a emancipação popular e da classe trabalhadora e para a construção do socialismo no nosso país, no nosso continente e, por que não, no mundo.

Todos que estão nos ouvindo estão convidados, todas as pessoas de bem, honestas, democráticas e progressistas para participar deste evento aqui na Assembléia Legislativa, que começa na noite de amanhã, dia 17 de julho e vai até o final da tarde de sábado, dia 19, com um ato político na noite de sexta-feira, aberto a todos os interessados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, o último orador inscrito, deputado Ivan Naatz, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, quero voltar com o tema que já estávamos debatendo hoje pela manhã, que diz respeito às questões ambientais no estado de Santa Catarina.

Eu li agora pela internet uma matéria sobre a necessidade de os governos federal, estadual e municipal investirem em saneamento básico no estado de Santa Catarina. E preciso com urgência adotarmos uma política definitiva de investimentos em saneamento básico.

Srs. deputados, sei que o governo Lula, através das obras do PAC, prometeu trazer para Santa Catarina, deputada Ana Paula Lima, e só para a região do vale do Itajaí, R\$ 30 milhões para obras de investimento. E não adianta as empresas, deputado Professor Grandó, se comprometerem a atender todas as exigências do Conama, do código ambiental, das leis ambientais deste estado; não adianta a Votorantin se instalar no estado de Santa Catarina atendendo todas as exigências da legislação ambiental; não adianta a região carbonífera de Criciúma, de Araranguá recolher os detritos e o prejuízo que causaram a todo o estado de Santa Catarina e à humanidade em geral, quando retiravam, por meio século, o carvão naquela região e o depositavam indevidamente no solo contaminando a água daquela região do estado, contaminando o solo daquela região do estado; não adianta nada concentrarmos esforços na recuperação do solo na região carbonífera se os órgãos públicos não investirem maciçamente em tratamento de esgoto.

Eu circulava no último final de semana no bairro Fortaleza, deputada Ana Paula Lima, deputados César Cim, Ismael dos Santos e deputados da nossa região e tive a oportunidade de observar o ribeirão Fortaleza, na região de Blumenau, que era ribeirão e hoje é um esgoto a céu aberto. E assim está todo o estado de Santa Catarina. Não há uma política pública de saneamento básico e tratamento de esgoto nem na capital, nem nas praias litorâneas, nem no interior do estado. E esse é o compromisso que a sociedade catarinense tem que adotar. Não adianta fechar empresa, não adianta impedir o desenvolvimento dessa ou daquela região, não adianta exigir o atendimento às normas em questões ambientais se o governo em todas as suas esferas municipal, estadual e federal não concentrar esforços para que o problema grave da falta de tratamento de esgoto seja resolvido neste estado.

Nós estamos cobrando muito das empresas e dos cidadãos para que instalem fossas cada vez maiores, filtros cada vez mais eficientes e não estamos cobrando efetivamente daquele que tem o compromisso de tratar o esgoto neste estado.

Deputado Sílvio Dreveck, estive verificando a página da Casan. E sabe, deputada Ana Paula Lima, qual é a missão da Casan neste estado? É tratar esgoto! É missão da Casan do estado de Santa Catarina tratar esgoto e água. E ela não faz nem uma coisa e nem outra, deputado Valdir Cobalchini. A Casan não faz nem uma coisa e nem outra! Não trata a água, que é de péssima qualidade e é servida ao povo de Santa Catarina, principalmente nas regiões litorâneas, na região de Penha, de Piçarras e Barra Velha, Itapema, tivemos que fazer privatização, em Balneário Camboriú, onde a Casan trata e trata mal a água, assim como em todo o nosso estado. E a outra parte da missão da Casan que é tratar o esgoto, parece-me que foi esquecida, deputado Professor Grandó. Parece-me que a Casan abandonou uma das suas missões, ou 50% que é tratar o esgoto.

Srs. deputados, repito que não adianta as empresas fazerem investimentos maciços, não adianta nada os bancos mundiais financiarem investimentos para tratamentos do solo da região carbonífera, não adianta nada a Votorantin enfiar milhões de reais em tratamentos para não poluir a região quando se instala no estado de Santa Catarina, e o governo do estado efetivamente não tomar nenhuma medida para tratar o esgoto que produz a população catarinense.

E os prefeitos? Os prefeitos também têm responsabilidade, pois qual é a prefeitura de Santa Catarina que se orgulha em vir nesta Casa para informar que há grande quantidade de esgoto

para ser tratado. Qual a cidade catarinense que pode vir aqui bater no peito e dizer que está fazendo investimentos maciços no saneamento básico, no tratamento de esgoto da sua região?

Então, eu começo a me preocupar com o governo do PMDB de Luiz Henrique, que já está há quase seis anos à frente da administração deste estado. Nós vamos chegar nesses seis anos e me parece que se não houver uma cobrança do governo federal de investimento maciço em tratamento de esgoto, tanto na esfera estadual quanto na esfera municipal, o governador Luiz Henrique não vai sair daqui só como ganhador do prêmio motosserra, o governador que mais permitiu o desmatamento no país, mas como o governador que vai ganhar o prêmio de esgoto não tratado.

Então, srs. deputados, nós precisamos cobrar efetivamente ações e investimentos na área do saneamento básico, na área do tratamento de esgoto. Não é só das empresas, não é só do cidadão, não é do pobre miserável que compra uma casinha e tem que investir 10% para fazer a instalação de fossa séptica.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Deputado Ivan Naatz, v.exa. sabe as condições em que o governador Luiz Henrique recebeu a Casan? Com mais de 300 títulos protestados, uma empresa quebrada, falida e sem crédito, pior, devendo muito. Foram necessários alguns anos para que ela ficasse em dia. Agora esta Casa aprovou um empréstimo em que o governo é avalista, para se fazer um grande programa, em todo o estado, de tratamento de esgoto, como v.exa. faz referência, com muita razão. Santa Catarina, embora seja um estado, em nível de Brasil, com altíssimos índices de progresso em várias áreas, infelizmente, na questão do esgoto, está muito atrasada.

Mas eu quero aqui fazer justiça ao presidente da Casan Walmor De Luca e a sua equipe, que assumiram a Casan completamente falida, e que, em poucos anos, fizeram com que ela ficasse em condições de investir em água, por exemplo. Eu falo da minha região Caçador, onde vivíamos um drama, especialmente no verão, e esse problema foi resolvido. Mas em esgoto ainda falta muito a fazer e agora estamos na iminência de iniciarmos esse programa para servir a sua região e toda Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Muito obrigado, deputado Valdir Cobalchini.

Efetivamente nós não podemos mais cobrar daquele que passou. Nós entendemos que é um processo que ficou abandonado desde o descobrimento do Brasil. Em 1880, quando a corte portuguesa saiu de Portugal já se tratava o esgoto lá. E aqui, passaramos 150 anos, 200 anos e não foi feito nenhum investimento em saneamento básico. É certo, deputado, que não é uma culpa que surgiu hoje, é uma culpa de todo um governo, mas efetivamente temos que cobrar daquele que está no poder hoje.

O governador, quando foi viajar para o Japão, disse que tinha trazido não sei quantos milhões e milhões para investimento em esgoto tratado, mas lamentavelmente parece que ficou só em manchetes de jornal. Espero efetivamente que o dinheiro arrecadado no Japão venha se transformar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Srs. deputados, como houve um acordo entre lideranças para que suspendêssemos a sessão agora, às 16h50min, a fim de que todos pudessem apreciar a posse do novo desembargador do Tribunal de Justiça em Santa Catarina Jorge Luiz Borba, esta Presidência encerra a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PARA DISCUTIR SOBRE CONFLITOS DE COMPETÊNCIA ENTRE A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A GUARDA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, NAS OPERAÇÕES REFERENTES AO TRÂNSITO, PREVENÇÃO E A REPRESSÃO POLICIAL, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2008, ÀS 14H, NO PLENARINHO DA ALESC

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Autoridades presentes, senhores e senhoras, boa-tarde.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina tem a satisfação de recebê-los nesta audiência pública para tratar sobre os conflitos de competência entre a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e a Guarda Municipal de Florianópolis nas operações referentes ao trânsito, prevenção e repressão policial.

O cerimonial convida para compor a mesa o senhor deputado Marcos Vieira, vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa e proponente desta audiência pública; o senhor deputado Sargento Amauri Soares, vice-presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa de Santa Catarina; o senhor Ildo Rosa, secretário de Segurança Pública de Florianópolis, representando o senhor prefeito Dário Berger; o senhor coronel PM Marlon Jorge Teza, representando o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Eliésio Rodrigues; o senhor vereador Gean Marques Loureiro, representando o presidente da Câmara Municipal de Florianópolis; o senhor Ivan da Silva Couto Júnior, comandante da Guarda Municipal de Florianópolis; e a senhora Graziela Casas Blanco, coordenadora de Convênios de Trânsito e Renainf, representando o diretor do Detran.

Comunicamos aos presentes interessados em usar a palavra que podem fazer suas inscrições com os servidores de apoio desta audiência.

Passamos a palavra ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Marcos Vieira, para dirigir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Senhor deputado Sargento Amauri Soares, que neste ato representa a Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; senhor Ildo Rosa, secretário de Segurança Pública de Florianópolis, representando o senhor prefeito Dário Berger; coronel Marlon José Teza, representando o comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, coronel Eliésio Rodrigues; vereador Gean Marques Loureiro, representando a Câmara Municipal de Florianópolis; senhor Ivan da Silva Couto Júnior, comandante da Guarda Municipal de Florianópolis; senhora Graziela Casas Blanco, coordenadora de Convênios de Trânsito, representando o diretor do Detran; demais policiais militares, guardas municipais, senhor Maurício Vilela, representando a Secretaria Regional do Continente; senhor Maurício Coelho, representando a Guarda Municipal de São José; senhor Manoel João da Costa, presidente da Associação de Praças da Polícia Militar; senhor Vinicius Puhl, assessor parlamentar, representando a senhora vereadora Ângela Albino; senhor Soares, representando a Associação dos Guardas Municipais de Florianópolis; funcionários desta Casa; coronel Dejair, ex-secretário de Estado da Segurança Pública; imprensa; senhoras e senhores.

A dinâmica desta audiência será da seguinte forma: após a abertura, vamos assistir a um vídeo sobre matéria veiculada no jornal Bom-dia Santa Catarina, da RBS TV, uma entrevista com um representante da Polícia Militar, um capitão da Polícia Militar, e o comandante da Guarda Municipal, cada um externando a sua posição quanto às respectivas competências de cada órgão - foi exatamente a matéria veiculada no Bom Dia Santa Catarina que ensejou o requerimento solicitando esta audiência pública para debater os conflitos de competência existente nos dois órgãos; na sequência, farão uso da palavra, por até dez minutos, o deputado Sargento Amauri Soares, um representante da Polícia Militar e um representante da Guarda Municipal; os demais membros da mesa também terão a oportunidade de se manifestar, por até cinco minutos; e, finalmente, os senhores, que poderão fazer perguntas ou externar as suas posições para que o representante da Polícia Militar, da Guarda Municipal e do Detran possam responder.

(Procede-se à exibição de imagens.)

Dando prosseguimento à nossa audiência pública, passo a palavra, para as suas considerações, ao deputado Sargento Soares, que neste ato representa a Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO AMAURI SOARES (SC) - Boa-tarde a todos os senhores e senhoras aqui presentes.

Quero cumprimentar o deputado Marcos Vieira, proponente desta audiência pública (nós discutimos esse assunto na Comissão de Segurança e, por óbvio, resolvemos fazer uma única audiência, até porque estaríamos economizando o nosso tempo e, principalmente, o tempo dos senhores e das senhoras); o doutor Ildo Rosa; secretário de Segurança Pública de Florianópolis; o coronel Marlon Jorge Teza, representando o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Eliésio Rodrigues, e a Associação dos Oficiais; o vereador Gean Loureiro, representando a Câmara de Vereadores da Capital; o senhor Ivan da Silva Júnior, comandante da Guarda Municipal; a senhora Graziela Casas Blanco; as demais autoridades policiais militares; os companheiros praças da Polícia Militar; todos os guardas municipais de Florianópolis; a imprensa; e os servidores deste Poder Legislativo.

Gostaria inicialmente de falar da importância deste ato e da necessidade de fazermos mais discussões a respeito das questões de segurança pública neste Poder Legislativo. Temos realizado várias audiências públicas abordando os mais diversos temas, mas sempre temos dificuldade de mobilizar os interessados no debate no sentido avançar para melhorar o serviço de segurança no nosso Estado. Temos nos reunido não só a partir do Poder Legislativo estadual, da nossa Comissão de Segurança, mas também participado, a convite, de audiências públicas sobre segurança ou falta de segurança em várias cidades que são organizadas por câmaras de vereadores, outros órgãos e instituições.

Penso que este debate é importante, mas poderia ter sido evitado, poderíamos aproveitar para discutir outras coisas mais importantes. Explico: não estou dizendo que a discussão não é importante, até porque estaria contradizendo o que falei antes. É importante e necessário fazer o debate pelas circunstâncias a que chegou a segurança pública do nosso país, do nosso Estado e desta capital.

Há vinte anos, jamais alguém poderia imaginar que estaria numa audiência pública no dia de hoje debatendo conflitos de competência entre Polícia Militar e Guarda Municipal de Florianópolis, que também poderia ser de São José, de Blumenau, de Chapecó, de Criciúma. Por quê? Porque ao longo desses vinte anos o Estado vem abrindo mão de suas obrigações constitucionais; ao longo desses vinte anos o Poder Público federal e Poder Público estadual vêm abrindo mão de colocar à disposição da sociedade serviços públicos essenciais na área da saúde, da educação, da defesa civil, da segurança em geral.

Essa política tem como intenção que o Poder Público, cada vez mais, responda por essas questões. A política de precarização das relações de trabalho, a política de precarização das garantias constitucionais, de desvirtuamento das garantias constitucionais, a política de barateamento do serviço público, a política de esfacelamento do Estado é a lógica dos últimos vinte anos em Santa Catarina, no Brasil e no mundo, com poucas exceções - em alguns países a sociedade tem resistido a essa mesma lógica.

A criação acelerada de várias guardas municipais ao longo desses anos segue a lógica de desmontar o Estado, é a forma de terceirização das atribuições que seriam do Poder Público estadual. Essa lógica leva à economia de recursos, muito em voga, idéia muito simpática para o poder econômico da nossa sociedade: façam o que for possível e necessário para que gastemos cada vez menos com o serviço público e para que paguemos cada vez menos impostos. Essa é a lógica vigente neste Poder e em todos os Poderes da República. E casado com essa lógica estão os interesses de grupos locais, paroquiais - aqui no Estado a gente tem acompanhado, principalmente nos últimos dez anos, que isso tem andado a passos largos, virou programa eleitoral criar Guarda Municipal. É o poder local, um grupo político, às vezes um partido, às vezes um bloco do partido, às vezes um prefeito ou uma prefeita criando o seu grupo de segurança, que, infelizmente, atende muitas vezes aos seus interesses, à sua vontade política específica.

A maioria dos que estão aqui neste auditório são trabalhadores da Segurança Pública em Santa Catarina. O mais triste e lamentável é que talvez fiquemos num debate fratricida entre policiais e guardas municipais, mas nós temos a convicção, a certeza inalienável de que seria melhor para a população que ao invés de ter sido criada a Guarda Municipal em Florianópolis, em São José e em outras cidades por aí fora que tivessem aberto mais vagas, um concurso da Polícia Militar.

Eu gostaria que todos nós estivéssemos na mesma instituição, agindo de forma harmônica e conjunta, para alcançar os nossos direitos e lutar pelo direito da sociedade. Infelizmente, continuamos nos afastando - a lógica é que a gente vá se afastando, que a gente gaste cada vez mais tempo para discutir o que é competência de quem. Essa relação tem entre nós, policiais militares, e Polícia Civil, e aí vai a nossa posição, que entendo não ser tão ampla, aquela bancada lá e mais algumas pessoas estão contempladas nisso que vou dizer: há necessidade de termos uma polícia única, uma polícia de ciclo único, que some os investimentos, os equipamentos, os esforços, as inteligências para a realização do serviço público para a população.

Nós já tínhamos aqui em Florianópolis dois organismos reque-
rendo, legitimamente, constitucionalmente ou não, o direito de ser uma
instituição de segurança e agora temos três, o mesmo acontece em
outras cidades.

O deputado Marcos Vieira está avisando que o meu tempo está
se esgotando, por isso vou concluir com a seguinte idéia: talvez só o que
falei até agora, de forma bastante calma, já tenha servido para aumentar a
animosidade; talvez os trabalhadores da Guarda Municipal de Florianópolis
digam que não querem ser polícia, que não são polícia, que não gostam de
ser polícia, com essa farda cinzenta, marrom, cáqui, sei lá o quê. Ou seja,
criou-se essa lógica em cinco anos e aí o serviço público prestado à
população vai se deteriorando com essas dificuldades.

Nós deveríamos trabalhar na perspectiva de construir
instituições sólidas, fortes, unitárias, com direitos iguais, com carreira
igual; trabalhar na perspectiva de melhorar cada vez mais o serviço
prestado à população.

O conflito entre um policial militar, um guarda municipal e um
policial civil não é o fato, isso sempre aconteceu e sempre vai acontecer.
Não precisaria, mas o fato é o distanciamento de estruturas, é ter duas ou
três estruturas para fazer o mesmo serviço. Às vezes, a população não sabe
nem a quem recorrer. Se é bucha - desculpe-me a expressão, mas é mais ou
menos a forma lá da rua -, ninguém quer pegar, um quer passar para o
outro; se é filé *mignon*, dá briga para ver quem é o dono.

Então, essa é a realidade que nós, policiais, conhecemos, e
vocês também conhecem. Se o negócio é bronca, um diz que a atribuição é
do outro, a Guarda diz que é da Polícia, a Polícia diz que é da Guarda; até o
193, não se sabe de quem é a atribuição, se é do Samu ou do Corpo de
Bombeiros. Até resolver, a pessoa já estrebuchou quinze minutos no chão.

Essa é a realidade. Temos que agir para mudar isso; temos
que trabalhar, resumindo a minha idéia, para construir instituições
únicas, fortes, com os mesmos direitos e as mesmas obrigações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Eu agradeço,
deputado Sargento Soares, e comunico que V.Exa. tem a prerrogativa,
pela Constituição do Estado, de usar o tempo que achar necessário.

Concedo a palavra ao coronel Marlon Jorge Teza, presidente
da Associação dos Oficiais da Polícia Militar, para a sua manifestação,
por até dez minutos.

O SR. MARLON JORGE TEZA - Deputado Marcos Vieira,
deputado Sargento Soares, demais componentes da mesa, auditório,
pessoal da Aprasc, oficiais e guardas, vou procurar ser bastante rápido,
vou me ater a um discurso técnico e legal, mas antes quero fazer um
breve comentário sobre o que o deputado Soares falou, porque acho
muito importante. Em todos os lugares do mundo não tem uma polícia
só, a não ser nos países totalitaristas. Tem várias polícias. O problema
é que a competência está muito bem definida, e há uma cultura de
obedecer às competências de cada um; inclusive, há alguns países
com polícia municipal atinentes à polícia administrativa, ressalvado o
que existe nos Estados Unidos, que é totalmente diferente de qualquer
outro sistema no mundo.

Uma das coqueluches hoje das polícias ou do resultado da
segurança pública no mundo é a Colômbia. A primeira atitude da Colômbia
foi acabar com as polícias municipais. Militarizaram a Polícia Nacional, tanto
que se faz serviço militar na Polícia Nacional da Colômbia. Alguns dizem que
foi um grande milagre da América do Sul, do mundo até. Então, existe uma
série de países que tem sistema policial diverso.

O deputado Soares sabe que os latinos, não os anglo-saxões, têm
mais ou menos a mesma composição que temos aqui. Portugal, por exemplo,
nossa irmã, tem uma Polícia Judiciária, que é civil, tem uma Polícia de Segurança
Pública, que faz policiamento de cidades com mais de duzentos mil habitantes,
que é militarizada, e tem a Guarda Nacional Republicana, nos mesmos moldes da
Polícia Militar daqui, que faz todo o território nacional deles.

Eu até vejo que não é problema de conflito de competência, é
de entendimento da legislação.

Se nós olharmos as notas taquigráficas de como foi construído o
artigo 144 da Segurança Pública, teremos idéia do que queria o constituinte
originário, aquele que fez a Constituição de 1988. Queria exatamente o que
está aí. Tanto que o parágrafo 7º do artigo 144 está hoje no lugar errado;
sabidamente, o constituinte derivado até quer alterar isso. Não deveria estar
na Segurança Pública, mas, sim, na Competência do Município, tanto que na
Constituição Estadual a possibilidade de o município criar Guarda Municipal
não está no artigo que fala de segurança pública, está no artigo que fala dos
municípios, no artigo 102, Competência do Município: legislar sobre
assuntos locais; constituir guardas municipais destinadas à proteção de
seus bens, serviços e instalações.

Então, isso criou uma celeuma de que a Guarda Municipal faria
parte da Segurança Pública. Não faz parte da Segurança Pública perante a
Constituição, tanto é verdade que tenho visto no Congresso Nacional mais
de uma centena de PECs querendo dar poder de polícia para a Guarda
Municipal e até hoje nenhuma conseguiu. Existe só uma tramitando hoje
nesse sentido, e ainda daria alguns poderes de polícia para determinadas
cidades, metrópoles etc. Isso quer dizer que realmente a Constituição não
deu poder de polícia para a Guarda Municipal.

Qual é a competência da Guarda Municipal? Na segurança
pública, se é que tem competência na segurança pública, aí é de
questionar: proteção dos seus bens, serviços e instalações, conforme
dispusera a lei. Não há lei nacional regulando e o município não pode
criar uma lei em âmbito nacional para questões locais, porque seguran-
ça pública é uma questão nacional. Então, o município está impos-
sibilitado de regulamentar isso, a não ser que a União, através de lei,
autorize alguns aspectos.

No trânsito, é uma questão que ainda não está bem
diluída. O capitão Martinez (eu não sabia que ele tinha dado essa
entrevista) cita uma coisa que é verdadeira: o Código Brasileiro de
Trânsito não cita uma vez Guarda Municipal, como não cita uma
vez Polícia Civil, cita somente os órgãos do sistema, município e
Polícia Militar. Mas a municipalização de trânsito não é como
alguns pregam ou entendem. A municipalização de trânsito só
ocorre (está no Código Nacional de Trânsito) quando o município
for parte integrante do sistema nacional. Hoje, em Santa Catarina,
para os senhores terem uma idéia, somente 59 municípios fazem
parte do sistema nacional; no Brasil, hoje, fazem parte um mil
oitocentos e alguma coisa - tenho aqui os dados se precisarem.
Então, hoje, em torno de 15%, 20% dos municípios fazem parte do
sistema nacional. Se não faz parte do sistema, não tem
competência alguma no trânsito.

A Constituição Estadual diz em seu artigo 107 que a
guarda e fiscalização do trânsito urbano é competência da Polícia
Militar; a Resolução 66, que os senhores devem conhecer
bastante, diz o que é e o que não é do município. Não diz que é da
guarda. É do município. E notem que todas as infrações da
Resolução 66, que são competências do município, são aquelas
em que não tem que haver ação contra pessoas, porque a Guarda
Municipal só age sobre patrimônio, não age sobre pessoas. Já
existem reiteradas decisões judiciais (e acho que isso vai acabar
acontecendo) de que a Guarda Municipal pode agir
suplementarmente à Polícia Militar no policiamento ostensivo, que é
exclusivo - tenho aqui a lei. Agora, ela não pode agir como se polícia
fosse. O Martinez falou muito bem: ela não tem poder de força.

A questão de armar a Guarda Municipal é como a questão
que arma um vigilante: para a defesa pessoal dele, aliás, como
armamos os policiais militares: defesa pessoal. Então, não há como a
Guarda Municipal ser polícia.

No artigo 22 da Constituição Federal diz o seguinte:
"Compete privativamente à União legislar sobre: (...) normas gerais de
organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e
mobilização das polícias militares". Ou seja, só a legislação federal é
que pode. O Estado até pode legislar, desde que a legislação federal
autorize.

O Decreto-Lei 667, de 1969, que foi emendado em 1983,
reorganizou as Polícias Militares no Brasil. O objetivo da reorganização
é porque alguns Estados tinham, por exemplo, a Guarda Civil Paulista,
que não era do município, era de todo o Estado - havia a Força Pública
e a Guarda Civil. Esses Estados foram unificados como Polícia Militar
em 1969.

Esse decreto-lei diz o seguinte: que a Polícia Militar executa
com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças
Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade
competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção
da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.

O regulamento desse decreto diz mais: são tipos desse poli-
ciamento a cargo das Polícias Militares com exclusividade, ressalvadas
as peculiaridades das Forças Armadas: I - extensivo geral e urbano; II -
de trânsito rodoviário e ferroviário nas estradas e rodovias estaduais.

Então, só aquilo que o Código de Trânsito Brasileiro alterou é
que altera esse decreto, mas nós ainda atuamos no trânsito nas
questões do Estado. E ainda diz mais: a competência da Polícias
Militares... Aqui é que está o grande senão de dizer que a Polícia Militar
está se metendo em coisa que não é dela. Não, a lei diz isso. O artigo
45 desse mesmo dispositivo legal diz que a competência das polícias
militares estabelecidas no parágrafo 3º do Decreto 667, que citei
agora, diz o seguinte: as competências são intransferíveis. Tem
convênio aí que transferiu coisa que não pode. Está errado. A Polícia
Militar vai renovar esses convênios. Diz que é intransferível, não
podendo ser delegado o objeto de acordo ou convênio. Isso é a lei
federal que fala.

No parágrafo 1º diz que no interesse da segurança interna e
na prestação da ordem pública, as polícias militares zelarão no sentido
de que as guardas ou vigilantes municipais guardem os edifícios de
segurança particulares e outras organizações similares, exceto as
previstas na Lei 7.112, que é vigilância privada de banco, essa coisa
toda, e em sua regulamentação execute o seu serviço atendendo as
previsões desse artigo.

Então, temos o dever legal de zelar, sob pena de prevaricar,
para que ninguém faça o nosso serviço. Isso é uma obrigação.
Inclusive, estamos prevaricando.

A nossa posição é a seguinte: primeiro, não há conflito de sobreposição legal de competência entre a Polícia Militar e a Guarda Municipal, pois a legislação impõe uma limitação clara do que cada um pode fazer; segundo, é um mito afirmar que a Guarda Municipal no trânsito substitui a PM, isso é uma coisa que estão falando por aí, mas não é verdade, pois a PM continua no mesmo lugar, deveria, pelo menos, preservando a ordem pública, a sua missão constitucional, que inclui trânsito (preservar a ordem pública também inclui o trânsito), além daquelas ações de segurança previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que são exclusivas da Polícia Militar, principalmente desvio de trânsito. Patrulhamento: ação da Polícia Rodoviária; Fiscalização de trânsito... A Guarda Municipal não é polícia de segurança, é mais uma espécie de vigilante municipal. Um desembargador de São Paulo diz isso em várias sentenças, já que não tem lei que regulamente isso.

A municipalização e fiscalização do trânsito não é a melhor medida política, como demonstra o exemplo colombiano e francês. Inclusive, tenho um questionamento: por que no Brasil municipalizaram o trânsito dessa forma?

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Coronel Marlon, o senhor tem mais um minuto para os seus comentários.

O SR. MARLON JORGE TEZA - Vou concluir.

As Guardas Municipais podem dar uma importante contribuição à segurança pública se zelarem pelas escolas públicas municipais (São Paulo está fazendo isso, e faltam efetivos para cuidar das escolas), pelas Câmaras Municipais e pelos municípios, em vez de adotarem táticas repressivas. Esse que é o filão da Guarda Municipal, no nosso entendimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Com a palavra o senhor Ivan da Silva Couto Junior, comandante da Guarda Municipal de Florianópolis.

O SR. IVAN DA SILVA COUTO JUNIOR - Boa-tarde, deputado Soares, coronel Marlon, doutor Ildo Rosa, vereador Jean Loureiro. Também cumprimento a Graziela, os guardas municipais, os policiais militares e as demais pessoas que vieram prestigiar esta audiência pública.

Vou fazer minhas considerações primeiramente em cima daquilo que foi dito pelo sargento Soares e, posteriormente, em cima do que disse o coronel Marlon Teza.

Com relação à atividade da Guarda Municipal, gostaria de dizer que ela tem sua função específica. Diferentemente daquilo que foi dito sobre não haver necessidade de sua criação no município, eu acredito que a Guarda Municipal tem uma função diferenciada daquela da Polícia Militar. A PM foi criada para a preservação da ordem pública, para atuar de forma preventiva, só que hoje, em virtude da própria segurança pública, vem agindo de forma repressiva. Essa é uma constatação, não é nenhuma questão ideológica: hoje a Polícia Militar atua na parte repressiva quase que exclusivamente. Já a Guarda Municipal vem para cobrir essa lacuna, gerada em virtude da falta de atuação de um segmento de segurança pública na preservação da própria ordem pública, que é o estado legal e tranquilo das coisas.

Então, a Guarda Municipal tem esta ação dentro da área comunitária: agir de forma preventiva, exclusivamente. Em nenhum de seus projetos a Guarda Municipal executa suas funções ou planeja suas ações para trabalhar de forma repressiva. Esse não é, de forma nenhuma, o interesse da Guarda Municipal, essa não é sua proposta. Sabemos isso por entendermos a nossa missão e por entendermos aquilo que diz a própria Secretaria Nacional de Segurança Pública, que define os guardas municipais como agentes de segurança pública, porque somos isso. Na própria Constituição estamos transcritos no seu artigo 144, destinado à segurança pública. Então, se o constituinte, à época, definiu ou quis colocar as guardas municipais no artigo destinado à segurança pública, somos, sim, numa parcela da competência, responsáveis por estabelecer essas questões.

Quanto à questão da abertura de vagas para a Polícia Militar, é óbvio que a gente sempre quer maior segurança. Isso é inequívoco. Então, acho que as duas corporações têm suas missões, e estas devem ter uma definição um pouco melhor, isso é claro e evidente. Em relação a isso, eu não entendo como entende o deputado no sentido de que não haveria necessidade da criação de uma Guarda Municipal.

A Guarda Municipal de Florianópolis, originariamente, foi criada (e temos isso nos arquivos dela) para substituir cem policiais que atuavam no segmento de trânsito e que foram retirados dessa função, fazendo com que aqueles cem policiais fossem atuar naquilo que é a atividade repressiva da segurança pública. Então, originariamente, a Guarda Municipal de Florianópolis foi criada com esse intuito. Temos relatos do Diário Catarinense e de diversas outras fontes divulgando palavras dos próprios policiais militares nesse sentido.

Portanto, a Guarda Municipal, na sua origem, em Florianópolis, foi criada para ter uma competência um pouco maior, mas naquele momento ela executava quase que prioritariamente a questão de trânsito. Hoje a fiscalização de trânsito e o ordenamento desse segmento são as atividades prioritárias da Guarda Municipal. Temos projetos, elaboramos trabalhos dentro dessa área, além de trabalhos dentro daquilo que a própria Constituição nos estabelece.

Falando da Constituição, o parágrafo 8º do artigo 144, que trata da segurança pública, define que o município pode criar Guardas Municipais para a proteção dos seus bens, serviços e instalações públicas. O que são serviços? Tudo aquilo que o município ou o Estado colocam à disposição da comunidade, como o serviço de vigilância sanitária, como o serviço de transporte coletivo, como o serviço de fiscalização de trânsito.

Então, obviamente que, dentro dessas questões, a definição daquilo que a Guarda Municipal pode e deve fazer carece de uma definição mais ampla. Mas, tendo em vista que o próprio Código de Trânsito brasileiro atribui as competências de fiscalização de trânsito municipalizando essas questões, trazendo ao município a competência de fazer a fiscalização de trânsito (inclusive a minha monografia é nesse sentido, é com relação ao poder de polícia dos guardas municipais como agentes da autoridade de trânsito), não vejo uma ilegalidade por parte do município ou da Guarda Municipal em executar essa fiscalização.

Aí, sim, gostaria de fazer um comentário com relação ao poder de polícia, porque muitos confundem poder "de polícia" com poder "da polícia". É importante que se faça esse comentário, porque o poder de polícia não é um poder da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Guarda Municipal, é toda aquela competência que um órgão público tem, dentro da sua esfera administrativa, dentro dos seus limites de competência, de executar determinada atividade. Por exemplo, hoje os fiscais da Vigilância Sanitária têm o seu poder de polícia ao executar as atividades condizentes com aquilo que é da competência deles. A Guarda Municipal tem o seu poder de polícia ao executar as suas atividades naquilo que lhe confere a legislação vigente. O mesmo acontece com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com a Polícia Federal.

Então, poder de polícia, só desmitificando essa questão, não é poder da polícia, como hoje nós temos as polícias com essa nomenclatura de Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, entre outras que temos no nosso ordenamento.

Fazendo essas ponderações, reitero que a Guarda Municipal contribui dentro do segmento de segurança pública, e nas questões de trânsito, ela atua e tem legitimidade para fazê-lo.

Também foram elencadas questões com relação ao convênio de trânsito, que define inclusive questões de competência do Estado para a Guarda Municipal. Hoje o próprio Código de Trânsito, no seu artigo 24, se não me engano, define que para se fazer da melhor forma possível o ordenamento do trânsito dentro das rodovias e vias municipais, podem-se estabelecer convênios, que delegariam competências para que realmente a gente possa executar uma atividade de excelência dentro desse segmento.

Inclusive, a Polícia Militar, como foi dito, está mencionada no Código de Trânsito Brasileiro, só que dizendo que a Polícia Militar pode agir exclusivamente se tiver convênio com relação a essa atividade. Portanto, a Polícia Militar fiscaliza o trânsito se houver convênio para realizar essa atividade. Mas aí não é nem a questão do problema em si, acredito que a definição deve ser feita no sentido de que as duas instituições trabalhem em conjunto dentro desse segmento.

Com relação a táticas repressivas, reforço que a Guarda Municipal não atua e não planeja as suas ações com esse tipo de tática. Hoje a Guarda Municipal tem a sua missão comunitária, e toda a sua formação (essa última que foi feita na Polícia Civil) foi dentro da matriz curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), que é uma matriz curricular exclusiva para guardas municipais. Para que todos saibam, existe a matriz curricular nacional, que define questões de estudo para uma carreira policial, e existe uma matriz curricular para guardas municipais, esta definida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Todos os guardas municipais da última turma foram formados dentro dessa matriz que direciona a Guarda Municipal para uma atividade comunitária, que direciona a Guarda Municipal para atividade preventiva, que direciona a Guarda Municipal para um contato mais próximo com a própria população. Então, essa é a missão da Guarda Municipal: resguardar, atuar em conjunto com a população e com os outros órgãos também.

Com relação a esta discussão em específico, recebi o convite para participar dela até com certa surpresa, porque as divergências entre a Polícia Militar e a Guarda Municipal, eu as via como problemas pontuais, e não como problemas institucionais. Essa questão hoje, pelo que parece, é problema institucional, e eu, particularmente, até porque trabalhamos em conjunto com a Polícia Militar - há diversas ações em que Guarda Municipal e Polícia Militar executam nos eventos que temos no nosso município -, vi alguns problemas, obviamente. Por quê? Porque trabalhamos dentro de um segmento em que temos semelhança de competência.

Mas não vejo essa questão como preponderante ou dificultadora do nosso serviço dentro da Guarda Municipal. A Guarda Municipal tem o seu papel dentro do município de Florianópolis; temos a Guarda Municipal de São José, que executa um excelente serviço naquele município. E vários outros municípios possuem Guarda Municipal ou pretendem criá-la para proteção de seus bens, serviços, instalações públicas. E é um trabalho de excelência e comunitário, feito junto com os moradores do município no qual a Guarda Municipal atua.

Então, é isso. Termina a minha fala concluindo que a Guarda Municipal tem executado um excelente trabalho no município de Florianópolis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Obrigado pela manifestação.

Com a palavra o secretário da Segurança Pública de Florianópolis, senhor Ildo Rosa, por até cinco minutos.

O SR. ILDO ROSA - Inicialmente, uma boa-tarde a todas e a todos.

Saúdo de forma especial o deputado Marcos Vieira, em nome de quem saúdo os demais componentes da mesa. Ao mesmo tempo, cumprimento os colegas e amigos da Guarda Municipal, da Polícia Militar, da imprensa, enfim.

Presumo que enveredar pela questão da competência neste fórum, além de ser despropositado, já que o tempo não nos permitiria tratar de uma questão como essa com a devida importância, seria simplesmente desconhecemos uma discussão que antecede a própria Carta Magna. Porque se temos um dispositivo, que é o parágrafo 7º do artigo 144, não é em vão, e eu participei, no mínimo em três momentos, de reuniões no Ministério da Justiça para resolvermos questões que são a verdadeira chaga da Segurança Pública brasileira. A questão de competência não diz respeito só à Guarda e à Polícia Militar, é muito mais séria, talvez, no âmbito da Polícia Civil e Polícia Militar. Enfim, eu vejo que nós temos que ter coragem para reconhecer que essa é uma questão séria, mas que vem sendo, de uma forma ou de outra, encaminhada a partir do governo federal sem muita consideração, e estamos colhendo o resultado disso nas nossas cidades.

Com relação a Florianópolis, onde nos cabe centrar mais a nossa discussão, a criação da Guarda Municipal foi na mão da Polícia Militar, na época. Inclusive, o atual comandante da Polícia Militar, que na época tinha um papel muito importante dentro da Capital, foi peça decisiva na contribuição para que se criasse a Guarda Municipal. Porém, ela se criou com uma legislação muito ruim, uma legislação que enveredava por questões sérias, como o emprego de arma de fogo, mas que não definia claramente como deveria ser feito esse trabalho pela Guarda Municipal da Capital.

Então, é evidente que, no tempo em que a Guarda Municipal foi tutelada pela Polícia Militar, que inclusive era a responsável pelo seu comando, em nenhum momento houve questionamentos a respeito de competências, nem se conhece nenhum incidente envolvendo as duas corporações. A partir do momento que a Guarda Municipal começa a trabalhar através de uma nova perspectiva e começa a se qualificar buscando justamente prestar o melhor serviço para a população, começam a surgir questionamentos que eu diria que são compatíveis com quem trabalha dentro de um mesmo segmento. Eu não vejo que esses conflitos sejam de uma proporção descabida ou despropositada. Pelo contrário, vejo que a convivência entre o policial militar e o guarda municipal no mesmo espaço, além de ser tranqüila, apresenta um grau de dificuldade mínimo. E o próprio comandante está testemunhando isso.

Acho que nós devemos é, sim, avançar na composição do Conselho Municipal de Segurança Pública da Capital. Se temos dificuldade em relação a competências, se essas dificuldades transcendem até a própria relação da Guarda e da Polícia Militar, ora, temos que ter um Conselho que se reúna periodicamente e que tenha representatividade, com cada agente definindo suas intervenções e participação. Que esse Conselho Municipal crie um plano municipal de segurança pública, até para a gestão dos recursos, que, felizmente, hoje são bastante volumosos nos municípios. Porque vejo, às vezes, um conflito da Polícia Civil, que chega ao Ipfuf querendo também adquirir viaturas porque a Polícia Militar as recebe, sendo que a Polícia Civil nem participa do convênio.

Então, que tenhamos um Conselho com representatividade, com o município intervindo em questões cruciais, com os próprios secretários indo a Brasília e se comprometendo em executar os planos municipais, porque há um envolvimento muito mais consistente da população

O coronel Teza colocou a questão de Medellín e de Bogotá. Eu estive em Bogotá no ano passado, e toda a segurança pública da capital é feita pela *alcaldia*, pelo município. O município só faz isso, porque ele entra com a segurança nos planos urbano, social e de conhecimento, bem como na mobilidade urbana. Essas são todas as competências que o município tem que fazer a partir... Quais as ações preventivas que dispensariam a questão social, a questão, urbana, a questão de mobilidade? E quem é o responsável por isso? Não é o município? Então, é inegável que temos que trabalhar juntos, dentro de uma mesma vertente, dentro de uma mesma perspectiva, buscando trabalhar pelo melhor.

Falemos com a população para ver o que ela acha dessa discussão inócua que estamos tendo. Agora, é evidente que elogio a iniciativa da Assembléia Legislativa no sentido de promover o debate, é isso que se busca, porém, é insano e injustificável que nós tenhamos que nos digladiar. A área da segurança pública é o pior lugar para se trabalhar. Quem trabalha nessa área sabe que é discriminado, que é difícil, ainda mais no trânsito. Não é de graça que num dado momento a própria Polícia Militar se afastou do trânsito!

Você faz milhares de coisas positivas, mas se fizer uma com boca braba, isso gera discussão na cidade inteira. E todos que vêm discutir, começam dizendo que praticaram uma infração de trânsito mas que não a consideram importante. Para eles não é importante, mas quem está na rua aí na cidade vê que isso é importante.

Então, acho que temos que buscar o fortalecimento da segurança a partir da valorização de seus trabalhadores, sejam guardas municipais, sejam policiais militares, sejam policiais civis. E a valorização começa com um plano de carreira decente, com o resgate da sua dignidade funcional e, principalmente, com o respeito a quem trabalha no mesmo segmento. Se nós não aprendermos a nos respeitar e a entender que a situação... Temos que estar sempre unidos buscando o melhor para a nossa cidade.

A minha intervenção, portanto, é mais nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Agradeço a participação do secretário Ildo Rosa e concedo a palavra o vereador Jean Loureiro, por até cinco minutos.

O SR. VEREADOR JEAN LOUREIRO (Florianópolis) - Cumprimento do deputado Marcos Vieira, vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça e proponente desta audiência pública; o deputado Sargento Soares; o coronel Marlon, que representa aqui o comando da Polícia Militar e a instituição; o comandante da Guarda Municipal de Florianópolis, Ivan da Silva Couto Junior; o delegado da Polícia Federal Ildo Rosa.

Temos, portanto, três instituições de segurança aqui representadas... Ah, e a Polícia Civil também. A doutora Graziela me corrigiu, e deixei para cumprimentá-la por último quando deveria fazê-lo primeiro, por ser mulher. Mas faço o destaque da sua presença aqui e do seu conhecimento, e ela, muito mais do que eu, com certeza, vai elucidar juridicamente os entendimentos.

Acredito que o meu papel nesta audiência é muito mais de testemunho do que aconteceu. Muitos dos guardas municipais da primeira turma aqui estão, os quais cumprimento, bem como os policiais militares, os representantes de instituições e os demais presentes.

Sou vereador por Florianópolis há dezesseis anos, e convivi durante muito tempo com o tema segurança pública em nossa cidade. Atualmente presido a Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Florianópolis, e lá temos uma relação muito próxima com a Guarda Municipal, com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros e com as demais instituições ligadas à área da segurança pública.

O que me traz surpresa é a realização de um debate. Não que isso não seja importante, pelo menos vamos ter aqui os encaminhamentos, para termos soluções conjuntas, porque acredito que temos um objetivo comum, que é melhorar a qualidade de vida dos cidadãos de Florianópolis e dos que moram nos demais municípios do Estado de Santa Catarina. Mas trago um testemunho: quando da aprovação da lei sobre a criação da Guarda Municipal em Florianópolis, eu era vereador e participei da análise na Comissão e da votação em plenário daquela matéria. Na oportunidade, respondia pela Secretaria da Segurança Pública o então secretário e deputado estadual João Henrique Blasi, hoje desembargador; e respondia pelo Executivo municipal a ex-prefeita Angela Amin. Obviamente, começou-se a discutir sobre a necessidade de Florianópolis ter uma Guarda Municipal, e essa discussão veio em cima do quê, naquela oportunidade? Do problema do efetivo. E neste momento concordo com o Sargento Soares, porque a justificativa da não-contratação ou do não-concurso público de mais policiais militares era porque estava sendo criada a Guarda Municipal, [a idéia era] "ficamos com esse efetivo e vamos administrando esse efetivo que temos."

Recordo muito bem que, quando da discussão do projeto de lei na Câmara Municipal, o secretário da Segurança Pública, João Henrique Blasi esteve na Casa pedindo a criação e a aprovação, em caráter de urgência, da Guarda Municipal de Florianópolis, que seria responsável pela fiscalização do trânsito em nossa cidade - estou apenas repetindo as palavras dele.

Na oportunidade, eu o questionei, pois a nossa preocupação era em relação ao número de policiais militares que trabalhavam no trânsito em Florianópolis, e a resposta foi que tínhamos em torno de cem policiais militares atuando no trânsito aqui - essa sessão está registrada nos anais da Câmara Municipal. Eu perguntei: secretário, o senhor assume o compromisso com essa Casa Legislativa que, em sendo aprovado o projeto da Guarda Municipal, esses policiais militares não vão ser deslocados ou para outros municípios ou para outras atividades que não a de segurança pública no município de Florianópolis? E ele assumiu publicamente, naquela oportunidade, que todos os policiais militares que estivessem na fiscalização do trânsito iriam continuar em Florianópolis nessa atividade.

Diante desse depoimento do secretário à época, a Câmara Municipal, entendendo o apelo do representante da Secretaria da Segurança Pública (não me recordo quem representava a Polícia Militar naquela oportunidade, mas ela tinha representante naquela sessão da Câmara Municipal), acenou com a possibilidade de aprovar, não em caráter de urgência, mas numa tramitação mais rápida, a lei que tratava da criação da Guarda Municipal.

Como o doutor Ildo colocou, era ainda uma lei que precisava ser aperfeiçoada com o tempo, e até mesmo com a efetivação da implementação da Guarda Municipal. Com essa implementação, dificuldades começaram a ser sentidas, e a situação só melhorou agora com a aprovação e a sanção da Lei Orgânica da Guarda Municipal de Florianópolis, criando, sim, a Corregedoria da Guarda Municipal.

Temos que entender que os casos de repercussão que aconteceram com a Guarda Municipal foram casos pontuais. Estamos lidando não com a instituição, mas com seres humanos que fazem parte dessa instituição. Nós, políticos, temos que entender isso, porque a postura equivocada de alguns políticos... E não se pode generalizar a atuação de todos, porque se não tivermos a representação política, a democracia acaba. Isso serve para todas as instituições. E se eles cometeram equívocos, têm que ser punidos com o rigor da lei.

Acho que a Corregedoria agora, não sendo [esse cidadão] considerado um guarda municipal ali, e sim um servidor público efetivo, vai ter tranquilidade para adotar a sua posição. Agora, o ponto que existe, efetivamente... Porque não se vê no dia-a-dia, quando se está ao lado de um policial militar e de um guarda municipal, ou até mesmo de um policial civil, nenhum atrito, isso acontece com naturalidade, e todos se colocam ali numa posição de buscar a solução ou, pelo menos, a garantia da segurança pública. Até me arrisco aqui a falar que todos trabalham defendendo e pedindo a criação e a aprovação, em caráter de urgência, da Guarda Municipal de Florianópolis, que seria responsável pela fiscalização do trânsito em nossa cidade - estou apenas repetindo as palavras dele. E na oportunidade eu questionei: quantos policiais militares aproximadamente trabalham no trânsito em Florianópolis? Nós temos em torno de cem policiais militares que atuam no trânsito. Está lá, nos anais da Câmara Municipal, da sessão que lá aconteceu. Eu perguntei a ele: "senhor secretário, o senhor assume o compromisso com esta Casa Legislativa que, em sendo aprovado o projeto da Guarda Municipal, esses policiais militares não vão ser deslocados para outros municípios ou para outras atividades que não a de segurança pública no município de Florianópolis?" E ele assumiu, naquela oportunidade, publicamente, que todos os policiais militares que estivessem na fiscalização do trânsito iriam continuar em Florianópolis com essas atividades.

Diante desse depoimento do secretário à época e entendendo o apelo do representante da Secretaria de Segurança Pública - não me recordo quem representava a Polícia Militar naquela oportunidade, mas tinha representante naquela sessão da Câmara -, a Câmara Municipal entendeu fazer tramitar não em caráter de urgência, mas em uma tramitação mais rápida, a possibilidade da aprovação da criação da lei da Guarda Municipal. E como o doutor Ildo colocou, obviamente que era uma lei que precisava ser aperfeiçoada com o tempo e até mesmo com a efetivação da implementação da Guarda Municipal.

Então, com essa implementação é que se começou a sentir as dificuldades, que só vieram a ser melhoradas agora, com a aprovação e a sanção da Lei Orgânica da Guarda Municipal de Florianópolis, criando, sim, a Corregedoria da Guarda Municipal, pois os casos pontuais que aconteceram com a Guarda Municipal e que tiveram repercussão nós temos que entender que foram casos pontuais; nós estamos lidando não com a instituição, mas com seres humanos que fazem parte da instituição. E nós, políticos, temos que entender isso, porque em função da postura equivocada de alguns políticos não se pode generalizar a atuação de todos, já que se não tivermos representação política a democracia acaba, e isso serve para todas as instituições. Se eles cometeram equívocos, têm que ser punidos com o rigor da lei.

Acho que o papel agora da Corregedoria, não sendo um guarda municipal ali, mas, sim, um servidor público, efetivo, com tranquilidade para adotar sua posição vai poder, efetivamente, ter esse posicionamento. Agora, o ponto que existe efetivamente... Porque não se vê no dia-a-dia, quando estão lado a lado um policial militar e um guarda municipal e até mesmo um policial civil, não se vê nenhum atrito. Isso acontece com naturalidade e todos se colocam ali numa posição de buscar a solução ou, pelo menos, a garantia da segurança pública. E até me arrisco a falar que todos trabalham inicialmente pela prevenção, que é o ideal. Efetivamente, em alguns casos, cabe, sim, à Polícia Militar o trabalho de repressão e, posteriormente, na tramitação do inquérito, à Polícia Civil as investigações necessárias.

Concluindo, só queria apoiar aqui a iniciativa de podermos dar celeridade à questão do Conselho Municipal de Segurança Pública, que é uma das propostas da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão e, acredito, de todos aqui, ou seja, termos um plano municipal de segurança pública, através do qual vamos poder conciliar todas as atividades. Se ainda temos divergências, vamos dirimir, mas vamos unir forças nesse propósito. Eu tenho certeza que toda a estrutura da Polícia Militar não é contra a Guarda Municipal e vice-versa. O que se discute aqui é o trabalho com mais efetividade, na certeza de que o que vem sendo feito e com a devida interpretação é buscando o bem comum.

É nesse sentido que eu quero me posicionar, senhor presidente, ou seja, com o intuito de que esta audiência realmente possa dar esses encaminhamentos e que possamos daqui sair unidos em prol do bem comum, da segurança do cidadão e da qualidade de vida em Florianópolis.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Eu agradeço a participação do vereador Gean e lembro que as inscrições estão abertas para todas aquelas pessoas que quiserem se manifestar após os comentários dos membros da mesa.

Concedo a palavra à senhora Graziela Maria Casas Blanco, coordenadora de Convênios de Trânsito e Renainf, neste ato representando o diretor do Detran, por até cinco minutos.

A SRA. GRAZIELA MARIA CASAS BLANCO - Boa-tarde, deputado Marcos Vieira, em nome de V.Exa. eu saúdo todos os membros da mesa; o meu boa-tarde aos policiais militares aqui presentes, aos funcionários do Detran, em especial aos meus alunos e ex-alunos da Guarda Municipal de Florianópolis, e também aos meus amigos da Guarda Municipal de São José. É um tanto quanto difícil abordar esse tema tão polêmico e bastante complicado para a época atual num espaço de cinco minutos. Mas gostaria de traçar alguns comentários em cima do que aqui foi dito pelos membros da mesa, iniciando pelo tema desta audiência, que é conflitos de competência.

Eu, na qualidade de policial civil, já vivi mais intensamente esse conflito entre policiais militares e policiais civis. E agora vejo esse conflito sendo estendido para mais um ente da Segurança Pública, o que me parece um tanto paradoxal e um paradigma a ser quebrado. O que o cidadão quer é segurança, independentemente de qual ente, qual instituição que vai lhe ofertar essa segurança. O Estado democrático de Direito prevê aos seus cidadãos segurança: segurança pública, segurança viária.

Neste momento, minha participação nesta audiência é com relação ao conflito de competência relacionado ao trânsito, até porque aqui represento o Departamento de Trânsito do Estado de Santa Catarina, que também não está citado no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) com essa nomenclatura. O major Marlon, amigo de Balneário Camboriú - quando trabalhava na PM de lá e eu na Polícia Civil fizemos alguns flagrantes juntos, não sei se o senhor recorda -, menciona que no CTB não existe a inscrição guarda municipal. E eu lembro a ele que também não está escrito Detran. Existe agente de trânsito e existe órgão executivo estadual de trânsito, leia-se Detran. Na Constituição do nosso Estado aparecem por bem, como disseram alguns membros da mesa, os serviços ostensivos de trânsito designados à Polícia Militar, assim como designa à Polícia Civil os serviços administrativos de trânsito, leia-se aí os serviços realizados pelo Detran.

Os membros desta mesa também questionaram a municipalização do trânsito. Ora, vivemos desde 1988 - estamos fazendo vinte anos de um Estado democrático de Direito - o pacto federativo, a municipalização. E parece-me que a municipalização da saúde, que a municipalização da educação, que a municipalização da água e de tantas outras que surgiram após esse pacto federativo, esse federalismo adotado pelo Brasil, não trouxeram tantas polêmicas quanto a municipalização do trânsito. Volto a dizer: esse debate é salutar, é fundamental, mas muito mais fundamental é que as Polícias Civil, Militar, Federal, Militar Rodoviária, Rodoviária Federal e a Guarda Municipal estejam reunidas nesta Casa e em tantas outras para tratar das questões de acidente de trânsito, de insegurança viária, de infração de trânsito. Levamos a triste estatística de assumir ora segundo lugar, ora terceiro lugar entre os Estados do País em acidente de trânsito, e agora somos o segundo no País em infrações de trânsito. Senhor deputado, é interessante que esta Casa também proponha um debate nesse sentido, pois somos o segundo Estado do País em número de infrações, somos o que mais excede os limites de velocidade e que mais ultrapassa em locais não permitidos. Cabe a esta Casa discutir também esses tristes números.

Gostaria de deixar bem claro, já que muitos citaram os convênios de trânsito... E aí pegam no meu calo, vamos falar assim, pegam no meu pé, até porque respondendo por essa área. Mas sempre me reporto ao Código de Trânsito, falo para os meus alunos que ele é a nossa bíblia, que é ele que devemos cumprir, até por formação jurídica interpreto a lei não taxativamente, e acredito que devemos ter outros bacharéis em Direito na mesa, mas sistematicamente. Quando o parágrafo 8º do artigo 144 da Constituição cria as guardas municipais para a defesa de bens, de patrimônios e tudo isso que aqui foi dito, ele não pode ser interpretado sozinho, ele tem que ser interpretado taxativamente. É assim que nós aprendemos nas nossas aulas de Direito, de teoria pura, de ciências jurídicas. Temos que buscar o artigo 18, o artigo 1º da Constituição, o artigo 30, o artigo 22, o artigo 24 e o artigo 25 do CTB, que fala que os órgãos e as entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, para maior segurança, deverão, ou melhor, poderão celebrar convênios. E é só isso que o Detran faz, celebra convênios, visando à segurança, que é a missão fundamental e precípua do Detran, segurança viária.

Volto a dizer que é para isso que o Detran, legalmente, celebra convênio, delegando a sua competência de penalizar os infratores de trânsito às Guardas Municipais de São José, de Florianópolis, de Criciúma, de Tubarão e de outras tantas - são onze entre guardas municipais e agentes municipais de trânsito. Nós delegamos a eles para que o cidadão que está na rua não fique à mercê da insegurança que nós vivemos. Para nós, cidadãos, não interessa se vamos ser autuados por um guarda municipal ou por um policial militar. O que nos interessa é que o infrator seja autuado e responda administrativa, criminal e civilmente pelo seu comportamento inadequado. É essa a visão do Detran, delegar competência, até porque o Código, em momento algum, diz que é indelegável qualquer tipo de infração que ele atribui. Uma vez que ele estabelece os convênios, sistematicamente fazendo a interpretação da lei, ele está dizendo que é possível, sim, delegar competência.

Finalizo por aqui, mas estou aberta aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Muito obrigado.

Neste momento vamos abrir a palavra à plenária. Já temos aqui pelo menos nove inscrições e faço uma solicitação no sentido de que os comentários ou perguntas sejam breves para que um maior número de pessoas possa participar.

Primeiramente, gostaria de chamar para seus comentários o senhor Manoel João da Costa, presidente da Associação dos Praças da Polícia Militar de Santa Catarina, a quem concedemos a palavra por até dois minutos.

O SR. MANOEL JOÃO DA COSTA - Gostaria de cumprimentar o presidente, deputado Marcos Vieira, e em seu nome os demais componentes da mesa; os senhores oficiais; os companheiros da Guarda Municipal e as demais pessoas que estão participando desta atividade.

Senhoras e senhores, precisamos dizer que somos contra qualquer tipo de fragmentação na segurança pública, porque isso não leva a lugar nenhum! Vou citar apenas alguns exemplos: temos Polícia Militar, Polícia Civil, agentes prisionais, entre outros, não é verdade, coronel Dejair? Cada dia que passa estamos fragmentando ainda mais a segurança pública e é preciso lembrar que quem paga todos nós é a sociedade catarinense, ou seja, daqui a pouco teremos polícia para cuidar de polícia, teremos uma polícia que vai deter, outra que vai conduzir, outra que vai fazer o flagrante e assim por diante. Então, defendemos não fragmentar ainda mais a segurança pública.

Doutor Ildo Rosa, o senhor foi muito feliz ao lembrar que o coronel Eliésio participou ativamente da construção da Guarda Municipal, ou seja, eles fizeram isso, ajudaram, foram para a nossa academia... Existem interesses políticos, sim, deputado Sargento Soares, é verdade! E fico muito feliz ao ver aqui representação de oficiais da nossa polícia vindo aqui defender essa... Eu não vou me ater à questão jurídica e, sim, à questão técnica.

Então eu pediria aos companheiros, aos senhores oficiais... porque hoje temos uma defasagem de exatamente 5 mil policiais militares e aproximadamente 2 mil bombeiros militares. E quando foi para negociar para os guardas assumirem o trânsito, para levar 100... Para onde foram os 100? Saíram! Não tem! De janeiro para cá foram mais de 150 policiais militares para a reserva, e quem supriu, coronel? Ninguém! Quantos têm? Em 1981 o nosso efetivo era maior que o de hoje, e vejam quanto subiu a população! Nós temos que ver tudo isso. E eu concordo com o senhor, esse é um debate, de repente, para um dia, não para dois minutos. Agora, nós temos que debater, e com certeza quem vai ganhar com isso é a sociedade catarinense. Não podemos ficar nesse debate e criar vários segmentos dentro da nossa instituição.

Estamos com uma defasagem de policiais e de bombeiros militares; estamos, sim, com uma defasagem salarial; o governo insiste em fragmentar as nossas instituições - e é verdade, muitas delas com o intuito único e exclusivo de fazer voto. E aí não dá para usar a segurança pública para arrumar voto! Segurança pública é uma coisa muito mais importante, de muito mais responsabilidade do que apenas criar alguns segmentos para arrumar voto, para fazer isso ou aquilo.

Era essa a minha fala. Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Por questão de ordem, passo a palavra ao vereador Gean Marques Loureiro.

O SR. VEREADOR GEAN MARQUES LOUREIRO (Florianópolis/SC) - Deputado, já justifiquei com o deputado Marcos Vieira, mas eu presido uma audiência pública na Câmara Municipal às 16h, motivo pelo qual justifiquei a minha saída antecipada. Porém, se tiver alguma pergunta direcionada a mim, solicito que o comandante da Guarda, se possível, leve-a para mim pegando o contato. Estou à disposição para responder a todos, se for necessário.

Agradeço mais uma vez o convite e peço licença a todos os colegas.

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Nós compreendemos, vereador Gean Loureiro, e muito obrigado pela presença, representando o Poder Legislativo municipal de Florianópolis.

Com a palavra o próximo inscrito, o subtenente da reserva da Polícia Militar, senhor Cesar Ney Rosa.

O SR. CESAR NEY ROSA - Boa-tarde, senhores. Eu vou tentar respeitar os dois minutos, embora seja quase impossível.

Eu estou na reserva desde agosto do ano passado, mas durante o tempo em que estive na ativa tive a oportunidade de comandar dois setores lá no 7º BPM: o Setor 1, que compreende a Ponta de Baixo, São José sede e Praia Comprida; e por um ano e cinco meses comandi o Setor 8, que compreende o distrito de Barreiros como sede, o bairro Santos Dumont/Procasa e o bairro Goiabal. Lá foi implementada a polícia comunitária contando com a parceria - cada setor tinha uma base integrada com o nome especificado na frente das bases - da Guarda Municipal de São José. Eu nunca consegui verificar esses problemas, a não ser em casos isolados.

Eu sei que a cúpula tem algumas preocupações de demandas financeiras, políticas etc., mas com certeza nós, da base da Polícia Militar ou pelo menos eu, subtenente Ney, nunca consegui verificar. Muito pelo contrário, lá em São José se mostravam grandes parceiros em todos os trabalhos realizados, até o momento em que por acaso desagradava, aí, sim, havia o conflito de serviço. Mas fora isso era Operação Duas Rodas, era Operação Seis Rodas, era fechamento de bar, era ronda ostensiva, estava tudo legal e todos participavam. Então eu vejo as guardas municipais - não só a de São José, mas também a de Florianópolis e todas as instituídas no Estado - como grandes parceiras.

A gente sabe que o Estado está tentando, como já falado pela mesa, fugir da responsabilidade da segurança pública - é lógico que não incorpora o tanto que precisa e por isso joga para os municípios. Mas os municípios sentem a necessidade, a população, principalmente, tem a necessidade da prestação desse serviço e a Guarda Municipal está de parabéns pelo trabalho realizado, que como cidadão e membro da segurança pública verifico constantemente.

Só tenho é que parabenizar as guardas municipais.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Eu passo a palavra ao major Araújo Gomes, do 4º Batalhão da Polícia Militar. Evidentemente, major, que com o mesmo tempo dos anteriores, por favor.

O SR. ARAÚJO GOMES - Saudando os senhores deputados Marcos Vieira e Sargento Soares, saúdo os demais integrantes da mesa e todos que aqui se fazem presentes.

Como subcomandante do 4º Batalhão, creio que é oportuno me manifestar nesta ocasião, colocar as preocupações que nós temos. E uma preocupação que é comum a todos, isso não há dúvidas, é que queremos uma comunidade mais segura. Isso guia a discussão, só que gera paradoxos, gera mitos e fantasmas que, às vezes, nos induzem a erro, como imaginar que aumentando o número de atores envolvidos na atividade policial nós teríamos mais segurança.

Eu costumo fazer uma metáfora, que trago aqui: é como se estivéssemos perdendo um jogo de futebol, e não sei se estamos perdendo, e o técnico nos reunisse no intervalo e dissesse que a partir daquele momento não tinha mais ataque, não tinha defesa, não tinha goleiro, era todo mundo correndo atrás da bola, porque quanto mais gente atrás da bola maior a possibilidade... Nós, que jogamos bola, sabemos que isso não é verdade.

A preocupação que temos em relação a esse tema não é necessariamente quanto ao uso da arma, embora seja extremamente importante perceber o valor simbólico dessa discussão. A comunidade está discutindo um mandato que é típico de polícia, que é o exercício da força para fazer cumprir a lei e fazer o poder de polícia acontecer. E o sobressalto é ancestral, porque nós não estamos falando da Constituição de 1988, estamos falando de João-Sem-Terra, nós estamos falando das primeiras Constituições, quando o Estado disse assim: não é qualquer um que pode empunhar uma arma em nome do Estado de Direito, que nós representamos como fardados. Mas o medo maior é a complexidade do sistema que se está construindo, que está exigindo acordos, conselhos, projetos para integrar um problema que cresce a cada dia, por quê? Nos meus 23 anos de Polícia, e muito mais, como quarta geração de Polícia Militar, neto de soldado que carregou tijolo para construir o 4º Batalhão, havia um problema gigante entre Polícia Militar e Polícia Civil, que aos poucos vai se definindo.

Eu fico imaginando fazer segurança pública num País com cinco mil seiscentas e poucas polícias, que é o número de municípios! Nós lembramos que a experiência da polícia municipal não é nova no País, nós já tivemos polícias municipais, mas elas deixaram de existir, entre outras razões, exatamente porque acabaram enfraquecidas, vítimas do "mandonismo" local, do coronelismo local, que não é a situação de Florianópolis. Mas quando a gente discute todo o sistema e os precedentes, os imperativos categóricos que cada exceção abre, há que se ficar preocupado com a pequena cidade, que com dois policiais da sua região estes passam a representar, de arma na cintura, o poder do Estado de Direito.

Então, como policiais militares, fugindo um pouco da linha do coronel Marlon, brilhantemente defendida, do aspecto legal, que não há como fugir, digo que nós estamos preocupados. É claro que temos como trabalhar juntos, e trabalharemos juntos - que pena que o Ivan, acho, não esteja mais aqui, pois é testemunha que temos feito isso, como fazemos com o Exército, com a Defesa Civil, com os agentes de saúde, com as seguranças privadas. O sistema de segurança pública talvez seja a maior interface de uma sociedade, mas a "policização" eu não creio que seja o objetivo da autoridade constituinte. Acho que ela pensava assim naquele posto de saúde, que às vezes não consegue abrir, porque dependendo do horário não há quem garanta a segurança da pessoa de saúde que trabalha contra alguém mais violento, por exemplo.

Nesse sentido eu reforço que a discussão da arma é, sim, importante. Este fórum é importante. Nós, do 4º Batalhão, consideramos extremamente oportuna, sana, adequada a discussão que o senhor trouxe a partir desta audiência pública e nos posicionamos no sentido de que mais ocasiões como essa aconteçam para que a gente discuta com seriedade o modelo que se está construindo, sem deixar de lado a questão prática, que é aquela que afeta o cidadão no dia-a-dia: quem, efetivamente, policia a cidade?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Muito obrigado, meu jovem.

Convido agora a fazer uso da palavra o senhor Júlio César Fantin, da Rádio Regional, também por dois minutos.

O SR. JÚLIO CÉSAR FANTIN - Boa-tarde a todos os presentes. Saúdo o deputado Marcos Vieira, parabenizando-o pela realização desta audiência pública. Pena que o vereador, representante da Câmara, não está presente, mas gostaria de solicitar que uma audiência pública como esta também fosse realizada na Câmara Municipal, algo que, a meu ver, pelo meu parecer como jornalista, já deveria ter acontecido antes mesmo de estar aprovado o direito do armamento à Guarda Municipal.

A meu ver, pelo levantamento que se fez, a questão do horário para o treinamento da Guarda Municipal e da Polícia Militar é diferente. O tempo de formação do curso de soldados da Polícia Militar é praticamente o dobro do da Guarda Municipal. E em função de vários casos que aconteceram recentemente - não são apenas casos isolados e também não podemos culpar toda uma corporação por isso, porque há pessoas boas na corporação, tanto na Polícia Militar como na Guarda Municipal -, eu pergunto aos membros da mesa: os guardas municipais, não necessariamente de Florianópolis, mas discutindo na sua totalidade, estão preparados para andar armados, visto que um soldado da Polícia Militar possui mais preparação que um da Guarda Municipal?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Eu convido o senhor Jean Fábio Nascimento, do Movimento Hip-Hop, para fazer uso da palavra.

O SR. JEAN FÁBIO NASCIMENTO - Primeiramente quero agradecer, em nome do deputado Amauri Soares, pela realização desta audiência, pois acho que ela é importante. Acho que aqui está faltando também... até pelo espaço, ninguém estava esperando muita gente da comunidade. Há policiais militares deste lado e guardas municipais do outro e eu não estou vendo aqui pessoas da comunidade para debater, e eu acho que o mais importante era que essas pessoas estivessem aqui para debater e colocar o que deveria ser dado de encaminhamento.

A delegada falou da segurança. O povo precisa de segurança, mas segurança por segurança, os traficantes lá no morro dizem que também dão. Então, a gente não precisa de segurança por segurança.

Outra coisa: falam que a Guarda Municipal - não tenho nada contra - é só para o trânsito, mas quando eu subia o morro eles estavam fazendo o treinamento no morro armados e não com canetas para dar multa. Estavam armados fazendo o treinamento lá. Não sei se eles estão sendo preparados para subir o morro, para reprimir... Ai eu não quero saber quem vai reprimir, se é a Guarda Municipal ou a Polícia Militar. Eu quero saber se eles estavam treinando no morro para fazer esse policiamento ostensivo lá, no morro - o que eu acho que deveria ser papel da Polícia Militar, não de repressão, mas de prevenção, como o comandante falou, pois não se previne com armas e, sim, com escolas, com campos de futebol. Não é com arma que se previne as coisas, não!

O Ildo Rosa falou em discriminação. Os policiais não são discriminados. Acho que o senhor não sabe nem um pouquinho o que é ser discriminado; para falar de discriminação tem que saber o que é discriminação de verdade!

Em relação à corporação, tanto a da Guarda Municipal quanto a da Polícia Militar, eu acho que... Como já fui a várias audiências públicas da Justiça, isso e aquilo, o meu pai também foi um policial militar, eu tenho muito respeito, só que podemos ter mil policiais, mas se dez deles não forem bons e estiverem armados, já é o bastante para tocar o terror dentro das comunidades. Então eu acho que a gente tem que ter pessoas preparadas para fazer isso e não vai ser a Guarda Municipal armada que vai melhorar a situação, porque não é a Guarda Municipal nem a Polícia Militar que está lá para dar aula para aqueles garotos de 12 anos que hoje estão matando, roubando, fumando, cheirando e, depois, indo para a cadeia, entendeu?!

Agora, se é para fazer mais cadeia, então vamos colocar mais guardas municipais, mais policiais na rua e vamos fazer menos escola!

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Muito obrigado.

Eu chamo agora para fazer uso da palavra o senhor Tertuliano Cardoso.

O SR. TERTULIANO CARDOSO - Ao cumprimentar o ilustre deputado, cumprimento os demais membros da mesa.

Inicialmente quero dizer que tive a impressão que eu fui levado ao engano pela mídia, quando li (uma reportagem) hoje de manhã. Porque eu vim aqui para tentar dar a minha posição como cidadão, como munícipe sobre a questão do armamento da Guarda Municipal.

Na cadeia de um engraxate, hoje pela manhã, na Praça XV, eu li alguma coisa que teria sido atribuída à autoria do doutor Ildo Rosa, quando ele dizia que "já que os seguranças dos estabelecimentos bancários estavam armados, porque não se poderia armar também a Guarda Municipal."

Assim que saí da cadeira do engraxate eu fui a uma agência bancária e logo na entrada eu me dirigi a uma senhora com aproximadamente sessenta anos, com as feições já bem marcadas, portando uma bairra pistola na cintura. Eu me aproximei dela, cumprimentei-a, comecei a conversar e lá pela tantas eu perguntei: Qual o treinamento de tiro que a senhora tem? Ela respondeu: "Eu tenho uma vez." Uma vez por mês? E ela: "Não, senhor, uma vez por ano." Uma vez por ano a senhora tem treinamento de tiro? E ela: "É. Isso porque o banco exige, porque se for pelo meu patrão é a cada dois anos."

Agora os senhores imaginem: eu, um pobre mortal, entrando numa agência bancária com uma senhora dessa, que tenho certeza não tem destreza para sacar a arma do coldre, não sabe a direção do tiro, e se der um tiro com aquela pistola vai cair sentada pelo repuxo que vai dar - e o assaltante vai matá-la com a sua própria arma.

É sobre isso a minha contribuição como cidadão, a respeito de armar esses moços da Guarda Municipal. Perdôe-me o que vou dizer, não sou neófito em segurança, não sou policial, não sou militar, mas boa parte da minha vida foi dedicada a esse setor de atividade. Sei também o que é isso. Ter uma arma na cintura, na hora que o sangue ferve é a primeira coisa que sai, não tenha dúvida.

Ainda há pouco o deputado Sargento Soares falou que já temos no Estado três situações: Polícia Militar, Polícia Civil e agora as Guardas Municipais.

Eu vou dar dois exemplos para os senhores...

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Por favor, permita-me. O senhor tem toda a liberdade de se manifestar, e o senhor disse que quer se manifestar a respeito do porte de armas, né? Se pudesse se ater ao objetivo da sua visita, até porque nós temos outros inscritos...

O SR. TERTULIANO CARDOSO - Pois não, deputado, só que o foco não é esse, o foco é divergência, é conflito de competência. Por isso eu lhe disse...

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - É que nós queremos dar oportunidade para o maior número de pessoas se manifestar.

O SR. TERTULIANO CARDOSO - Tudo bem, só um minutinho para eu completar.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Pois não, por favor.

O SR. TERTULIANO CARDOSO - Se os senhores verem, na área da saúde nós temos: Ministério da Saúde, Samu, Bombeiro, INSS, Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Municipal da Saúde - e a saúde está uma maravilha.

Se olharmos o meio ambiente, nós temos: Ibama, Ministério Público Federal, Polícia Ambiental no Estado de Santa Catarina, Ministério Público Estadual, Fatma, temos isso e aquilo. Tem seis órgãos cuidando da mesma coisa. Está uma maravilha, só se gasta. Não é verdade? Só se gasta, meu Deus do céu!

Deputado, eu só quero agradecer a oportunidade e dar o meu ponto de vista: Polícia é polícia e guarda é guarda. Não preciso dizer mais nada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Obrigado pela sua participação.

Com a palavra o senhor Soares, guarda municipal.

O SR. SOARES - Boa-tarde a todos aqui presentes, a todas as autoridades.

Vou fazer uma pergunta ao coronel Marlon, mas antes vou tecer um breve comentário a respeito do uso da arma de fogo pela Guarda Municipal.

Eu gostaria que todos soubessem que no ano de 2005 eu me envolvi em dois conflitos com cidadãos com arma de fogo. Em um, o meliante apontou um revólver calibre 32 pra mim. Na época eu não usava nem colete à prova de bala. Ele não chegou a atirar, por isso consegui prendê-lo. Em outra ocasião, também abordando assaltante dentro do ônibus, armado com pistola PT-380, eu também consegui prendê-lo, mas quase tive a minha vida sucumbida.

Isso é só um exemplo de como é importante o guarda municipal trabalhar armado. Porque mesmo não sendo atribuição do guarda fazer segurança pública, ele está ostensivo ali na rua. Então, o flagrante delito acontece próximo ao guarda e ele tem que ter o equipamento e o treinamento necessário para ajudar a população.

Agora, fazendo a pergunta ao coronel Marlon. Nesses quatro anos, como guarda municipal aqui em Florianópolis, eu tenho feito grandes amizades na Polícia Militar, no convívio com os policiais militares nas ruas.

Infelizmente, houve momentos em que a nossa instituição e a Polícia Militar chocaram-se. Houve a prisão de um inspetor da Guarda Municipal, que estava prendendo um militante - e só por divergência de quem iria conduzir ou não para a Central de Polícia. Houve situação em que a viatura da Guarda Municipal foi revistada em público, expondo ao vexame os guardas municipais, por uma simples ligação anônima.

Então, coronel, eu pergunto ao senhor: por que a Polícia Militar, em vez de buscar o conflito com a Guarda Municipal, não busca (assim como é feito com a Guarda Municipal de São José) uma convivência mais harmoniosa? Porque seria um grande benefício para a população a boa convivência entre as duas instituições. Existe algum projeto da Polícia Militar de trabalhar em conjunto com a Guarda Municipal, melhorar a convivência das duas aqui e cessar de vez todos esses conflitos que estão ocorrendo em Florianópolis?

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Ao final da audiência cada uma das pessoas que representam as instituições vão fazer uso da palavra, até porque escutaram todos. Então, para otimizar a audiência, coronel, ao final eu gostaria que o senhor respondesse a pergunta do senhor Soares, a quem agradeço a participação nesta audiência pública.

Com a palavra o senhor Alexandre Gebler, aluno da Guarda Municipal de Florianópolis.

O SR. ALEXANDRE GEBLER - Boa-tarde senhor deputado, presidente desta audiência, e demais componentes da mesa.

Eu anotei alguns itens expressados pelo excelentíssimo senhor deputado Sargento Soares, nos quais ele preza pela polícia única; a questão do concurso, do aumento de efetivo, já comentado pelo nosso colega; e sobre ser polícia e onde está a questão de poder de polícia e poder da polícia, que foi colocado pelo nosso comandante aqui presente.

Sobre a questão de concurso, aumento de efetivo, já foi colocado pelo meu colega como diminuição do efetivo, tanto que até o Bombeiro se separou da Polícia Militar.

Com relação ao senhor coronel Marlon, que falou não ser de responsabilidade da Guarda Municipal a defesa do cidadão, do patrimônio, eu só pergunto: se o cidadão paga o imposto ao município, por que não ter direito à segurança imposta pelo município?

Complementando, com relação ao que disse o vereador Jean, então ausente, sobre amizade entre policiais civis, policiais militares e guardas municipais na rua. Hoje a gente vê isso com muita frequência. Inclusive eu tive a disponibilidade de ter trabalhado na terça-feira e, no momento do meu trabalho na rua, no trânsito, um policial militar veio e nós trocamos algumas idéias. Em sua maioria, a gente vê os praças se unindo aos guardas municipais pelo bem da coletividade.

Quero colocar um item a mais, que é muito importante e que a Guarda Municipal vem fazendo. Está sendo criado, com cada vez mais apreço da comunidade, a educação do trânsito. Nós temos educação de trânsito que está sendo instituída nas escolas. Temos um departamento de educação para o trânsito.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Obrigado pela sua colocação. Nas considerações finais, evidentemente, o comandante Ivan e o coronel Marlon haverão de se manifestar acerca do assunto.

Concedo a palavra ao senhor Marcos Roberto Leal.

O SR. MARCOS ROBERTO LEAL - Boa-tarde aos membros da mesa e a todos aqui presentes.

Eu acho oportuno defender a instituição da qual hoje eu pertencço, mas eu já pertenci também à Polícia Militar.

O colega falou sobre o treinamento, que era o dobro de horas de treinamento de pistola. Pelo contrário, o treinamento que eu tive na Guarda Municipal com pistola foi muito superior ao treinamento que tive na Polícia Militar. Foi bem maior a carga horária, foi muito mais intenso.

Só que eu gostaria de dizer aqui também que a Guarda Municipal e a Polícia Militar são necessárias à população de Florianópolis - e a gente gostaria, sim, de trabalhar junto. Eu tenho grandes colegas. Vi na Polícia Militar a formação de uma família e vejo isso na Guarda Municipal também. Vale lembrar que todos nós temos que lutar por algo único, que é a segurança da cidade.

Gostaria também de deixar bem claro que o treinamento que eu tive na Acadepol, com a Guarda Municipal, foi excelente, foi ótimo - e a sociedade pode dar muito respaldo a esse treinamento. Claro que o treinamento ideal é o continuado, e não parar por aí. Eu só queria deixar clara essa situação. A Guarda Municipal é muito bem preparada, sim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Agradeço a participação.

Agora concedo a palavra ao senhor Gustavo Oliveira.

O SR. GUSTAVO OLIVEIRA - Cumprimento a mesa, os presentes indistintamente, guardas, policiais militares, oficiais, praças.

É mais uma manifestação pessoal. Eu tendo a falar demais, então dois minutos limita bastante, mas é o suficiente para o que tenho a dizer.

Eu lamento muito o que está aqui hoje, na linha do sargento. Antes de ser deputado, acho que ele se orgulha da função e da instituição, assim como todos. Lamento muito e entristece-me demais presenciar isso, porque aqui estamos discutindo a grande dicotomia, que é teoria e prática. Até o Sargento Soares citou a desconstrução do Estado, o Estado mínimo. Toda uma teoria neoliberal, que ele combate.

Discutimos aqui (desculpa, não lembro o nome do major) toda uma evolução da violência, que estamos vencendo ou perdendo a batalha. A minha opinião é que nós estamos perdendo. Mais do que a minha opinião, dados recentes colocam que Florianópolis está afundando na insegurança. Óbvio que é uma série de elementos que vai alimentar essa realidade hoje. Mas em dez anos, de 1994 a 2004, cresceu em 1.250% o número de homicídios entre jovens e adolescentes - e isso nos coloca em primeiro lugar. Continuamos com um número baixo. Hoje são cento e alguma coisa. Mas em termos de crescimento a cidade está afundando, estamos perdendo a batalha.

Eu digo nós, como componentes da Segurança Pública. Não vamos entrar em questão de competência ou toda a teoria que o coronel Marlon trouxe à baila, baseado no conhecimento que ele tem ou em jurisprudência. Como bem sabemos, as jurisprudências são variadas. Poderíamos (e também não era interesse) trazer a jurisprudência contrária, porque existem outras que assemelham a Polícia Militar à Guarda Municipal e etc., etc., etc. Não é o momento, mas seria interessante ter todo esse debate.

O que eu gostaria de me ater é quão lamentável estamos aqui discutindo enquanto matam gente ali fora. Há dois dias fui atender a uma ocorrência (a nossa viatura foi a primeira a chegar): nove tiros na cabeça do cidadão, às 13h. Há dez anos não acontecia isso, há dez anos um guri de 12 anos não matava outro também à luz do dia. A nossa cidade está afundando. Dirijo-me a vocês como cidadão, uma pena estar de farda hoje.

A parte de competência é discutida através da PEC 534, é discutida no Congresso, tudo é discutido dentro dessa dança política, aqui na Assembléia, na Câmara. Acho que os operadores não devem se preocupar com isso, o cidadão não deve se preocupar com isso. E os nossos políticos, que são fundamentais para a democracia, devem estar baseados também na vontade popular.

Estamos afundando em insegurança, precisamos de atitudes práticas, e não ficar nesse debate, que é de vaidades. Vamos falar francamente, aqui está sendo discutida vaidade. Temos que sentar e ver como podemos trabalhar melhor. Não há sentido em poder e não poder. Já existe. Ou daqui vamos sair com a extinção da Guarda Municipal? Até foi falado em armar... Não é a questão, a Guarda já está armada, a lei foi aprovada, é questão de tempo, já está sendo bem treinada.

Um detalhe para quem mencionou o treinamento, fazendo coro com o nosso amigo Leal. A Guarda Municipal, hoje, além do treinamento institucional, tem toda uma linha por trás. A lei que foi aprovada obriga o guarda municipal a ter pelo menos o nível superior, para começar a ser guarda. Para ser superintendente da guarda tem que ter no mínimo o mestrado. Tem toda uma linha de treinamento que está fora da instituição que vai buscar por conta própria. O guarda municipal, hoje, tem 90% do seu efetivo já formado em nível superior, inúmeros com pós-graduação. Em conjunto com todo o treinamento institucional isso é positivo, dá um incentivo à comunidade, à cidadania, que é o foco da Guarda Municipal.

Independentemente disso, repito (e gostaria de deixar claro mais como uma questão pessoal), eu lamento perdermos tempo aqui. Quantas viaturas estão aqui paradas, ou quantas pessoas poderiam estar na rua agora? E estamos aqui discutindo se pode ou se não pode. Vamos discutir na hora certa, no horário adequado. Mas por trás disso a gente tem que saber que o fundamental é o bem comum, e muitas vezes se esquece - falemos francamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Muito obrigado.

Não havendo mais inscritos, vamos passar então para a parte final da audiência pública. E antes de passar a palavra ao comandante Ivan e ao coronel Marlon, gostaria de saber se a senhora Graziela teria algumas considerações a fazer.

A SRA. GRAZIELA MARIA CASAS BLANCO - Já posso aproveitar esse momento para encerrar a minha fala.

Na explanação de alguns dos senhores foi citado segurança por segurança. O nosso amigo do movimento mencionou isso e em momento algum nós pensamos em segurança por segurança. Pensamos em segurança com segurança, independentemente quem vai dar essa segurança para nós, como cidadãos. Da mesma maneira volto...

(*O senhor Jean Fábio Nascimento manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Por favor, está mantida a palavra à senhora Graziela.

A SRA. GRAZIELA MARIA CASAS BLANCO - Depois podemos conversar ali fora, se você quiser, para esclarecermos mais sobre esse fato - aqui vou falar para todos.

Então, voltando à minha explanação, segurança com segurança, independentemente entidade que vai ofertar a nós. E agora falando não como Polícia Civil nem como Detran, mas como Graziela de RG e não de matrícula. A Graziela de RG quer segurança, independentemente se é Guarda Municipal, Polícia Militar ou Polícia Civil.

Muito se falou sobre a formação da Guarda Municipal, e o Gustavo fez uma brilhante colocação. Eu não quis trazer à tona o que o Gustavo trouxe, mas já que ele falou, vou fazer coro ao discurso dele. Evidentemente que esse debate está ligado às questões de vaidade. Assim como nós, Polícia Civil e Polícia Militar, que já brigamos por vaidade, com relação, por exemplo, ao termo circunstanciado, que ainda estamos brigando; nós e Ministério Público com relação ao inquérito policial, que brigamos ainda. Isso é vaidade!

Estamos extremamente acostumados a ser detentores de determinada parcela de poder, que não deixa de ser. A partir do momento em que vejo esse meu poder sendo compartilhado, evidentemente que vou me amedrontar e buscar maneiras, através do quê? Através da lei. É a lei que vai sustentar esse meu medo de perder a vaidade.

Lembrei-me agora que o Código de Trânsito, quando fala da Polícia Militar, usa uma expressão que utilizamos muito em matéria penal e no Direito como um todo. A Polícia Militar exerce o policiamento de trânsito concomitantemente aos demais entes credenciados - artigo 23, coronel, do CTB. A Polícia Militar... É bem essa expressão, ela não é exclusiva. (*Passa a ler.*)

"Executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito (...) - ou seja, agente do órgão estadual, Detran, agente do órgão municipal - "concomitantemente..." Se é concomitantemente, não precisa ser jurista, basta interpretar a palavra. Concomitante é junto, não é exclusiva nem privativamente.

Então, isso tem que ficar bem claro para nós, operadores. Volto novamente à fala do Gustavo. Resta a nós, operadores (eu sou operadora de trânsito), cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito. Não estou falando em crimes em especial.

Aos municípios, sim, o Código diz que deverão se integrar ao Sistema Nacional de Trânsito, para tanto criando seus órgãos com educação. O meu aluno, Alexandre, falava que a guarda faz um excelente trabalho em educação para o trânsito, assim como o Detran também faz. A Polícia Militar iniciou esse processo, e isso há que se deixar bem claro. A Polícia Militar foi um dos iniciantes no processo de construir educação para o trânsito no nosso Estado e no nosso país. Sempre que se fala em educação para o trânsito, há que se trazer à tona o grande serviço prestado pela Polícia Militar - não desmerecer o trabalho de vocês. Educação para o trânsito, policiamento, fiscalização, engenharia, sinalização, engenharia de tráfego e de campo. O CTB é bem claro nesse sentido, dando ao município essas atribuições. E para isso, sim, ele tem que criar seu corpo de agentes.

E a Guarda Municipal, na sua lei de formação, tem que ter como atribuição a fiscalização de trânsito. Cito aqui, até para conhecimento do deputado. É uma outra guarda no nosso Estado, que foi criada sem a competência de fiscalizar o trânsito. Para tanto teve que rever a sua lei, fazer uma alteração, para assim poder credenciar e designar seus agentes de trânsito.

Então, volto a dizer, deixamos de lado as vaidades e vamos buscar a segurança, que é isso que nós, cidadãos, necessitamos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - O senhor tem alguma consideração, secretário Ildo?

O SR. ILDO ROSA - Acho que o nível em que se deu essa discussão demonstra que essa questão pode ser tratada com diálogo, com disposição, para que encontremos os melhores encaminhamentos. Eu presumo que uma questão como essa da segurança tem que ser feita e modelada a partir dessa discussão.

Acho extremamente pertinente a preocupação com a falta da população civil, da participação mais efetiva da comunidade. Eu vejo que a introdução disso é fundamental para que a população, cada vez mais, participe. Só que não temos uma cultura participativa. Nós estamos desenvolvendo o plano diretor da cidade e estamos percebendo isso cotidianamente.

Eu vejo que não estamos longe de achar o melhor encaminhamento, e presumo que se tirarmos um indicativo que nos leve em direção à formação do conselho municipal de segurança pública, para que possamos construir, a partir dele, um plano municipal, isso definiria muito melhor essas questões, colocaria-nos dentro de um fórum com certa regularidade. E nesse trato periódico nós poderíamos buscar alternativas para evitar o conflito, não chegar a situações que chegamos a alguns momentos. Então, nesse caso, eu acho que a criação do conselho é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Muito obrigado pela sua participação.

Passo a palavra agora ao comandante da Guarda Municipal, Ivan da Silva, para as rápidas considerações finais.

O SR. IVAN DA SILVA COUTO JUNIOR - Bom, acredito que a idéia de um debate como esse é avançar no sentido de afastar qualquer tipo de divergência, se houver, como já falei anteriormente, com relação a problemas institucionais entre a Guarda Municipal e a Polícia Militar. Acredito que a missão dessas duas instituições é, sim, de manutenção da ordem pública, colaboradores que somos como guardas municipais, agentes de segurança pública.

Então, dentro dessa linha, eu acredito que possamos executar um bom serviço dentro da nossa cidade, como já temos feito. Inclusive já trabalhei em conjunto com o próprio major Gomes, que se encontra aqui presente. Acho que essa é a linha a ser seguida pela Guarda Municipal, primando, obviamente, pela segurança preventiva, trabalhando preventivamente.

Como falou o Soares ali na sua explanação com relação às circunstâncias que vivenciou, ele não estava ali para executar essa ação obviamente, mas a situação aconteceu às suas vistas. Então, como nos mostramos à população como agentes de segurança pública, somos reconhecidos assim pela população.

Eu acredito que num dado momento, numa situação dessas em que está ocorrendo um crime, como diz a própria Constituição que qualquer do povo poderá agir em defesa da ordem pública, a Guarda Municipal também age nessa condição. Ela age de acordo com o que diz a legislação.

Agora, no íntimo e no coração do guarda municipal, ele age com o dever de fazer, porque essa é a sua missão naquele momento, obviamente que nós não estamos aqui para agir repressivamente, a Guarda Municipal não foi criada com esse intuito, mas num dado momento, em determinada situação, gostaríamos de estar preparados, como estamos fazendo, para realmente poder dar a solução para o problema. Obviamente que a Guarda Municipal não está preparada para um assalto a um banco, não é essa a finalidade. De acordo com aquilo que já explanei, a nossa missão é de contato com a população.

Sobre aquela situação que o Jean falou, de uma ação da Guarda Municipal, aquilo foi um treinamento que não condiz com o que a Guarda Municipal vai executar, foi simplesmente o intuito da Polícia Civil em demonstrar aquilo que acontece, da forma como eles agem, mas não que a Guarda Municipal vá fazer esse tipo de ação.

Dentro disso, acho que caminha o próprio debate, pelo menos esperamos assim, como na fala do nosso secretário, para um convênio ou para um plano municipal de segurança pública. Assim esperamos, em virtude de já trabalharmos em conjunto. Retorno a falar que me pareceu bastante surpresa a questão de a gente discutir essas questões, porque hoje a Guarda Municipal e a Polícia Militar, como a Guarda Municipal e a Polícia Civil, como a Guarda Municipal e o Detran, como a Guarda Municipal e a própria Prefeitura de Florianópolis já trabalham em conjunto. Então, eu acredito que a gente pode discutir para trabalhar cada vez mais em conjunto.

São essas as minhas considerações finais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Com a palavra o coronel Marlon, para as suas considerações finais.

O SR. MARLON JORGE TEZA - Eu vou procurar falar genericamente, deputado, para responder, inclusive, os questionamentos.

Primeiro, eu queria ler para a delegada, sem delongas, o Anexo I ao Código: "Policiamento ostensivo de trânsito - função exercida pelas Polícias Militares com o objetivo de prevenir e reprimir atos relacionados com a segurança pública e de garantir obediência às normas relativas à segurança de trânsito, assegurando a livre circulação e evitando acidentes." Então, isso é função da Polícia Militar.

E lembro ainda a Constituição Federal a respeito disso, que fala em duas coisas: "As polícias militares cabem a polícia ostensiva e preservação da ordem pública". Tem que se saber o que é polícia ostensiva e preservação da ordem pública. Na hora em que descobriremos isso, vamos saber qual é a nossa missão. Ordem pública é conceito doutrinário - e tem policiais militares que não sabem ainda, nós temos que dar a mão à palmatória no Brasil todo. Ordem pública tem três ramos: segurança pública, que são os delitos, que aí, sim, faz a Polícia Civil e todo mundo pode fazer; tranquilidade pública, que é a sensação das pessoas, tem que trabalhar com a presença policial ostensiva, missão da Polícia Militar; e insalubridade pública, aquilo que atinge a saúde da população.

Eu tenho escutado muita gente falar bobagem (desculpem-me pelo termo), dizer que atender gente ferida na rua não é missão da Polícia Militar. E! Pode não ser a principal, mas é missão da Polícia Militar.

A Polícia Militar, reconhecidamente, por um parecer que teve da Defensoria-Geral da União, homologado pelo presidente da República, é o órgão de socorrimto público. Por isso que é militar, porque se ninguém faz, ela vai lá e faz, tanto que lá na Lagoa estão fazendo flagrante agora por greve de outros órgãos. Então, pode fazer, sim!

Segundo, o Senasp está com um discurso ideológico hoje... É preciso tomar cuidado com discurso ideológico! Até o Rolim, escritor, diz o seguinte: "Os municípios estão entrando no canto da sereia. Joga dinheiro, joga recurso, joga, joga, joga, enxuga gelo e não resolve nada!" E não sou eu que estou dizendo, é o Rolim, ligado ao PT. Ele era um formador de Guarda Municipal, mas hoje é totalmente contra. Ele diz que os municípios têm outras atribuições, não essa - recomendo que leiam esse livro.

Nós estamos num Estado jurídico de direito. Então, a lei tem que ser cumprida. Não adianta elucubramos aqui, dizer que isso pode, que o povo não sei o quê... Não é assim!

O senhor falou muito bem sobre a mulher lá no banco. Com certeza, agora o senhor vai ficar preocupado, vai querer saber quem é que está cuidando do banco, que daqui a pouco vai sobrar para mim! Não é bem assim! Nós, com o efetivo de 12 mil (o Sargento Soares sabe), que agora vai aumentar, temos uma série de problemas com um monte de mecanismos de regulamento, temos problemas seriíssimos em nossa Corregedoria. Seriíssimos! Tanto de oficiais como de praças, ninguém está para esconder nada debaixo do tapete. Se não tiver certos controles, eu imagino o que pode acontecer! Só imagino!

Eu era comandante do 4º Batalhão quando surgiu a Guarda Municipal e me perguntaram: "Quantos policiais militares libera?" Eu disse: Nenhum. Novamente me perguntaram: "Quantos, comandante?" Eu novamente disse: nenhum. E disseram: "Mas o secretário falou. Mas não libera nenhum porque o policial militar deve continuar no mesmo lugar?" Pelo contrário! Nós temos o princípio doutrinário da universalidade, o PM faz tudo! Ou então vai sair da frente de um banco porque tem lá um guarda? Não! Ele está lá fazendo policiamento! Então, como eu disse no começo, isso é um mito que tem que ser rebatido. O agente público pode fazer tudo aquilo que a lei permite; o particular faz tudo aquilo que a lei não proíbe. Então, se a lei não permite, nós, agentes públicos, não podemos inventar!

Quanto à defasagem do efetivo, o deputado Soares tem razão. Eu assino embaixo. Não preciso falar mais nada.

Sobre o armamento da Guarda, o problema não é saber aprender a atirar, e sim quando atirar. Não vou questionar o treinamento, apenas dizer que o "quando" se aprende ao longo do tempo. Quando era oficial, fiz um monte de bobagens, as quais não faria nunca mais. Já respondi na Oficina Militar algumas vezes. Tenho 4 anos de formação, 32 anos de serviço e ainda não me sinto totalmente preparado. Ninguém está.

Então, o problema não é o "como", e sim "quando" usar isso, porque se eu aprendo a atirar de canhão, sei como um canhão...

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Coronel Marlon...

O SR. MARLON JORGE TEZA - Já vou encerrar.

O guarda municipal, até para responder ao questionamento, age como qualquer um do povo, não age como polícia. A polícia administrativa, o guarda tem; a polícia de segurança pública, o guarda não tem, então ele age só sobre o patrimônio, e não contra as pessoas. Mas então como ele faz? Ele chama a polícia. Em qualquer lugar do mundo é assim: chama-se a polícia. Não é o que nós queremos, é como tem que ser.

Está sendo feito um projeto do Comando-Geral (e o coronel Amorim é o presidente da comissão) cuja diretriz (e provavelmente a Guarda Municipal vai ser ouvida) é como a Polícia Militar vai atuar em cima dessas questões de conflito, se é que tem conflito, não é?

O problema realmente existe, porque o município atuar como polícia carece de legalidade. Vou torcer para que a comissão seja (*ininteligível*) e que o município ganhe essa atribuição, porque isso ajudaria suplementarmente a Polícia Militar, com certeza, mas carece de legalidade. Não adianta elucidar no sentido de que isso é bom para o povo, tem que ter legalidade (somos agentes públicos!), sob pena de respondermos por improbidade administrativa.

O tema segurança pública é fabuloso, e recomendo que os usuários leiam bastante, leiam durante anos e anos, porque daí a gente pode começar a tirar algumas conclusões que modifiquem inclusive o pensamento acadêmico lá do começo. Então, recomendo que leiam.

Lamento por ter vindo aqui dizer algumas coisas que talvez não agradem, mas vim falar em nome da Polícia Militar, do sentimento da instituição e dizer o que ela está fazendo para resolver isso, em face de que algumas instituições já estão fazendo em cima de diretrizes, como é o caso São Paulo, onde a Guarda agora está recolhida a cuidar do próprio municipal como missão primeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, que representa neste ato a Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa, para as suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO AMAURI SOARES (SC) - Muito obrigado, senhor presidente.

A PM tem agido de forma repressiva, e é preciso dizer que vai continuar agindo. E aí, falando aqui para o Jean, que tem dificuldade com essa palavra (e todos nós também temos), toda situação que exige uso da força é uma forma de repressiva.

Provavelmente, na sua vida você já passou por isso algumas vezes: "Ah um policial aqui pra pegar esse cara e algemar ele bem algemado e levar!" Você já viu isso, e isso é o poder de polícia, o poder da autoridade policial.

Para resumir em poucas palavras, coronel Marlon e demais pessoas que estão aqui, está claro que o interesse é que a Guarda Municipal seja uma polícia do município de Florianópolis. Está claro isso na fala de várias pessoas, não só na dos guardas municipais, os quais eu legitimaria porque estão defendendo a parte deles E daqui da mesa, não foi só o Ivan, mais gente defendeu que a Guarda Municipal tivesse poder de polícia.

Então, o que está se disputando aqui é polícia contra polícia, do ponto de vista filosófico, do ponto de vista das vontades, dos interesses etc. E aí, claro, entra a vaidade, não é? Concorde plenamente com o companheiro que falou isso, porque está repleto de vaidade: "eu sou mais polícia do que tu", ou "eu sou tão bom quanto tu", ou "o meu curso foi melhor que o teu". Isso tudo está neste debate aqui, e isso foi criado com interesse político.

Aquilo que eu falei antes, só foi confirmado no que se falou depois. É o governo empurrando a responsabilidade para a prefeita, que era de outro partido, é a prefeita dizendo "então vou criar a minha polícia, porque daí sou eu que mando, prendo quem eu quero, solto quem eu quero, boto a reprimir quem eu quero."

É isso que está colocado.

Sou deputado mas não vim aqui para dizer o que agrada, vim aqui para dizer o que a gente pensa e percebe. E é brabo dizer na frente de vocês, pessoas jovens, trabalhadores em Santa Catarina, pessoas de carne, osso e sentimento, qual é a realidade.

Esqueçamos Florianópolis, então, vamos falar de Biguaçu. Eu sou contra se criar Guarda Municipal em Biguaçu, como sou contra se criar Guarda Municipal em Laguna, Santo Amaro da Imperatriz, Tubarão. Vamos falar dessas cidades que ainda não têm Guarda Municipal.

Eu dizia a mesma coisa há dez anos com relação a Florianópolis, mas, por interesse político, por conveniência de interesse político, a Guarda Municipal foi criada. E agora, é claro, vocês estão defendendo o emprego de vocês, o que é legítimo, e somos solidários inclusive.

Não consegui prestar atenção ao que o doutor Ildo estava falando porque foi no momento em que fiquei de coordenador dos trabalhos, mas vamos debater. Nós queremos que vocês tenham todos os direitos que possam alcançar; agora, lei é lei e está escrito. Não tenho nada contra nenhum guarda municipal, agora, se formos criar uma guarda municipal em cada cidade, daqui a pouco vamos estar nos pagando no tiro nas divisas dos municípios.

(*Participante não identificado manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Isso só comprova o que estou falando.

(*Participante não identificado manifesta-se fora do microfone: "A verdade do senhor não é a verdade de todo mundo. Quando o senhor era presidente da Aprasc"...*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Senhores, eu assegurei a palavra a todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO AMAURI SOARES (SC) - Companheiro, eu sempre apoiéi...

(*Participante não identificado manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Está assegurada a palavra ao deputado Sargento Soares. Por favor, eu assegurei a palavra a todos, e todos se manifestaram livremente. Por favor!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO AMAURI SOARES (SC) - Eu estou defendendo hoje o que sempre defendi, companheiro.

Eu estou dizendo aqui que defendo o plano de carreira de vocês, para que vocês tenham uma carreira e não uma invenção, para que não fiquem subordinados às vontades do prefeito de plantão; que vocês tenham um salário digno para continuar. E aí é que nós discutimos qual é a atribuição, e temos que conversar muito para não fazer bobagem nas ruas - nós e vocês -, brigando um com o outro.

(*Participante não identificado manifesta-se fora do microfone: "Obrigado, mas nós já temos o nosso plano de carreira."*)

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Eu gostaria que o deputado Sargento Soares tivesse a palavra assegurada sem interrupção, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO AMAURI SOARES (SC) - Eu estava só começando, até já pulei para tentar resumir, mas não resolveu.

Foi dito aqui que a Guarda Municipal de Florianópolis foi criada para substituir cem policiais militares. Então, na época (e quero concordar com o que o J. Costa falou), muitas autoridades, inclusive dentro da Polícia Militar, concordaram com isso para serem coniventes; concordam com isso e ajudam isso para serem coniventes com os governos que estão no exercício do cargo, inclusive por interesses financeiros e pessoais. Teve isso e tem isso!

Não tenho nada contra vocês, mas aí nós vamos esfacelando o sistema de segurança. Quantas polícias vamos ter no Brasil daqui a dez, vinte anos?!

Quanto ao uso da arma de fogo, eu sempre pensei nisso, e se me mandarem trabalhar desarmado, eu não vou - mas estou pensando enquanto policial militar. Então, se me mandarem trabalhar desarmado, eu não vou, porque tenho obrigação legal de agir. Vocês não têm obrigação legal de agir, vocês podem dizer muito tranquilamente "eu não sou policial". Podem dizer isso, a lei lhes assegura dizer isso e a não serem processados.

(*Manifestação ininteligível da plenária.*)

Todo mundo defende a sua corporação, esse é o problema. Então, cada vez que se criar uma nova Guarda Municipal, todo mundo vai defender, com legitimidade, a sua instituição, da forma como está acontecendo aqui. E quanto mais Guardas forem criadas, mais vamos ter esses conflitos aqui e ali, e, infelizmente, a sociedade é que perde.

Nós temos que nos unir, trabalhar juntos, construir instituições fortes, com direitos garantidos para todos os servidores da segurança pública, de preferência direitos iguais. Mas, da forma como está sendo feito, é para retirar direito dos servidores. Da forma como está sendo feito é para prejudicar as organizações que existem, as instituições que existem.

Essa é a convicção que tenho. Estou dizendo isso e continuo afirmando. Não tenho nenhuma intenção nem nunca tive nenhuma discussão com nenhum guarda municipal, muito pelo contrário. E continuamos defendendo aquilo que sempre defendemos: os direitos trabalhistas de vocês, que são legítimos, e têm que brigar por eles. E se pudermos apoiar, nós apoiamos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Marcos Vieira) - Muito obrigado, deputado Sargento Soares.

Eu gostaria de iniciar a minha rápida fala, nessa fase final, lembrando a época da minha juventude, doutor Ildo, quando eu assistia ao conflito em praça pública da Marinha do Brasil com o Exército do Brasil, aqui em Florianópolis. Eu era muito jovem, sou nascido em Florianópolis, na Agrônoma, e por toda a minha vida vivi aqui - poucos anos eu vivi no oeste de Santa Catarina.

Quero dizer que esta audiência pública foi de extrema importância, pelo menos para mim, pois pode não ser para os senhores, pode não ser para aqueles que estão aqui na mesa. Mas quero crer que eu tenha razão quando afirmo que é de extrema importância em função do tempo que está durando, mais de duas horas.

Ao mesmo tempo em que reconheço que esta audiência pública é importante, eu quero parabenizar todos aqueles que participaram pelo simples fato de estarem aqui, mesmo que não tenham se manifestado, e também todos aqueles que se manifestaram, cumprimentando-os pelas colocações. Quero cumprimentar o secretário Ildo Rosa pela sua participação, cumprimentar a senhora Graziela pela sua participação, cumprimentar o deputado Soares, que aqui representa a Comissão de Segurança Pública, e cumprimentar o comandante Ivan e o coronel Marlon, que, cada qual na sua instituição, demonstraram conhecimento de causa, demonstraram sensatez, demonstraram maturidade, demonstraram senso de responsabilidade - evidentemente que cada um defendendo os interesses da sua corporação.

Mas a audiência pública foi requerida exatamente em razão da manifestação da população, e nós assistimos isso no vídeo. E a população, pelo que eu entendo, está acima de nós. Eu sou pago por ela, a maioria esmagadora das pessoas que está aqui é paga pela população, raro um ou outro que talvez não seja servidor público. E o próprio nome já diz: servidor. Eu sirvo à população, nós servimos à população. E o papel constitucional da Assembléia Legislativa, além de legislar, é o de fazer a aproximação das pessoas, é o de fazer o papel da mediação. O papel da Assembléia é o de ser o palco dos debates, que foi o que fizemos aqui hoje. Nós debatemos

sobre um tema, sobre um assunto de alto e relevante interesse para a população florianopolitana. Por isso estamos aqui, e não foi em vão, cumprindo com o nosso papel, o papel de servidor, debatendo em favor do interesse da comunidade. E a população que está lá fora espera por uma solução para aquilo que nós estamos acabando de debater.

Quero crer que o debate sobre esse assunto, doutor Ildo, o senhor que é secretário de Segurança Pública do município, pessoa altamente qualificada e que está prestando relevantes serviços à sociedade florianopolitana, juntamente com o comandante Ivan, com o coronel Marlon e com outros tantos, não se encerra no dia de hoje. O senhor mesmo coloca sugestões para se dar continuidade ao debate, assim como o próprio comandante Ivan, o coronel Marlon e tantos outros colocam várias situações. Eu acho que a Assembléia, cumprindo o seu papel, dá o primeiro passo, que é o de servir de palco para esse grande debate. E a população, em breve, com certeza absoluta, vai receber as soluções para todos os problemas.

Agradeço a presença de todos e dou por encerrada esta audiência pública. Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

PRESIDENTE

*** X X X ***

**EMENDAS AO PROJETO DE
LEI Nº 102/08 - LDO**

EMENDA Nº 158

PROCESSO LEGISLATIVO - PL Nº 0102.6/2008 - LDO

Emenda aditiva do Relator ao Texto ao Projeto Lei

Cap.	Seção	Artigo	Paragr.	Inciso	Alínea
III	V	22		IV	"a"
1) Descrição das alterações ao Texto do Projeto de Lei: Insere a alínea "a" no inciso IV do art.22: Fica autorizado o Poder Executivo a repassar recursos adicionais, necessários ao fortalecimento de atividades voltadas a Administração Tributária e Inteligência Fiscal no âmbito do Ministério Público. Justificativa.: Permite ao Estado repassar ao Ministério Público, via convênio, recursos adicionais para o fortalecimento de atividades voltadas a administração tributária e a inteligência fiscal. Esta inclusão permitirá um investimento maior nas atividades voltadas a buscar uma arrecadação efetiva ao Estado, o que por si aumenta a receita e conseqüentemente os valores destinados a este ente e aos demais.					
AUTORIA Relator		ASSINATURA		DATA 18/07/2008	

*** X X X ***

EMENDA Nº 159

PROCESSO LEGISLATIVO - PL Nº 0102.6/2008 - LDO

Emenda aditiva do Relator ao Texto ao Projeto Lei

Cap.	Seção	Artigo	Paragr.	Inciso	Alínea
III	I	8º	Único		
1) Descrição das alterações ao Texto do Projeto de Lei: Insere o Parágrafo Único no art. 8º: Parágrafo Único - Deverão ser consideradas na elaboração do Projeto da LOA as prioridades selecionadas nas Audiências Públicas Regionais realizadas pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em atendimento ao inciso III, do § 2º do art. 47 da Constituição Estadual. Justificativa.: Valorizar as prioridades elencadas pela população nas Audiências Públicas realizadas pela Assembléia Legislativa em observação do disposto no art. 47, parágrafo 2º, inciso III da Constituição Estadual. Com essa medida o Governo do Estado deverá adequar dotações para realização destas prioridades evitando que sejam incluídos outros investimentos como prioritários em detrimento das escolhas regionais.					
AUTORIA Relator		ASSINATURA		DATA 18/07/2008	

*** X X X ***

EMENDA Nº 160

PROCESSO LEGISLATIVO - PL Nº 0102.6/2008 - LDO

Emenda aditiva do Relator ao Texto ao Projeto Lei

Cap.	Seção	Artigo	Paragr.	Inciso	Alínea
V		29-A			
1) Descrição das alterações ao Texto do Projeto de Lei: Insere o art. 29-A: Art. 29 -A. Serão prioridades recursos orçamentários para modernização da administração tributária estadual, voltadas ao incremento da arrecadação, controle fiscal e implementação da unicidade de processos cadastrais e de informações fiscais. Justificativa.: A Constituição Federal determina em seu artigo 37, XXII que sejam priorizados recursos para modernização da administração tributária estadual, voltadas ao incremento da arrecadação e controle fiscal. Além disso, a Lei Complementar Federal nº 123, que institui o estatuto das micro e pequenas empresas, que exige, entre outros, a unicidade de processos cadastrais e de informações fiscais. Também é necessário investimentos mais no controle e cobrança dos tributos estaduais a fim de conseguirmos mais receita para Santa Catarina, alavancando novos investimentos em áreas carentes de recursos.					
AUTORIA Relator		ASSINATURA		DATA 18/07/2008	

*** X X X ***